

Keila Souza Pereira Oliveira

LAZERES DE MULHERES NEGRAS NO SERTÃO BAIANO:
experiências e resistências em diálogo com organizações sociais e políticas em Caetité-BA

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2023

Keila Souza Pereira Oliveira

LAZERES DE MULHERES NEGRAS NO SERTÃO BAIANO:

experiências e resistências em diálogo com organizações sociais e políticas em Caetité-BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, do curso de Mestrado da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Estudos do Lazer.

Linha de pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Rosa

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2023

O481 Oliveira, Keila Souza Pereira
2023 Lazeres de mulheres negras no sertão baiano: experiências e resistências em diálogo com organizações sociais e políticas em Caetité-BA. [manuscrito] / Keila Souza Pereira Oliveira – 2023.
144 f.: il.

Orientadora: Maria Cristina Rosa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 125-137

1. Lazer – Teses. 2. Mulheres – Teses. 3. Negras – Teses. I. Rosa, Maria Cristina. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Sheila Margareth Teixeira Adão, CRB 6: nº 2106, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA,
FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER

**ATA DA 183ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO**

KEILA SOUZA PEREIRA OLIVEIRA

Às 14h00min do dia 28 de fevereiro de 2023 reuniu-se de modo virtual a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa Interdisciplinar em Estudos do Lazer para julgar, em exame final, o trabalho “LAZERES DE MULHERES NEGRAS NO SERTÃO BAIANO: Experiências e resistências em diálogo com organizações sociais e políticas em Caetité-BA”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestra em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Maria Cristina Rosa, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (Orientadora)	X	
Profa. Dra. Elisângela Chaves (UFMG)	X	
Profa. Dra. Marie Luce Tavares (IFMG)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **APROVADA**

O resultado final foi comunicado publicamente, para a candidata pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rosa, Coordenador(a) de curso de pós- graduação**, em 03/03/2023, às 07:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.5º do [Decreto nº](#)

[10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marie Luce Tavares, Usuário Externo**, em 04/03/2023, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Chaves, Professora do Magistério Superior**, em 06/03/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2076829** eo código CRC **0F66248B**.

Referência: Processo nº 23072.207401/2023-45

AGRADECIMENTOS

Em mais um ciclo que se encerra em minha vida, trago comigo muitos e muitas que estiveram ao meu lado nesta jornada. À estas pessoas só tenho a agradecer!

À minha mãe, Edmilza. Que sempre fez o possível e o impossível para me ver concluir essa e tantas outras etapas da minha vida. Obrigada por todo incentivo, carinho, amor e cuidado de sempre. Te amo!

Às amigas e amigos por me ajudarem a acreditar que ao final tudo daria certo. Por não desistirem de mim mesmo nos momentos em que estive distante durante os estudos e escritas desta dissertação. Obrigada por cada palavra e gesto de carinho e incentivo. Amo vocês!

Às mulheres participantes desde estudo. Obrigada pelo acolhimento e por toda partilha de conhecimentos, dores, lutas e resistências que para além do compõe esta dissertação, também fortalecem e inspiram a minha jornada pessoal.

À minha orientadora, Maria Cristina. Obrigada por me acolher e dedicar parte do seu tempo para estar junto comigo na construção deste estudo. Obrigada por todo apoio, confiança, paciência e por todos os ensinamentos durante esta etapa tão importante da minha vida.

Às professoras Elisângela Chaves e Marie Tavares pelas contribuições mais que importantes à esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer que fez parte de mais um ciclo da minha vida possibilitando minha evolução acadêmica, profissional e pessoal.

À CAPES pelo financiamento, através da bolsa de estudos, à esta pesquisa.

E à todas as mulheres negras que me antecedem. Pelos caminhos que vocês trilharam e abriram possibilitando a minha chegada até aqui. Pelas contribuições cruciais em forma de lutas, resistências, enfrentamentos e conhecimentos que me inspiram e me motivam a dar seguimento em minha jornada pela vida. Muito obrigada!

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só

Povoada – Sued Nunes

RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender e discutir o lazer de mulheres negras, inseridas em organizações sociais e políticas na cidade de Caetité-BA, a partir de uma perspectiva interseccional de análise. Possui natureza qualitativa e se efetivou através da pesquisa de campo por meio de questionário e entrevistas semiestruturada. Ao todo vinte mulheres participam desta pesquisa, compondo 5 organizações sociais e políticas em Caetité-BA, sendo três projetos sociais (Projetos Flor, Esmeralda e Amigos do Bem), um movimento social (Movimento Negro Unificado) e um grupo de dança e arte (as Dandaras). A escolha por realizar este estudo, com estas mulheres e através dessas organizações se deu por entender que a potencialidade existente entre as estratégias de luta e resistência desempenhadas por elas, perpassam e impactam a luta pelo acesso e apropriação do lazer em diferentes contextos, tempos e espaços sociais. Os resultados deste estudo evidenciam as barreiras e desafios sobrepostos pelos marcadores de gênero, raça e classe para a fruição e acesso ao lazer das mulheres pesquisadas. Apontam para restrições e dificuldades existentes nas condições de trabalho, renda e escolaridade, fortemente impactadas pelo racismo e sexismo, que influenciam o processo de apropriação de direitos sociais básicos, como o próprio lazer. Mostram ainda, as limitações referentes aos espaços e equipamentos de lazer em seus bairros que, em sua maioria, situam-se em regiões periféricas da cidade. Todas essas barreiras foram consideravelmente agravadas durante a pandemia do Covid-19, período em que esta pesquisa foi realizada. Não obstante, os resultados também ressaltam as constantes estratégias de luta e resistência dessas mulheres através das ações desempenhadas pelas organizações sociais e políticas em que estão inseridas, que buscam por melhores condições de vida para si e para a comunidade caetiteense de modo geral, o que reflete diretamente em suas práticas e vivências de lazer. Assim, com este estudo foi possível constatar que os lazeres das mulheres que constituem este estudo sofrem os impactos da estrutura racista, sexista e capitalista que geram desigualdades sociais, econômicas, educacionais, políticas, raciais e de gênero e que são sustentadas pela negligência do próprio Estado. Estas desigualdades geram uma constante necessidade de enfrentamento e resistência que têm sido empreendidas por essas mulheres de diferentes maneiras, considerando também a potencialidade do lazer como meio importante para tencionar mudanças sociais e políticas na sociedade caetiteense. Espera-se que estudo possa contribuir e motivar a construção de novas pesquisas que pautem as especificidades e potencialidades de mulheres negras no âmbito do lazer, a partir de uma perspectiva interseccional, antirracista e antissexista. Além disso, pretende-se contribuir com a implementação de políticas públicas nesta região, que visem a expansão e a qualificação das práticas de lazer não só das mulheres que constituem este estudo, mas da população caetiteense de maneira geral.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Lazer. Organizações Sociais e Políticas. Caetité-BA.

ABSTRACT

This study aims to understand and discuss the leisure time of black women, inserted in social and political organizations in the city of Caetité-BA, from an intersectional perspective of analysis. It has a qualitative nature and was carried out through field research by means of a questionnaire and semi-structured interviews. In all, twenty women participate in this research, composing 5 social and political organizations in Caetité-BA, being three social projects (Flor, Esmeralda and Amigos do Bem projects), one social movement (Movimento Negro Unificado) and one dance and art group (as Dandaras). The choice to carry out this study with these women and through these organizations was made because we understand that the potentiality that exists among the strategies of struggle and resistance they carry out, permeate and impact the struggle for access to and appropriation of leisure in different contexts, times, and social spaces. The results of this study show the barriers and challenges overlapped by the markers of gender, race, and class for the enjoyment and access to leisure by the women researched. They point to restrictions and difficulties existing in the conditions of work, income, and education, strongly impacted by racism and sexism, which influence the process of appropriation of basic social rights, such as leisure itself. They also show the limitations regarding leisure spaces and equipment in their neighborhoods, which, for the most part, are located in the outlying regions of the city. All these barriers were considerably aggravated during the Covid-19 pandemic, the period in which this research was conducted. Nevertheless, the results also highlight the constant strategies of struggle and resistance of these women through the actions performed by social and political organizations in which they are inserted, who seek better living conditions for themselves and for the community of Caetiteense in general, which reflects directly on their practices and experiences of leisure. Thus, with this study it was possible to see that the leisure activities of the women who make up this study suffer the impacts of the racist, sexist, and capitalist structure that generates social, economic, educational, political, racial, and gender inequalities, and that are sustained by the negligence of the State itself. These inequalities generate a constant need for confrontation and resistance that has been undertaken by these women in different ways, also considering the potentiality of leisure as an important means to intend social and political changes in Caetiteense society. It is hoped that this study can contribute to and motivate the construction of new researches that focus on the specificities and potentialities of black women in the field of leisure, from an intersectional, antiracist and antisexist perspective. Moreover, it is intended to contribute to the implementation of public policies in this region, which aim to expand and qualify the leisure practices not only of the women who make up this study, but of the population of Caetiteense in general.

Keywords: Black women. Leisure. Social and Political Organizations. Caetité-BA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia	28
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de Escolaridade das Participantes deste Estudo	88
Gráfico 2: Situação de Emprego Atual das Participantes deste Estudo	92
Gráfico 3: Renda Individual Mensal das Participantes deste Estudo	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros(as)
ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BA – Bahia
CID – Classificação Internacional de Doenças
EEFFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EXNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FBN – Frente Negra Brasileira
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FENATRAD – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e (+) outros grupos e/ou orientações aliados à comunidade
MNU – Movimento Negro Unificado
MNUCDR – Movimento Negro Contra a Discriminação Racial
MPT – Ministério Público do Trabalho
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
PM – Polícia Militar
PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPGIEL – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer
SECELT – Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
SECULTBA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN – Teatro Experimental do Negro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNB – Universidade de Brasília
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	27
2.2 Apresentando as participantes deste estudo	33
2.2.1 R. Souza (2022) – Movimento Negro Unificado	33
2.2.1 T. Rodrigues (2022) – Movimento Negro Unificado	34
2.2.3 A. Oliveira (2022) – Movimento Negro Unificado	35
2.2.4 D. Paula (2022) – Projeto Flor/ Movimento Negro Unificado	36
2.2.5 L. Araújo (2022) – Movimento Negro Unificado/Dandaras	37
2.2.6 E. Alves (2022) – Projeto Amigos Do Bem	38
2.2.7 A. Almeida (2022) – Projeto Esmeralda	39
2.2.8 J. Souza (2022) – Projeto Flor	39
3 CONSTRUÇÕES SOCIORACIAIS E IDENTITÁRIAS DE MULHERES NEGRAS EM CAETITÉ-BA: INTERLOCUÇÕES COM O LAZER.....	41
4 O LAZER NO SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA MULHERES NEGRAS CAETITEENSES.....	58
4.1 Pandemia (Covid- 19): impactos e perspectivas para a vivência do lazer por mulheres negras em Caetité-BA	68
4.2 O Lazer nas periferias de Caetité-BA	74
5 PERFIL DE ESCOLARIDADE, TRABALHO E RENDA: IMPASSES E POSSIBILIDADES PARA O LAZER NA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	84
6 RESISTIR PARA EXISTIR: SABERES E POTÊNCIAS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DE CAETITÉ-BA.....	97
6.1 O Movimento Negro no Brasil, na Bahia e em Caetité: desafios, possibilidades e perspectivas.....	99
6.2 As Dandaras: emancipação e resistências de mulheres negras em Caetité-BA..	107
6.3 Projetos Flor, Amigos do bem e Esmeralda: estratégias de lutas, vivências e sobrevivências em Caetité-BA.....	113
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	125

APÊNDICES	138
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO	138
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	143

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto de um percurso pessoal e acadêmico que instigou o meu interesse não só pelo lazer, como também por tentar compreender relações, tensões e possibilidades existentes na sua fruição, acesso e apropriação por mulheres negras, segmento social marcado por diferentes narrativas, opressões, lutas/resistências e desconstruções de paradigmas sociorraciais, culturais, políticos e de gênero.

Essa trajetória é iniciada no ano de 2015 no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus XII) e os espaços que escolhi adentrar a partir de então, como mobilizações, estudos e debates travados pelo e no Movimento Estudantil da Educação Física, fizeram-me perceber que as lutas sociais e os esforços pela defesa de uma construção e ressignificação da democracia perpassam também por diálogos e construções acadêmicas que evidenciam e problematizam, inclusive, como estruturas desiguais de poder traçam diferentes posições para homens, mulheres, etnias, classes e raças.

O contato com a disciplina intitulada “As práticas da Educação Física no lazer”, ainda na graduação, bem como com estudos e debates acerca dos elementos sociopolíticos, econômicos, culturais, raciais e de gênero que atravessam o lazer em diferentes contextos, tempos e espaços sociais, possibilitaram-me entender a importância e a necessidade desta dimensão para a vida de todo(a) cidadão e cidadã, e perceber ainda, as contradições e barreiras existentes em sua apropriação e usufruto, ainda que se configure como um direito social¹ demarcado constitucionalmente pelo Estado (BRASIL, 1988).

Tive a oportunidade de me aprofundar ainda mais nessa discussão através do Programa de Iniciação Científica, quando participei como voluntária do projeto de pesquisa intitulado “A apropriação do lazer pelas mulheres participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em Guanambi – BA”. Um dos produtos dessa pesquisa foi a monografia defendida no ano de 2020, ano de conclusão do curso de graduação e ingresso no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGIEL/UFMG, na linha de pesquisa Identidade, Sociabilidades e Práticas de Lazer, a qual inclui estudos interdisciplinares relativos ao lazer em diferentes aspectos, práticas e modos de organização da vida social cotidiana, além da relação com diferentes sujeitos,

¹ Segundo o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

subjetividades, identidades, variações socioculturais de gênero, etárias, étnico-raciais, entre outros (EEFFTO, 2022).

Durante este percurso, busquei me aprofundar em leituras e pesquisas que tratassem especificamente de questões étnicas, identitárias, de gênero, raça e classe, pois através de um processo pessoal de reconhecimento e autoafirmação da minha identidade como mulher negra, amadurecido durante a trajetória iniciada na UNEB, pude perceber de maneira mais incisiva que as diversas restrições e desigualdades existentes para acessar e vivenciar os direitos sociais, dentre eles o lazer, se colocam de forma mais intensa para alguns segmentos sociais do que para outros(as), como por exemplo, para as mulheres negras, foco deste estudo.

A compreensão dessas questões, bem como o próprio processo de autoafirmação identitária, que segue em constante [re]construção, tem sido guiado por estudos e leituras diversas, sobretudo a partir de intelectuais e teóricos(as) negros e negras, como Silvio Almeida, Abdias Nascimento, Kabengele Munanga, Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos, Nilma Lino, Jurema Werneck, Angela Davis, Grada Kilomba, Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, entre outros(as) que contribuem inclusive com discussões apresentadas nesta dissertação.

Esses autores(as) possibilitaram perceber não só restrições e barreiras que permeiam o lazer dessas mulheres, que há séculos têm criado e possibilitado estratégias e condições individuais e/ou coletivas para vivenciá-lo de diferentes formas, mas também lutas e resistências.

Neste caminho, os meus estudos e pesquisas têm focado nas vivências, relações, tensões e possibilidades existentes para fruição e apropriação do lazer, especificamente por mulheres negras, na cidade de Caetité-BA, local em que resido há mais de 20 anos, e onde passei a observar relações existentes entre organizações sociais e políticas, coordenadas por mulheres negras caetiteenses ou com expressivo engajamento delas, com a própria luta pelo acesso ao lazer na cidade. Ações desenvolvidas por elas nessas organizações, ao buscarem por melhores condições de vida para si e para as comunidades das quais fazem parte, estão intimamente ligadas às lutas por melhores condições para vivenciarem o lazer.

Para tanto, busca-se neste trabalho compreender o lazer a partir de sua complexidade e multiplicidade, o qual não se esgota em uma única base teórica ou conceitual. Como mostra Gomes (2014), é importante problematizá-lo e entendê-lo de maneira situada, ou seja, considerando características e contextos históricos, culturais, sociais, éticos, estéticos, políticos, além das diversidades e singularidades locais. Segundo esta autora, a identificação e

a compreensão dessas especificidades apresentam desafios fundamentais para quem busca questionar o lazer a partir de diferentes perspectivas e realidades.

Gomes (2014) apresenta a noção de lazer como dimensão da cultura e necessidade humana, onde se fruem, ludicamente, as inúmeras práticas sociais estabelecidas culturalmente. Para esta autora, o lazer “precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado” (2014, p. 12), em que também perpassam conflitos, contradições e complexidades, sendo um tempo/espaço em que se manifestam tanto o tradicional quanto o novo, tanto o conformismo quanto a resistência; e no qual podem ser reproduzidas tanto a ordem social vigente quanto produzidos novos horizontes e perspectivas (GOMES, FARIA, 2005).

A compreensão acerca das ambiguidades, contradições e potencialidades existentes no âmbito do lazer é de suma importância quando os estudos e as discussões são direcionadas para grupos sociais específicos, como ocorre neste trabalho que trata sobre mulheres, população negra e, mais especificamente, sobre mulheres negras, sendo estes os segmentos que constituem as posições sociais, políticas e econômicas mais vulneráveis da sociedade brasileira, tendo as maiores dificuldades para o acesso a direitos sociais básicos, como lazer, saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, entre tantos outros indicadores revelados estatisticamente por institutos e pesquisas no âmbito federal, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2022).

Ao pensar sobre o segmento social feminino especificamente, é possível observar uma série de fatores que atuam como obstáculos e limites para suas vivências de lazer. Bonalume (2020), ao realizar uma investigação sobre o agenciamento do lazer em diferentes movimentos sociais que defendem a garantia dos direitos das mulheres brasileiras, aponta uma série de fatores importantes para se refletir sobre a maneira como essas mulheres têm vivenciado esta dimensão no Brasil, como: a complexidade que envolve esta temática, a mercantilização dessa dimensão como um fator que interfere diretamente nos sentidos e possibilidades de acesso, a dificuldade em reconhecer o lazer como direito social e ainda os fatores relacionados à construção da sociedade brasileira, pensada por uma lógica excludente e predominantemente masculina. Tudo isso são, segundo essa autora, barreiras preocupantes para o lazer de mulheres brasileiras.

Ademais, Bonalume (2020) apresenta questões relacionadas à dimensão dos marcadores identitários que compreendem as mulheres, em que se constroem lugares e papéis para este segmento, em uma sociedade dominada por princípios patriarcais, com base em

valores e padrões machistas, misóginos e sexistas. Essa autora expõe ainda a influência das jornadas extensivas de trabalho vivenciadas pela maior parte dessas mulheres, influenciadas pela divisão sexual do trabalho, em que às mulheres são atribuídas responsabilidades domésticas e cuidados com a família e aos homens funções exercidas no espaço público.

Não obstante, se considerarmos o fator racial, que também se encontra imerso nessas relações, essas barreiras tornam-se ainda mais intensas para homens e mulheres negras(os), grupos que vivenciam e enfrentam há séculos opressões e violências que colocaram, e ainda colocam, à prova a sua própria existência. Segundo Madeira e Gomes (2018) e Gonzalez (2020), as vulnerabilidades pelas quais a população negra brasileira vivencia são legados de 388 anos de escravidão que, embora tenha sido oficialmente abolida em 13 de maio de 1888, na prática ainda não teve fim, pois na atualidade a população negra “vive e sobrevive pagando a conta dos antepassados que não escolheram esse caminho de perversidades, atrocidades e acúmulos de desvantagens” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 467).

Assim, a compreensão do racismo como um dos sistemas e produtos mais perversos da escravidão, que sustenta as mazelas e disparidades raciais em diferentes contextos e dimensões da sociedade brasileira, é de suma importância não apenas para entender e problematizar as práticas e relações que estruturam e mantêm a segregação e as desigualdades sociorraciais no Brasil, mas também para compreender como o lazer influencia e é influenciado por esse sistema, que demarca diferentes lugares e posições sociais para a população negra, baseando-se na raça² como elemento hierarquizador das relações e práticas sociais. Em conjunto com as desigualdades de gênero, classe e sexualidade, reforça ainda mais as opressões e disparidades vivenciadas por mulheres negras que, em uma sociedade estruturada pelo capitalismo, encontram-se na base da pirâmide social, sendo o segmento com o menor status e poder socioeconômico no Brasil (MADEIRA; GOMES, 2018; GONZALEZ, 2020).

² Neste estudo entende-se o conceito de raça para além da noção enraizada na biologia, não se contentando com as explicações baseadas em questões sanguíneas, físicas ou fenotípicas, priorizando, assim, a densidade histórica e política que abarca esse termo. O conceito de raça apresentado busca evidenciar as determinações que constituem os sistemas sociopolítico, econômico e cultural hierarquizadores entre povos, assegurando privilégios diversos para pessoas não negras e/ou brancas, ao passo em que produzem e reproduzem desigualdades e processos de exclusão para a população negra. O uso do termo raça, em seu caráter político, reflete também a potencialidade da reivindicação de direitos historicamente negados e negligenciados, conforme tem denunciado a militância negra e a ciência social em diferentes contextos ao longo dos tempos (MADEIRA; GOMES, 2018; ALMEIDA, 2019). Ademais, destaca-se que a intuição deste estudo não passa pela intenção de esgotar ou resumir a historicidade que permeia as relações conceituais e teóricas do termo raça em meio a estrutura social brasileira, reconhecendo as tensões e complexidades que abarcam essas questões, sendo impossíveis de se esgotarem aqui, além de não serem o foco do presente estudo.

Estas disparidades estão intimamente associadas com as barreiras existentes para vivenciar o lazer no Brasil. Autores(as) como Marcellino (2006); Mayor e Isayama (2017); Pedrão e Uvinha (2017); Mayor *et al.* (2020); Dores *et al.* (2020), Bonalume (2020) entre outros(as), apontam em seus estudos que a classe social, o gênero, a raça, a dificuldade de acesso aos espaços tanto públicos quanto privados, a crescente violência nos centros urbanos, as desigualdades em relação ao acesso à saúde, à segurança, moradia, trabalho e à educação, são algumas das principais barreiras para acessar e vivenciar o lazer na sociedade brasileira, sendo ainda mais graves para a população negra, sobretudo mulheres.

Para identificar e compreender como essas diversas formas de desigualdades e opressões atuam, simultaneamente, na vida de mulheres negras e como esses fatores produzem desafios, restrições e uma necessidade constante de resistência para vivenciarem o lazer em Caetité-BA, este estudo mobiliza o conceito de interseccionalidade que, além de potencializar as discussões, auxilia a compreensão e a problematização sobre o fato de as mulheres negras estarem mais suscetíveis a vivenciarem maiores desafios no acesso ao lazer, seja por influências econômicas, culturais, sociais ou, até mesmo, relacionadas à localidade geográfica, inclusive pelo fato de a maioria das mulheres negras brasileiras habitarem áreas periféricas das cidades (GOES *et al.*, 2021) e dos espaços e equipamentos específicos de lazer se concentrarem majoritariamente nas regiões centrais (MARCELLINO, 2006), tornando-se, segundo este autor, um privilégio de poucos e uma barreira a mais para o processo de apropriação do lazer pelas populações residentes nos bairros periféricos brasileiros.

Vale destacar que o conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norte americana Kimberlé Crenshaw e contribui criticamente com o debate acerca das relações entre raça, classe social, gênero, sexualidade entre outros marcadores sociais da diferença que também perpassam pela dimensão do lazer.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do ‘desempoderamento’ (CRENSHAW, 2002, p.177).

Esta pesquisa, realizada com mulheres negras em Caetité, cidade situada na Bahia, um dos estados mais negros do Brasil, com um contingente que atinge 81,1% da população

baiana, tendo também as mulheres negras como maioria, totalizando 51,8% (PNADC, 2018), é de suma importância para compreendermos as relações, tensões e potencialidades do lazer neste estado, que contribui fortemente com a identidade cultural, artística, étnica e racial do Brasil, cuja população também é composta por uma maioria negra (56,2%) (IBGE, 2021).

É possível observar que negros e negras, embora sejam maioria em termos quantitativos, são também os mais afetados por desigualdades sociais, educacionais e econômicas e políticas no Brasil, como aponta o IBGE (2021), fato que além de interferir diretamente nas vivências de lazer dessa população (PEDRÃO E UVINHA, 2017), é acompanhado pela escassez de estudos e pesquisas que melhor evidenciem e problematizem essas questões.

Este fato é apresentado por Dores *et al* (2021) quando apontam a necessidade de mais produções teóricas relacionadas a essa temática que consigam problematizar padrões e saberes hegemônicos que circundam a área do lazer e que possam “validar conhecimentos que sejam capazes de desestabilizar formas de pensar o tempo, o lazer, o trabalho e a cultura que desconsideram as especificidades vividas pelas pessoas negras no Brasil” (2021, p. 352).

No que tange às produções referentes à temática lazer e mulheres negras é possível observar uma escassez ainda maior, conforme ressalta Viana (2021) ao buscar produções sobre esse tema na base de dados do PPGIEL/UFMG, caminho também realizado por este estudo para mapeamento de trabalhos publicados, até o ano de 2022, sobre a temática étnico racial e de gênero, alguns destacados a seguir:

“O samba no terreiro: música, corpo e linguagem como prática cultural – apontamentos para o campo do lazer” (NIGRI, 2014). Nesta dissertação a autora apresenta a discussão relacionada ao samba no contexto do candomblé ressaltando como esse debate pode fornecer subsídios para construir novos conhecimentos no campo de estudos do lazer. Neste trabalho é feita uma problematização acerca do olhar hegemônico presente na área do lazer, dialogando sobre alguns elementos importantes em torno do samba no candomblé, como práticas e vivências de origem afro-brasileira, e que também perpassam pela dimensão do lazer, como: mito, festa e sacralidade.

“A capoeira no período da ditadura militar (1964 – 1985) no contexto de Belo Horizonte – MG: diálogos acerca dos processos de resistência e enquadramento na prática da capoeiragem” (JESUS, 2015). Esta dissertação discute sobre a maneira como capoeiristas vivenciavam essa prática como uma opção de lazer, ao passo em que transformavam essa experiência em uma forma de resistir contra o regime da ditadura militar instaurado naquela época. O autor expõe a historicidade presente no processo de consolidação da capoeira

durante um regime extremamente opressor e ressalta a força dessa prática que, apesar de ter sido proibida desde os tempos da escravidão no Brasil, resiste até os dias atuais em diferentes espaços e contextos socioculturais e políticos.

“Vem que hoje é dia de festa: Corpo, território e ancestralidade nas festas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga – Bom Despacho- MG” (OCELLI, 2017). Esta tese apresenta como proposta o reconhecimento de processos identitários constituídos a partir de múltiplas relações entre as dimensões fundantes do universo quilombola, como as dimensões entre corpo, território e ancestralidade, buscando estabelecer o diálogo com suas práticas corporais particulares e as apropriações universais e focando no que emerge da relação entre este tensionamento.

“Lazer, resistência e cultura no contexto urbano: dos tambores e ritmos africanos ao festejo do tambor mineiro” (NUNES, 2020). Este estudo ressalta registros, descrições e provocações acerca da experiência do Festejo do Tambor Mineiro, estabelecendo relações com o contexto urbano, o lazer e os movimentos de (re)existências. A dissertação evidencia ainda sentidos e significados que o lazer apresenta e absorve na experiência cultural do Festejo do Tambor Mineiro no contexto da cidade de Belo Horizonte, além de descrever as relações que se estabelecem nas identidades étnicas desses sujeitos, a partir do processo de organização e vivência da festividade.

“Resistir para se divertir, se divertir para existir: os “selvagens divertimentos” das pessoas negras em Salvador (BA) na virada do século (1890-1910)” (RAMOS, 2022). Esta dissertação que discute sobre algumas das práticas de lazer, ou divertimentos, de negros e negras soteropolitanos(as), durante a virada do século XIX para o XX, como samba, batuque, candomblé e festejos do Bonfim, apresentando o processo de resistência que circunscreve, ainda hoje, esses costumes, inferindo, inclusive, em uma tomada de consciência racial para a população negra baiana e brasileira.

“Com o pé na África: corpo, arte e lazer em um terreiro de candomblé” (SOUSA, 2021). Tese que aborda o processo de imersão em um terreiro de candomblé situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte percebido e apresentado como contexto de experiências culturais, capaz de entrelaçar modos de vida, relações intersubjetivas, saberes e práticas sociais distintas. O autor faz ainda uma proposição etnográfica a fim de ampliar os debates referentes às manifestações culturais de matriz africana no Brasil, sugerindo inclusive outras formas de aproximação e de compreensão em relação às suas configurações atuais.

Ao tratar das publicações que apresentam a temática gênero, mulheres e lazer, também é possível citar alguns estudos, como a dissertação “Mulheres torcedoras do Cruzeiro Esporte

Clube presentes no Mineirão” (CAMPOS 2010). Este estudo apresenta um perfil sociológico das torcedoras do Cruzeiro Esporte Clube, presentes no estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão, em Belo Horizonte – MG, e reflete sobre os padrões de masculinidade que permeiam as formas de torcer, fato que dificulta a apropriação pelas mulheres, deste espaço e desta prática social.

“Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG” (TAVARES, 2011). Esta dissertação busca compreender o trabalho realizado no campo de atuação profissional do lazer por Organizações Não Governamentais associadas ao Movimento LGBT. Apresenta questões importantes para refletir sobre esta área de atuação em ONGs LGBT como a fruição e a apropriação dos espaços públicos de lazer, a conscientização do lazer como um direito social, além das especificidades e potencialidades existentes em meio as atividades de lazer realizadas nestas instituições para e por estes segmentos sociais

“O lazer das mulheres na mesa de negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras” (BONALUME, 2020). Esta tese estuda o lazer a partir de movimentos sociais que defendem direitos de mulheres brasileiras. Apresenta aspectos macro e micro políticos que influenciam as dificuldades para estas mulheres vivenciarem o lazer no Brasil, desde os padrões sociais e de gênero pensados por uma lógica patriarcal, sexista e excludente, até as complexidades e subjetividades que envolvem a temática do lazer, como o não reconhecimento desta dimensão como um direito social.

No que se refere às publicações que tratam especificamente sobre a temática lazer e mulheres negras defendidas até 2022, encontrou-se apenas uma dissertação e uma tese, ambas da mesma autora. A dissertação “Mulheres negras e baile *funk*: sexualidade, violência e lazer” (VIANA, 2013), busca analisar o processo de construção social das feminilidades em um bairro popular favelizado, denominado Conjunto Morro Alto, em Vespasiano-MG, e apresenta as relações entre violência e poder nos momentos de lazer em bailes *funk* neste local. Neste estudo a autora evidencia a forma como as trajetórias de vida das meninas/mulheres que constituem sua pesquisa são circunscritas por práticas de enfrentamento em territórios essencialmente masculinos, questionando relações de gênero.

Já a tese de doutorado “Trajetórias socioespaciais, narrativas cinematográficas e lazer de cineastas negras: intersecções entre racismo e sexismo” (VIANA, 2021), discute sobre as intersecções entre gênero e raça em meio as trajetórias sociais e espaciais e busca compreender as vivências de lazer de cineastas negras. Neste estudo, a autora agrega uma nova concepção de lazer, a qual chama de “lazer insubmisso”, se referindo a uma perspectiva

de lazer que acolhe os corpos negros como humanos, trazendo ainda a complexidade e a multidimensionalidade do lazer cinematográfico como detentor de uma trama política, ética, estética e afirmativa.

Cabe destacar que desde o ano de 2008 até 2022, dentre 276 dissertações e teses defendidas no PPPGIEL, esta dissertação é apenas o terceiro estudo a tratar da temática específica sobre lazer e mulheres negras, fato que demonstra a relevância desta pesquisa não apenas para ampliar e potencializar as discussões referentes a este tema tanto no Programa, quanto no campo de estudos do lazer em si, mas também para incentivar e contribuir com a construção de novas produções e pesquisas que se aprofundem nesta pauta tão importante e urgente para a área do lazer e ainda para as diferentes perspectivas de estudo sobre mulheres negras no Brasil.

Estudos como estes podem colocar em evidência as mais diversas histórias e trajetórias de mulheres negras brasileiras, que têm seus corpos atravessados por intensas opressões inclusive nos campos acadêmicos e teóricos em que constantemente têm suas experiências de luta, força e resistência invisibilizadas ou diminuídas. Expor, discutir e problematizar a forma como estas mulheres existem, sobrevivem e seguem criando e recriando estratégias de luta e resistência, inclusive, através do lazer, em um país marcado por um forte legado colonial, representa um grande avanço para o campo social, político e cultural brasileiro.

Nesta perspectiva, este estudo ao apresentar uma realidade ainda mais específica, de mulheres negras nordestinas, baianas e caetiteenses, que habitam majoritariamente as periferias de Caetité e diariamente encontram e criam maneiras de contornar as desigualdades existentes, através de projetos e movimentos sociais, e de atividades artísticas, culturais, educacionais, entre outras, é importante até mesmo para revelar a força dessas mulheres ao seguirem na luta por melhores condições de vida para si e para as comunidades em que estão inseridas, possibilitando vivências de lazer em um contexto em que esta dimensão praticamente inexistente devido a conflitos e barreiras sociais, econômicas, políticas etc., geralmente causadas pela negligência do próprio poder público. Pode ainda contribuir para a qualificação e expansão dos espaços e equipamentos de lazer, até mesmo através da implementação de políticas públicas nesta região, o que colabora com o desenvolvimento pessoal e social da população caetiteense e da cidade de maneira geral.

Finalmente, ressalto a carência de estudos e pesquisas sobre esta temática que sejam produzidas especificamente por mulheres negras. Como ressalta Kilomba (2020, p. 50) “o centro acadêmico não é um local neutro”. É um espaço em que, historicamente, o privilégio

de fala tem sido negado para negros e negras, tendo os conhecimentos produzidos por estes segmentos, desvalorizados ou não reconhecidos epistemologicamente. Segundo esta autora:

Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outra/o” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco [...] Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós” (KILOMBA, 2020, p. 50).

A escolha por pesquisar e estudar sobre mulheres negras de classe social e localidade geográfica próximas as minhas se dá tanto pela intencionalidade em ressignificar e/ou modificar a lógica racista e sexista imposta no âmbito acadêmico, quanto pela importância em produzir conhecimentos a partir de uma relação mais igualitária entre pesquisadora e pesquisadas.

Sendo realizado especificamente no campo do lazer, os resultados deste estudo podem direcionar e evidenciar novos caminhos para se discutir sobre mulheres negras, trazendo novas perspectivas e potencialidades para o âmbito social, cultural, acadêmico, teórico e político.

Na busca pelo alcance das questões postas nestas considerações iniciais, o objetivo geral deste estudo consiste em compreender e discutir o lazer de mulheres negras, inseridas em organizações sociais e políticas na cidade de Caetité-BA, a partir de uma perspectiva interseccional de análise. Para tanto, a pesquisa busca:

- Identificar as características sociais, econômicas, culturais e educacionais que constituem o perfil de mulheres negras que fazem parte das organizações sociais e políticas da cidade de Caetité-BA estudadas neste trabalho, além das condições de trabalho em que estão inseridas;
- Compreender influências da inserção e do engajamento dessas mulheres nessas organizações para as suas vivências do lazer;
- Identificar as barreiras e desafios sobrepostos pelos marcadores de gênero, raça e classe para a fruição e acesso ao lazer das mulheres pesquisadas;

- Problematizar os impactos e as implicações existentes nas vivências de lazer dessas mulheres durante a Pandemia pela Covid-19;
- Compreender o acesso e as práticas de lazer do cotidiano dessas mulheres, ao considerar a pluralidade existente entre elas, bem como as condições que a cidade oferece para essas vivências.

Feitas as considerações iniciais deste estudo, passamos agora para a forma pela qual a estrutura desta dissertação encontra-se organizada:

Inicialmente, no capítulo intitulado “Construções sociorraciais e identitárias de mulheres negras em Caetité-BA: interlocuções com o lazer” pretende-se apresentar o contexto em que as mulheres participantes deste estudo estão inseridas e como características sociais, políticas e culturais do Sertão Produtivo da Bahia e, mais especificamente, da cidade de Caetité influenciaram e influenciam no processo de reconhecimento e afirmação das suas identidades. Ao passo em que se reconhecem como mulheres negras, questionando inclusive padrões e ideais de gênero instituídos socialmente, as possibilidades e experiências de lazer são também influenciadas e atravessadas interseccionalmente por marcadores sociais de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros.

No capítulo seguinte “O lazer no Sertão Produtivo da Bahia: possibilidades e desafios para mulheres negras caetiteenses” as discussões e problematizações se referem às possibilidades, barreiras e desafios sobrepostos pelos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade para a fruição e acesso ao lazer das mulheres pesquisadas. Aborda-se os impactos da pandemia do Covid-19 para as vivências de lazer dessas mulheres, considerando ainda que os dados desta pesquisa foram coletados durante o período pandêmico. Ademais, este capítulo busca apresentar as disparidades existentes nos lazeres dessas mulheres no que tange às ações e ou equipamentos de lazer oferecidos, ou não, em seus bairros, majoritariamente situados em regiões periféricas da cidade, apontando também relações entre raça, classe e gênero e condições geográficas para a materialização do lazer em Caetité-BA.

Já o capítulo “Perfil de escolaridade, trabalho e renda: impasses e possibilidades para o lazer na intersecção entre gênero, raça e classe” apresenta o perfil das mulheres que integram esta pesquisa, através dos dados coletados em escolaridade, trabalho e renda. Busca-se compreender e problematizar as influências da intersecção entre gênero, raça e classe no lazer de mulheres negras caetiteenses a partir dos resultados obtidos nos questionários e entrevistas aplicados, conectando, assim, narrativas e experiências individuais e/ou coletivas das participantes aos dados mais objetivos e gerais deste estudo, associando-os, ainda, a uma

perspectiva mais ampla – estadual e nacional – considerando as influências, avanços e continuidades em padrões e estruturas socioculturais que impactam o lazer de mulheres negras brasileiras, baianas e caetiteenses.

Por fim, o capítulo “Resistir para existir: estratégias de resistência de mulheres negras caetiteenses e suas conexões com o lazer” tem por objetivo apresentar a potencialidade das organizações sociais e políticas em que as participantes deste estudo estão inseridas, como parte de suas identidades e trajetórias. Busca-se ressaltar a força e a luta das mulheres que integram essas organizações, por melhores condições de vida não só para elas, mas também para as comunidades das quais fazem parte. Neste item observa-se ainda a coexistência do lazer com as atividades desempenhadas nessas organizações, e como as lutas e resistências diárias dessas participantes interferem no acesso e nas possibilidades de lazer em Caetité-BA.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo, de natureza qualitativa, foi realizado especificamente com mulheres negras que impulsionam, engajam e/ou coordenam organizações sociais e políticas em Caetité-BA. De acordo com Minayo (2001), a investigação qualitativa trabalha com uma gama de significados, razões, crenças, valores e atitudes correspondentes a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, sendo, portanto, a abordagem mais apropriada para esta pesquisa, que lida com subjetividades e especificidades de um segmento social permeado e influenciado por lutas e resistências contra as opressões e silenciamentos que lhes são historicamente impostos.

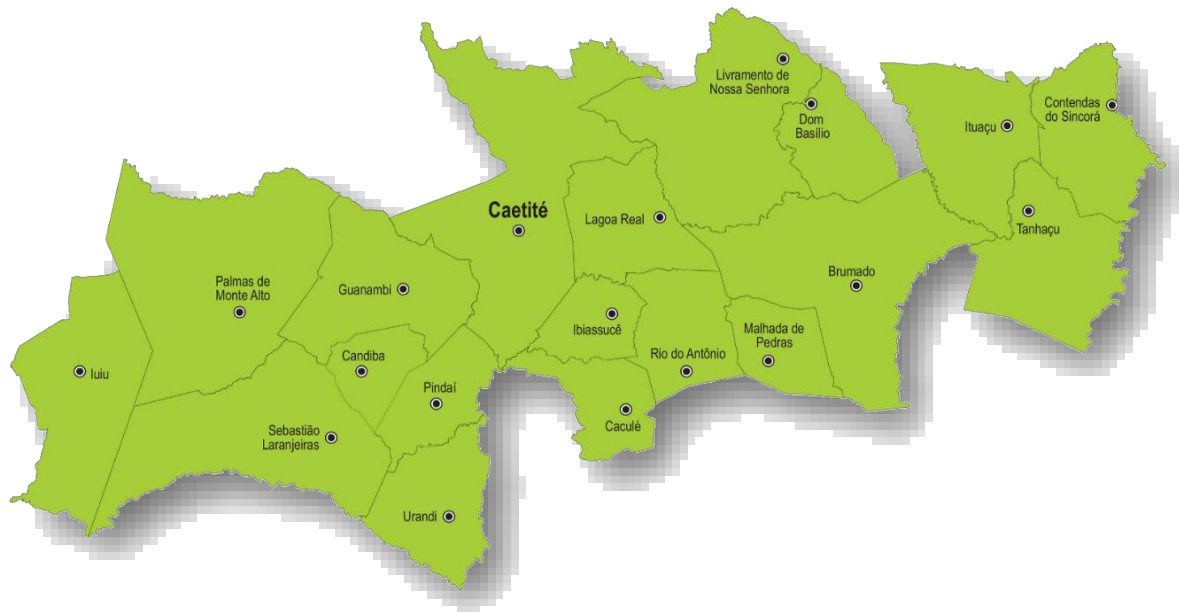
O estudo, que ocorreu entre 2020 a 2022, se efetivou através da realização de pesquisa de campo, que se configura como uma etapa essencial da pesquisa qualitativa e é caracterizada por investigações em que, além da pesquisa bibliográfica, são feitas coletas de dados junto a pessoas, com diferentes tipos de instrumentos de pesquisa (FONSECA, 2002) sendo, neste caso, através de questionário (APÊNDICE I) e entrevista semiestruturada (APÊNDICE II).

O trabalho de campo foi desenvolvido especificamente em Caetité, cidade situada no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia. A identificação desta região ocorreu em 2007, quando a Secretaria de Cultura do estado – SECULTBA, reconheceu 27 Territórios de Identidade, a partir de critérios políticos, geográficos, ambientais, econômicos e culturais, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, desde a identidade; os vínculos sociais, culturais e territoriais; bem como o próprio sentimento de pertencimento da população (SECULTBA, 2022).

Vale ressaltar que os Territórios de Identidade do estado da Bahia foram constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas que são definidas a partir da realidade local de cada Território, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões (SECULTBA, 2022).

O Sertão Produtivo da Bahia possui população total de 444,6 mil habitantes e extensão territorial de 23,5 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2010), e é constituído por 19 municípios, conforme apresenta o mapa situado abaixo:

Figura 1: Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia



Fonte: Núcleo Territorial de Educação – NTE 13, 2013.

Para a realização deste estudo na cidade de Caetité-BA, especificamente, fez-se um mapeamento inicial buscando por organizações sociais e políticas na cidade que pautam por questões sociorraciais, têm majoritariamente engajamento de mulheres negras e/ou são por elas coordenadas. A busca foi realizada a partir de sites locais, redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, além dos grupos de *WhatsApp* onde essas organizações também expõem e sistematizam suas atividades, como o grupo do Movimento Negro Unificado – MNU³ da cidade, do qual faço parte desde 2020, tendo sido adicionada ao mesmo a partir do contato e de relações de amizade estabelecidas com pessoas também engajadas nessas ações, como colegas, amigos(as) e professores(as) da universidade na qual estudei, UNEB. Foram encontradas e selecionadas cinco organizações para este estudo, dentre os quais se incluem:

- **Projeto Flor:** Este projeto possui cerca de 12 anos de existência e não possui registro, se mantendo apenas com ajuda voluntária. Suas ações acontecem semanalmente

³O Movimento Negro Unificado se constitui como um amplo movimento social, coletivo e político composto por diversos grupos e segmentos, que se distribuem nas cinco regiões do Brasil sob caráter institucional, conforme especificado no item 5.1 desta dissertação. Em Caetité-BA este movimento ainda não foi institucionalizado, mas existe e resiste através de um coletivo de homens e mulheres negras que tem se organizado contra as opressões sociorraciais que afetam esta cidade.

servindo sopa para as crianças carentes do Bairro Nossa Senhora da Paz, o mesmo em que reside a fundadora e coordenadora do projeto;

- **Projeto Esmeralda:** Acontece desde 2019 no Bairro Esmeralda, local onde estão situadas as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida⁴ na cidade. Também sobrevive de doações e tem como objetivo ajudar famílias necessitadas do local, tanto com alimentos quanto com roupas e demais utensílios que contribuem para o bem-estar dos moradores;
- **Projeto Amigos do Bem:** Este projeto atende cerca de 1.200 pessoas em situações de vulnerabilidade social, que são ajudadas por meio de arrecadações realizadas através da organizadora do projeto, seja na feira-livre da cidade, nos comércios ou com qualquer pessoa e/ou instituição disposta a fazer doações de alimentos, agasalhos, brinquedos etc.;
- **Dandaras:** Grupo de dança composto por oito mulheres negras, moradoras de bairros periféricos/vulneráveis. O grupo nasceu em 2017 através de formações artístico-culturais, como um projeto de política pública intitulado “Art&Eu” da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Atualmente é um grupo autônomo e pautam através da dança, questões étnicas, sociorraciais, identitárias e de gênero, buscando ainda levar arte e cultura numa perspectiva antirracista, para a comunidade caetiteense.
- **Movimento Negro Unificado- MNU/Caetité:** O grupo que constitui o MNU de Caetité-BA mobiliza debates e reivindicações coletivas, confrontando as diferentes formas em que o racismo atua sobre a cidade e à população negra caetiteense, se organizando através de atos públicos, além de publicações e denúncias em sites e redes sociais.

Estas organizações foram escolhidas após perceber, durante o mapeamento, e também por já conhecer algumas mulheres que deles participam, visto que moro em um bairro próximo aos que elas residem na cidade, que a coordenação e o engajamento das atividades desempenhadas nessas organizações eram realizados majoritariamente por mulheres negras, foco deste estudo.

Nessas cinco organizações foram identificadas vinte e três mulheres negras no total, das quais três delas integram três dos projetos sociais estudados, oito constituem As Dandaras

⁴ O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 2009 através da Lei federal nº 11.977/2009, com o objetivo de estabelecer mecanismos de incentivo à aquisição de novas unidades habitacionais tendo em vista o déficit habitacional do país (BRASIL, 2009).

e dez o MNU. Duas dessas mulheres transitam entre duas organizações diferentes, o Projeto Flor/MNU e as Dandaras/MNU.

Devido a pandemia de Covid-19, momento em que foi realizado este estudo (2020-2022), optou-se por um contato inicialmente de modo virtual, via WhatsApp, com essas mulheres, tendo ocorrido de forma individual com cada uma delas, momento em que foram feitas as devidas apresentações e explicações dos objetivos e etapas de realização desta pesquisa. Foi explicitado ainda que este estudo seria realizado apenas com mulheres negras, tendo então uma confirmação de como elas se autodeclaravam racialmente, questão formalmente certificada a partir dos itens de identificação descritos nos questionários.

Dentre as vinte e três mulheres localizadas e contatadas, vinte aceitaram participar – três do Projeto Esmeralda, uma do Projeto Flor, uma do Projeto Amigos do Bem, oito do Grupo Dandaras e sete do MNU. Neste último, em que o segmento social masculino negro também se envolve nas ações desempenhadas, foram escolhidas apenas as mulheres negras, pelo fato de a centralidade deste estudo ocorrer essencialmente através deste grupo.

A partir do aceite dessas mulheres foi realizada a coleta dos dados, que ocorreu em duas etapas principais. A primeira se deu através da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, encaminhado para as vinte participantes deste estudo e por elas respondido por meio do aplicativo Google Formulários.⁵ Esta etapa teve como objetivo delinear um perfil socioeconômico das participantes do estudo e conhecê-las a partir dos seguintes fatores: faixa etária, estado civil, maternidade, condições de trabalho, renda, escolaridade e local de residência. Juntamente com o encaminhamento do questionário foi realizada uma explicação sobre a forma como seria desenvolvida a segunda etapa da pesquisa: a entrevista.

Para esta fase apenas oito mulheres aceitaram participar, dentre as quais estiveram: as coordenadoras dos Projetos Flor, Esmeralda, Amigos do Bem e do Grupo Dandaras, e as outras quatro do MNU de Caetité-BA. O objetivo foi identificar e compreender o lazer dessas mulheres a partir das suas experiências e das complexidades e possibilidades existentes no Sertão Produtivo da Bahia, mais especificamente em Caetité.

As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade das participantes, tendo ocorrido três em formato online, através do Google *Meet*⁶, incluindo integrantes do MNU e da

⁵ O Google Formulários, ou Google *Forms*, é um aplicativo gratuito e digital desenvolvido pelo Google em 2012, voltado para o gerenciamento de pesquisas. A partir deste aplicativo é possível coletar informações através de questionários e formulários de registro.

⁶ Serviço de comunicação por videoconferências desenvolvido pelo Google em 2017.

Coordenação do Grupo Dandaras, e outras cinco por meio de encontros presenciais, com gravação de áudio via aparelho celular. Destas últimas entrevistas, duas (MNU) ocorreram nos locais de trabalho das participantes e as outras três (Projetos Flor, Esmeralda e Amigos do Bem) foram realizadas nas próprias sedes dos projetos. Todos esses ambientes foram indicados e escolhidos pelas próprias participantes deste estudo, e no que se refere aos encontros presenciais, foram aplicadas as adequações necessárias em decorrência do período pandêmico, tais como o distanciamento social e o uso de máscaras e álcool gel.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, sem auxílio de aplicativos ou transcritores digitais, apenas com os áudios das gravações salvas no aparelho celular e também do Google *Meet*, no caso daquelas que ocorreram de modo remoto. Nesta etapa foi possível identificar e entender relações entre a participação e o engajamento nas cinco organizações sociais e políticas em que essas mulheres estão inseridas, com tensões, anseios, lutas e processos de resistências que atravessam seus corpos e identidades, e como essas questões influenciam e impactam os seus lares. Neste processo foi observado ainda os efeitos causados em seus lares e em suas vidas a partir da pandemia do Covid-19.

Devido a este momento delicado, no qual a pesquisa foi realizada, também houve atenção aos impactos mentais e emocionais que atingiram a população em razão da pandemia, tomando, assim, os devidos cuidados nas maneiras pelas quais a coleta dos dados foram realizadas, visto que questões e informações compartilhadas, tanto através do questionário quanto da entrevista, tocavam em assuntos que poderiam ser sentidos de diferentes maneiras pelas participantes e, até mesmo, desencadear gatilhos mentais e emocionais, como, por exemplo, quando perguntadas sobre o contexto e origem familiar, considerando que algumas passaram por situações, como abandono paterno, mortes por suicídio na família, inseguranças financeiras e alimentares, racismo, transfobia, entre outras formas de opressão de gênero e raça.

A análise dos dados coletados foi orientada pela Análise Temática de Conteúdo proposta por Minayo (2007) a qual desdobra-se nas etapas: pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação.

Observando estas etapas, realizou-se uma leitura inicial dos dados obtidos através dos questionários que, por terem sido aplicados através do Google *Forms*, já estavam previamente estruturados e com as respostas das participantes organizadas em gráficos, sendo esta uma das funcionalidades do aplicativo. Após a leitura completa desses dados, eles foram reorganizados e sistematizados em novos gráficos, via Word e Excel, visando uma melhor organização e análise das informações colhidas.

Já no que se refere às entrevistas, após a transcrição completa foram realizadas leituras minuciosas das informações, interpretando tanto a partir dos objetivos da dissertação, quanto dos elementos que ultrapassaram as questões abordadas nos instrumentos de pesquisa, como foi o caso dos fatores que influenciaram, e ainda influenciam, o processo de construção das identidades, de gênero e de raça das participantes deste estudo, enfatizados pela maioria delas, ao passo em que compartilhavam sobre as possibilidades e restrições aos seus lazeres.

Assim, juntamente com os dados obtidos com os questionários foram definidas as categorias trabalhadas neste estudo, sendo: 1) Processo de reconhecimento e [re]construção identitárias; 2) Especificidades no lazer de mulheres negras/Barreiras e possibilidades para a vivência do lazer em Caetité; 3) Pandemia Covid-19; 4) Lazer no contexto periférico; 5) Força e resistência feminina negra em organizações sociais e políticas de Caetité e sua relação com o lazer; 6) Intersecções entre gênero, raça, classe e relações entre as dimensões de trabalho, renda, escolaridade e lazer;

Cabe ressaltar que durante a toda a interpretação e análise dos dados utilizou-se o conceito de interseccionalidade como ferramenta essencial para auxiliar e potencializar a compreensão das diversas opressões que atravessam os corpos, identidades, trajetórias e resistências, tanto das mulheres que integram esta pesquisa, quanto minhas como pesquisadora, o que toca na necessidade de destacar a importância de pesquisas feitas por mulheres negras para e sobre outras mulheres negras.

Por fim, destacam-se os cuidados éticos que contornam este estudo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), número do processo: 54160021.7.0000.5149 e número do parecer: 5.263.380, onde foram avaliados possíveis riscos ou danos desta pesquisa às participantes. Todos os instrumentos de coleta de dados foram aplicados mediante apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e em todo o desenvolvimento da pesquisa evidenciou-se que as cautelas e descrições, bem como o comprometimento e auxílio quanto aos possíveis danos ou constrangimentos por parte das participantes, seriam assegurados. Foi destacado ainda a possibilidade de desistência da pesquisa, sem sofrer nenhum tipo de dano, caso não se sentissem confortáveis com a mesma. Desse modo, houve inteira responsabilidade pela guarda das informações colhidas.

2.2 Apresentando as participantes deste estudo

Antes de se debruçar nas especificidades e experiências que circunscrevem as trajetórias das mulheres que compõem este estudo pretende-se, aqui, realizar uma breve apresentação de cada uma delas, a fim de conectar esta pesquisa com as potencialidades e diversidades sociais, étnicas, territoriais e identitárias que envolvem os seus caminhos e atravessam os seus lazeres, a partir dos contextos em que estão inseridas.

Optou-se por realizar esta apresentação inicial apenas das mulheres que foram entrevistadas por observar uma proximidade entre subjetividades por elas compartilhadas com dados obtidos através do questionário, sendo estas questões importantes para se estabelecer um contato inicial com as participantes, antes de adentrarmos nas singularidades que compõem não só este estudo, mas o próprio processo de existência e resistência dessas mulheres.

A forma nominal como as participantes são citadas nesta pesquisa parte da compreensão de que as mulheres negras têm sido historicamente silenciadas, tendo suas identidades, histórias e trajetórias sociopolíticas e culturais, constantemente apagadas ou apresentadas de forma com que o racismo seja reforçado e [re]produzido também no ambiente acadêmico (KILOMBA, 2020) o que não corrobora com a intencionalidade deste estudo.

Não obstante, entende-se também que as histórias e informações compartilhadas por elas, tocam em assuntos pessoais e sensíveis, que podem gerar possíveis desconfortos ou constrangimentos. Assim, optou-se por uma forma em que a privacidade dessas mulheres seja preservada, sem que suas identidades sejam de fato ocultadas, sendo citadas ao longo do texto através das iniciais dos seus nomes e apenas com os sobrenomes por extenso, seguidos da data de realização da entrevista, conforme apresentam-se abaixo:

2.2.1 R. Souza (2022) – Movimento Negro Unificado

R. Souza (2022) tem 28 anos, se reconhece heterossexual, se autodeclara Preta e nasceu em Igaporã-BA, cidade situada a aproximadamente 46 quilômetros de Caetitê-BA, onde reside atualmente no bairro Prisco Viana, localizado em uma região periférica da cidade. Sua família materna possui raízes quilombolas, com origens em duas comunidades diferentes: Sambaíba, pertencente ao Território de Identidade Sertão Produtivo, e Rio do Tanque, comunidade quilombola de Riacho de Santana, município baiano do Território de Identidade Velho Chico. Sua família paterna possui descendência indígena, com origens em Santo

Antônio de Jesus, cidade popularmente conhecida como a capital do Recôncavo Baiano, devido a sua importância como um dos maiores polos comerciais e industriais da região, estando localizada a aproximadamente 187 quilômetros de Salvador-BA.

Em suas narrativas, R. Souza (2022) expõe brevemente sobre a diversidade social, cultural e geográfica que constitui a sua identidade, nos dando pistas para encontrar, nos valores e tradições da sua família, o potencial do lazer a partir dos costumes e práticas sociais e artísticas, oriundas da cultura negra no Brasil. É esposa, dona de casa, trabalha fora, cursa duas graduações à distância, uma em Bacharel em Direito e outra em Administração Pública; é mãe de dois filhos e em seus relatos apresenta o seu olhar a respeito das marcas da intersecção entre gênero, raça e classe em sua vida, refletindo sobre relações entre os impactos produzidos por estes marcadores sociais e as restrições existentes para acessar e vivenciar o lazer em um bairro periférico de Caetité-BA.

Esses elementos, em que segundo R. Souza (2022), fazem com que o lazer se apresente em sua vida muito mais pela ausência do que pela existência, impulsionam um constante processo de luta e resistência em sua vida e motivam o seu engajamento em organizações sociais e políticos da cidade, tal como o MNU. As pautas que permeiam suas lutas estão também conectadas com a busca pelo fim das desigualdades sociorraciais e de gênero que atingem a população negra caetiteense, em especial as mulheres negras, pobres e periféricas, que veem seus direitos cerceados a partir de condições estabelecidas por esses marcadores sociais, como é o caso do lazer.

2.2.1 T. Rodrigues (2022) – Movimento Negro Unificado

T. Rodrigues (2022) tem 43 anos de idade, se reconhece heterossexual, se autodeclara Preta e nasceu em Caetité-BA, onde foi criada somente pela mãe, que possui origem em uma comunidade denominada “Umbuzeiro”, localizada na Zona Rural da cidade. Em suas narrativas, apresenta as marcas do abandono paterno em sua vida e recorda vivências da infância e da adolescência ao lado da sua mãe, que trabalhava diuturnamente para criar, sozinha, ela e mais três irmãs.

Em meio às inúmeras barreiras encontradas nesse período, T. Rodrigues (2022) aponta também as tensões relacionadas a sua relação com o trabalho, cujo início se deu aos 13 anos de idade, quando atuou como acompanhante/cuidadora de uma idosa em Caetité-BA. A renda

obtida era usada para auxiliar nas despesas domésticas tendo, já nesta idade, uma enorme responsabilidade com a manutenção financeira de sua família, fato que, segundo aponta, trouxe grandes restrições as suas vivências de lazer, desde então.

Neste meio tempo, ela enfatiza o racismo que sofreu, desde a infância, inclusive no ambiente escolar, por alguns professores da época, o que limitou significativamente o seu aprendizado e dificultou, mais tarde, sua entrada na universidade. O racismo sofrido no contexto escolar, somado às instabilidades financeiras e familiares, reforçaram ainda mais o seu anseio por transformação da realidade a qual estava imersa, o que motivou e motiva inclusive a sua participação em ações desenvolvidas pelo Movimento Negro Unificado na cidade.

Através das cotas raciais se tornou a primeira da família a ter um diploma de Ensino Superior com o curso de Licenciatura em História, na Universidade do Estado da Bahia – Campus VI. Também cursou Pedagogia, se especializou em Educação Especial Inclusiva e fez Pós-Graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Atuou como professora, intérprete de libras e coordenadora pedagógica do município, chegando a trabalhar, em um determinado período da sua trajetória profissional, 60 horas semanais, jornada de trabalho que se constituiu como um dos principais fatores para as limitações existentes em seu lazer ao longo da vida, consideravelmente agravadas ao considerar a escassez de espaços e equipamentos de lazer em seu bairro, o Ovídeo Teixeira, região periférica de Caetité-BA.

2.2.3 A. Oliveira (2022) – Movimento Negro Unificado

Tem 23 anos de idade, é uma mulher Trans, autodeclarada preta e se reconhece heterossexual. Nasceu em Caetité-BA, onde reside atualmente no bairro Santo Antônio, região também periférica da cidade. Já os seus pais e parte dos seus irmãos moram na Zona Rural do município. Ao iniciar a entrevista, A. Oliveira (2022) enfatizou que nem sempre a sua identidade, racial e de gênero, foi tão óbvia ao longo da sua vida, e afirmou ter passado por um longo processo de reconhecimento, autoafirmação e empoderamento. Esta fase, além de marcar boa parte da sua trajetória pessoal, foi também influenciada pelos traumas deixados pelo racismo e Transfobia, desde a adolescência, fato que impacta, ainda hoje, o tempo e a qualidade do seu lazer.

A. Oliveira (2022) relata como a solidão se fez presente ao longo da sua vida, como consequência dos preconceitos e discriminações sofridas, que resultaram em intensas restrições no que tange ao acesso e à apropriação de diferentes espaços da cidade, e diante de

todas estas adversidades retrata ainda as constantes estratégias de luta e resistência necessárias para superação e transformação dessa realidade.

Cursa Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI e Design de Moda e Artes Visuais à distância. Em 2020 foi eleita Miss Beleza T Bahia e a sua relação com a moda tem representado a potencialidade e a resistência da identidade negra e Trans no estado da Bahia e, mais precisamente, em Caetité, fato que também inspira e motiva o seu ativismo e envolvimento em diferentes organizações e ações sociais e políticas na cidade e na região baiana, assim como no MNU, estando sempre engajada com as pautas raciais, de gênero e LGBTQIA.

Em agosto de 2022 foi eleita Presidenta do Conselho Municipal da Mulher, de Caetité-BA, ocupando um espaço de extrema importância na luta pela garantia efetiva de direitos e na promoção de políticas que visem eliminar discriminações historicamente sofridas por mulheres em diferentes contextos, identidades, cores/raças e etnias, além de assegurar a participação desses segmentos nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais desse município, buscando também melhores condições para a vivência do lazer nos bairros mais pobres e periféricos, onde se apresentam as maiores limitações.

2.2.4 D. Paula (2022) – Projeto Flor/ Movimento Negro Unificado

Tem 32 anos de idade, se autodeclara preta, se reconhece homossexual e nasceu em Caetité-BA, onde reside atualmente, assim como toda a sua família. Ao iniciar a entrevista, destaca a importância da estabilidade e estrutura familiar a qual sempre esteve inserida e como este fato contribuiu positivamente para a sua trajetória pessoal, social, acadêmica e profissional, e, conforme relata, embora seus pais não tenham alcançado níveis mais elevados de ensino (seu pai possui o nível técnico e a sua mãe o ensino médio completo), sempre foi motivada a estudar e teve condições adequadas para tanto. Hoje possui duas graduações, em História e Direito, cursa pós-graduação na área jurídica e atua como advogada da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Caetité-BA, além de exercer a profissão também fora da secretaria.

Apesar de atuar em uma área que detém um certo privilégio e reconhecimento no âmbito profissional e social no Brasil, D. Paula (2022) enfatiza como o racismo circunscreve as suas relações, inclusive em meio aos espaços de trabalho onde está inserida, fato que evidencia adversidades encontradas por mulheres negras em diferentes contextos, ainda que ocupem posições mais elevadas do ponto de vista social ou econômico.

Em suas narrativas, D. Paula (2022) descreve ainda como as suas vivências e experiências de lazer na cidade também são atravessadas pelo racismo e pelo sexismo, observando as contradições existentes na materialização deste direito, ainda que esteja assegurado constitucionalmente pelo Estado. Não obstante, aponta também a diferença em relação ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer, pelo fato de morar no centro da cidade, onde, embora não sejam suficientes, são mais estruturados, se comparados aos bairros periféricos.

No que tange à sua rotina diária, D. Paula (2022) aponta sua relação com uma dupla jornada, conciliando o trabalho fora de casa com as responsabilidades acadêmicas, além da sua participação constante em ações sociais e políticas do município, que pautam questões raciais, sociais e de gênero. Possui vínculos com duas organizações que compõem este estudo: o Movimento Negro e o Projeto Flor, e conta que as suas principais motivações têm sido avançar da teoria para a prática social, além de dar um retorno à sociedade caetiteense a partir dos aprendizados acessados e usufruídos ao longo da vida, no contexto do Sertão Produtivo da Bahia.

2.2.5 L. Araújo (2022) – Movimento Negro Unificado/Dandaras

L. Araújo (2022) tem 27 anos, se autodeclara preta e se reconhece bissexual. Nasceu em Brumado-BA, cidade que também pertence ao Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia e está localizada a aproximadamente 100 quilômetros de Caetité. É graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XII, cursa Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade pela mesma universidade, no Campus VI, e atualmente é professora de Educação Física na Rede Estadual de Educação da Bahia, no Núcleo Territorial de Educação 13.

Possui 12 anos de experiência como artista popular independente, participa e organiza as ações desempenhadas pelo Movimento Negro Unificado em Caetité, e coordena o Grupo Dandaras, que também integra este estudo. Em seus relatos, L. Araújo (2022) demarca a sua militância no campo político desde a graduação, quando atuava como liderança, tanto no diretório acadêmico do curso, quanto na coordenação, a nível nordeste, da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física – EXNEEF, trazendo sempre para o debate, em diferentes contextos e espaços, as pautas antirracistas e antissexistas, demarcando a luta pelo direito ao trabalho, a educação e aos demais direitos sociais, e contra as opressões raciais, de gênero e de classe.

Atualmente, L. Araújo (2022) pesquisa na área de Identidade Negra, Corpo e Dança, e ressalta que a arte, a música, a dança e o lazer sempre fizeram parte da sua trajetória, todavia nem sempre para o seu próprio proveito, mas sim gerando espaços e vivências para outras pessoas acessarem/assistirem. Neste relato, salienta o recorte racial e de gênero nas questões referentes ao lazer e ao trabalho e traz para a discussão a importância da interseccionalidade como ferramenta essencial para compreender a inserção das mulheres negras em diferentes espaços sociais, inclusive no lazer, já que constantemente, não só no contexto caetiteense, mas também na Bahia de modo geral e no Brasil, é o trabalho negro que possibilita o lazer da classe dominante.

Ademais, ressalta as adversidades encontradas no que tange aos espaços e equipamentos de lazer disponíveis na cidade. Contudo, apesar da carência existente no acesso, aponta também as estratégias de resistência criadas para vivenciar diferentes experiências, criando e construindo espaços, práticas e vivências educativas e artísticas, em especial, com a juventude negra do sertão baiano. Segundo L. Araújo (2022) são as adversidades e opressões que atravessam os corpos negros, assim como todas as estratégias criadas para resistir às injustiças existentes em diferentes tempos e espaços, que motivam o seu engajamento na militância política e antirracista a partir de diferentes formas de linguagem, como a dança, a música, a arte e o lazer, o que nos inspira a pensar na potencialidade do lazer também como forma de resistência negra contra o racismo, o sexismo e diversas outras formas de opressões.

2.2.6 E. Alves (2022) – Projeto Amigos Do Bem

E. Alves (2022) tem 36 anos de idade, se autodeclara preta, e se reconhece heterossexual. Nasceu em Caetité-BA, assim como toda a sua família, e mora atualmente no Bairro Ovídeo Teixeira. É casada, tem 4 filhas, trabalha fora e também coordena o Projeto Amigos do Bem, que existe há cerca de 10 anos.

Em suas narrativas ressalta a dificuldade para conciliar o seu tempo entre o cuidado com a casa e com as filhas, o trabalho fora de casa e as responsabilidades com o Projeto Amigos do Bem, que coordena atualmente. Para além dessa tripla jornada, evidencia as questões referentes ao racismo cotidiano, somando mais uma barreira em sua trajetória, inclusive para o seu lazer.

Assim como as demais coordenadoras dos projetos sociais que integram este estudo, E. Alves (2022) ressalta que o anseio pela melhoria das condições de vida, para si e para a comunidade caetiteense, e o fato de sentir na pele o que alguns moradores passam em relação

às restrições alimentares e financeiras, dentre outros desafios, são questões que motivam a continuidade do projeto que coordenada e que atende 1.200 pessoas, sobretudo dos bairros periféricos da cidade.

2.2.7 A. Almeida (2022) – Projeto Esmeralda

A. Almeida (2022) tem 46 anos de idade, se autodeclara parda e se reconhece heterossexual. Nasceu em Ibiassucê-BA e desde os 17 anos de idade reside em Caetité-BA, que se localiza a aproximadamente 50 quilômetros da sua cidade natal. Ela é casada, mãe de 3 filhos e possui apenas o Ensino Fundamental completo. Tem 10 irmãos e em seus relatos destaca as restrições e dificuldades encontradas ao longo da sua trajetória, sobretudo pelo fato de ter crescido na ausência dos seus pais. Com 1 ano e 3 meses de idade perdeu a sua mãe, e com 13 anos o pai. Começou a trabalhar antes dos 14 anos de idade em casas de família e aos 19 trabalhou como gari.

Atualmente coordena o Projeto Esmeralda, que atende 246 famílias e fica situado na sua própria casa, espaço em que cozinha e realiza outras ações que auxiliam os moradores do local, como bazares beneficentes, sendo o dinheiro arrecadado revertido para a manutenção do próprio projeto. O bairro em que mora, o bairro Esmeralda, faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida, recentemente implementado em Caetité, em 2019, ano em que o projeto foi criado.

Em suas falas, A. Almeida (2022) dá ênfase nas condições precárias para o lazer neste bairro e, conforme ressalta, sente a necessidade de políticas públicas e programas de ações sociais que alcancem as insuficiências encontradas no âmbito do lazer, saúde, educação, alimentação, moradia, segurança e demais direitos sociais, que são extremamente restritos aos moradores do local. Estas são questões que seguem motivando a sua luta pela transformação dessa realidade, bem como pela continuação e expansão do Projeto Esmeralda, que sobrevive apenas por meio de doações, sem apoio ou subsídio do poder público local.

2.2.8 J. Souza (2022) – Projeto Flor

Tem 25 anos de idade, se autodeclara preta e se reconhece heterossexual. Nasceu em Caetité e a sua família possui origens no Ceará, Paraíba e Bahia. Atualmente, J. Souza (2022) coordena o Projeto Flor, fundado pela sua avó, há 12 anos atrás, momento em que, ao perder dois filhos decide criar o projeto, tanto para que ocupasse a sua mente e aliviasse a dor e a

angústia do luto, quanto para ajudar outros moradores do bairro que também passavam por diversas dificuldades, inclusive a fome.

Dona Chica, tão conhecida em Caetité pela sua força e resiliência, segue motivando tantas outras pessoas na cidade e região e tem repassado os seus valores de geração em geração, inspirando a sua neta, J. Souza (2022) na continuidade e expansão do projeto, que atualmente além de auxiliar na alimentação de crianças carentes do Bairro Nossa Senhora da Paz, região periférica da cidade, colabora também através de outras atividades voltadas à educação e ao lazer.

J. Souza (2022) é casada, mãe de dois filhos e cuida também dos seus irmãos, após o falecimento recente da sua mãe. Cursa Pedagogia, atua como secretária de uma escola municipal em Caetité e relata como a sua rotina é tomada pelas obrigações familiares, profissionais e acadêmicas, além do Projeto Flor, o que faz com que não sobre tempo para o seu lazer pessoal.

Além desses elementos, outro fator abordado diz respeito à carência de espaços e equipamentos disponíveis para o lazer, tanto no seu bairro quanto na cidade, o que reforça as questões apontadas pelas demais participantes deste estudo. Salienta ainda as marcas do racismo em meio a sua trajetória e vivências de lazer trazendo, novamente, a necessidade de discussão e problematização sobre os elementos que atravessam o lazer de mulheres negras e periféricas em diferentes tempos e espaços sociais.

3 CONSTRUÇÕES SOCIORRACIAIS E IDENTITÁRIAS DE MULHERES NEGRAS EM CAETITÉ-BA: INTERLOCUÇÕES COM O LAZER

Vinte vozes dão significado a este estudo. Vinte mulheres negras, baianas e caetiteenses que desafiam, diariamente, opressões interseccionais de gênero, raça, classe e sexualidade e, com bravura, constroem parte da história do Sertão Produtivo da Bahia, mais especificamente da cidade de Caetité.

Com mais de dois séculos de existência, esta cidade foi um dos primeiros povoados do Sertão Produtivo da Bahia e ocupou um papel de importante centro regional de confluências políticas, econômicas e culturais durante o século XIX. É a terra natal de figuras importantes, como Cezar Zama⁷, Aristides Spínola, Anísio Teixeira, Waldick Soriano e Prisco Viana, além de ter sido pioneira na educação regional, com a primeira Escola Normal do sertão baiano.

A cidade de Caetité, localizada a 757 km de Salvador, encontra-se mais próxima do norte de Minas Gerais do que da capital soteropolitana, e de acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), a população caetiteense é composta atualmente (2022) por cerca de 51.184 habitantes, sendo, com base no último censo realizado em 2010, 50,71% do sexo feminino e 49,29% do sexo masculino. Já no que se refere a raça/cor da população, embora falte informações mais precisas nos dados apresentados sobre o município, é importante ressaltar que a cidade apresenta características marcantes do estado da Bahia, um dos estados com o maior contingente de negros e negras do Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua a população feminina baiana também representa a maioria no estado, com 50,93%. O mesmo fato permanece entre habitantes negros(as): há mais mulheres do que homens (IBGE, 2010; PNADC, 2018).

À vista disso, um estudo sobre mulheres da cidade, intitulado “‘Mulheres pardas’ no alto sertão da Bahia: entre o silêncio da cor e o estigma da mestiçagem (Caetité, 1890-1945)” realizado por Almeida (2018), traz de forma emblemática violências sofridas por mulheres caetiteenses nesse período, assim como marcas de resistências por elas protagonizadas. Este estudo reconstitui de forma mais específica, narrativas sobre mulheres negras do sertão

⁷ **Cezar zama:** constituinte, médico e intelectual caetiteense que na sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição Republicana, defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país; **Aristides Spínola:** advogado, político, abolicionista e espírita brasileiro; **Anísio Teixeira:** jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, foi considerado o criador do sistema público de educação no país. **Waldick Soriano:** artista, cantor e compositor brasileiro. **Prisco Viana:** Jornalista e político brasileiro.

baiano, desde o pós abolição da escravidão até o início do período varguista, ressaltando desafios da invisibilidade e do silenciamento por elas vivenciadas.

Desse modo, Almeida (2018) traz questionamentos importantes, como: quais os possíveis significados de ser uma mulher negra no sertão da Bahia entre 1890 e 1945? Que experiências essas mulheres dividiam e como nos concedem um possível entendimento da sociedade em que viveram? De acordo com a autora, essas mulheres, em sua maioria escondidas sob as narrativas oficiais do Sertão Produtivo da Bahia, de caráter majoritariamente masculino e patriarcal, se faziam presentes nas tramas cotidianas dessa sociedade sertaneja. Em Caetité, as mulheres ainda que imersas em um sistema de relações de poder profundamente hierarquizadas, conviviam em diversos contextos, subvertendo a lógica da dicotomia público-privado.

Destaca-se que neste período, em meados do século XIX, a despeito dessa cidade ter sido ocupada por barões escravistas, latifundiários pecuaristas, exploradores de pedras, além de uma elite intelectual médica e jurídica, ricas damas de caridade e políticos liberais e conservadores, foi também o território de uma população sertaneja carente, que conviveu com os obstáculos da luta pela sobrevivência em uma sociedade profundamente hierarquizada na passagem para o século XX (ALMEIDA, 2018).

Para melhor compreender as características desta população, assim como os diferentes costumes e culturas inerentes a esta cidade é importante ressaltar o forte processo de colonização existente em sua formação. Segundo dados do IBGE (1958), em meados do século XX, as terras de Caetité constituíam-se como postos de catequese, em que ao adentrá-las, foram encontrados habitantes identificados como Caetés e vistos como perigosos, selvagens e responsáveis pela desordem civilizatória. As missões lusitanas possuíam a intenção de catequizá-los, visto que ocupavam terras economicamente promissoras. Esses povos, deveriam ser eliminados, pois estabeleciam desafios para a exploração colonial, no contexto do capitalismo comercial (JESUS, 2019).

Sendo assim, a natureza “selvagem” deveria ser dominada através das alianças com os indígenas, que os bandeirantes viam como benéficas para o enriquecimento e domínio desse território. Os sertanistas e genocidas, reconhecidos em alguns momentos da história como heróis, realizaram diversos assassinatos que dizimaram agrupamentos indígenas dos sertões (JESUS, 2019). Para Pacheco (2015), os registros antigos ressaltam que os ataques contra esta população ocorreram em toda Colônia como marco essencial para a exploração portuguesa nos territórios interioranos do Brasil.

As terras dos Caetés faziam parte de uma riqueza hídrica que, em um primeiro momento, atraíram diversas famílias que descansavam ao parar entre as minas de Rio de Contas – BA e Minas Gerais. Mais adiante, o cenário foi composto ainda por africanos que foram escravizados e construíram esse território na conjuntura do regime colonial. Nela revigoraram a economia baiana, por meio de criações de gado, manufatura dos engenhos, extração de riquezas minerais, além de um civismo e cultura, imposta por uma elite aristocrática associada aos comandos de Portugal, fato que as diferenciavam como uma das primeiras ocupações, se comparado aos demais aglomerados urbanos da região do São Francisco, reconhecido atualmente como Sertão Produtivo da Bahia (JESUS, 2019).

É possível dizer, portanto, que a cidade de Caetité é mais que uma construção singular, é uma terra repleta de simbolismos que assimilam ideias e sentidos elaborados por aqueles que a habitaram e habitam nos dias atuais, ou seja, é mais que espaço físico, com elementos naturais e culturais concretizados através das vivências e da conexão do homem ao mundo e à natureza (JESUS, 2019).

É preciso ressaltar, contudo, que pesquisas sobre Caetité, sobretudo as que trazem informações mais recentes, ainda são escassas, o que limita a construção de uma base teórica mais consistente neste trabalho, principalmente no que se refere à população feminina e negra da cidade. Todavia, apesar desta lacuna, ressalta-se a forte influência do legado colonial e escravocrata nesta cidade, para o processo de construção sociorracial e identitárias das mulheres que compõem este estudo, além de suas interlocuções com o lazer. Este fato demonstra a importância da compreensão acerca das características do contexto em que estão inseridas, o qual é marcado por estruturas, padrões e particularidades sociais, históricas, políticas e culturais, como experiências e resistências territoriais e identitárias das populações negras, indígenas e quilombolas, que circunscrevem as múltiplas vivências e relações subjetivas, sociais, pessoais e de lazer dessas mulheres.

A pluralidade existente neste contexto é atravessada por complexidades que circundam e impactam a maneira pela qual as mulheres negras vivenciam seus lazares cotidianamente, como as questões referentes à raça, elemento essencial para compreendermos esta relação.

Como discurso e prática social, o conceito de raça é ressignificado pelos sujeitos em diferentes e diversas experiências sociais. No contexto brasileiro, o Movimento Negro politiza afirmativamente a raça, compreendendo-a como potente instrumento de emancipação e explicita como esta categoria atua na construção de identidades étnico-raciais, indagando a própria história do país e da população negra brasileira, além de construir novos enunciados e ferramentas teóricas, políticas e analíticas para explicar como o racismo brasileiro atua, não

apenas na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana de negros e negras brasileiros(as) (GOMES, 2012).

Para tanto, é importante compreender que o racismo é definido a partir de sua natureza sistêmica, ou seja, não se constitui, apenas, como uma ação discriminatória, mas como um processo em que condições de subalternidade e/ou de privilégio, organizadas entre grupos raciais, se reproduzem em contextos políticos e econômicos e nas relações cotidianas (ALMEIDA, 2019).

Para Hall (2003, p. 69), “como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza”.

Assim, por entender que a raça e o racismo possuem uma operacionalidade na cultura e na vida social de brasileiros e brasileiras, a compreensão acerca dessas questões, especificamente quando associadas ao lazer de/para mulheres negras, é extremamente urgente e necessária, sobretudo em um contexto social que apresenta, desde a sua formação e até a atualidade, características de um forte processo de colonização, como ocorreu em Caetité-BA.

As tentativas de aniquilamento dos territórios, costumes, crenças e tradições impostas por projetos coloniais, imperiais e republicanos, além dos processos de cristianização e catequização dos povos indígenas, conforme citadas acima, embora não tenham acontecido sem que estratégias de lutas e resistências fossem empreendidas, impactam ainda hoje a estrutura cultural, étnica e identitária de negros e negras brasileiros(as). Não obstante, apesar de todos os ataques reorganizados politicamente na atualidade, através de projetos de lei⁸ que violam direitos assegurados constitucionalmente⁹ pelo Estado, os povos indígenas representam um total de 896,9 mil da população brasileira. São 274 línguas faladas e 305 etnias que resistem e lutam pela permanência e sobrevivência física, cultural e identitária do seu povo (CRUZ, 2017).

Em Caetité, as culturas indígenas transcendem gerações e apesar das adversidades impostas à manutenção dos seus costumes e tradições, seguem constituindo grande parte da identidade da população que habita esta cidade, como é possível perceber na fala de algumas

⁸ O Projeto de Lei (PL) nº 191 (BRASIL, 2020), defendido pelo governo presidido por Jair Bolsonaro (2018 – 2022), foi apresentado em 2020, propondo a exploração de minérios, petróleo e recursos hídricos em terras indígenas. Atualmente, essas atividades só deveriam ser realizadas mediante aprovação do Congresso Federal e dos próprios povos, sendo proibidas na prática.

⁹ O Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 assegura: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

das mulheres que constituem esta pesquisa. Quando R. Souza (2022) inicia a sua apresentação, afirma:

Minha família tem duas junções [...] quilombola com indígena [...]. Eu convivi muito pouco tempo com meu pai e na família paterna não tem mais aquela cultura..., daquela tradição indígena e tudo mais... Passou muito pela parte do catolicismo. Agora, aqui do outro lado da família, não, eu já mantenho as tradições do uso de ervas medicinais, do uso de algumas crenças de origem africana... E aí eu convivi muito mesmo com essa parte, que é a parte materna..., que é a quilombola..., aquela tradição do samba de roda, de cabelo trançado... (R. SOUZA, 2022).

No Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia, onde está localizada a cidade de Caetité, há cinquenta e cinco comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares- FCP, dentre estas, 21 são pertencentes ao município de Caetité e 8 ainda estão em processo de certificação (SOUSA, 2020). Essas comunidades quilombolas compreendem um patrimônio territorial e cultural inestimável que apenas recentemente passou a ser reconhecido pelo Estado, por autoridades e órgãos oficiais, como é o caso da Fundação Cultural Palmares, cujo nome faz referência a um dos mais importantes símbolos na luta pela resistência negra à escravidão durante o Brasil colonial. Zumbi dos Palmares, assassinado em 1695, no dia 20 de novembro, data em que instituiu-se o Dia Nacional da Consciência Negra, liderou por duas décadas a maior comunidade quilombola existente no Brasil, o Quilombo dos Palmares (ANJOS, 2009).

A palavra quilombo, forma adaptada para a Língua Portuguesa da palavra africana kilombo, instituição sociopolítica africana da região banta, apresenta um significado extremamente político, como proposta de organização social e econômica alternativa ao escravismo criminoso e após tantos séculos de luta pela emancipação do povo negro as comunidades quilombolas seguem existindo e resistindo em diferentes contextos no Brasil (NASCIMENTO, 2021), como ocorre na região estudada.

Como ressaltou R. Souza (2022), muitas tradições ainda se mantêm vivas e são repassadas de geração em geração, como é o caso das experiências medicinais, culinárias, religiosas, entre outras expressões culturais, artísticas e de lazer. Nas comunidades quilombolas caetiteenses, além do samba de roda, destacam-se a capoeira, os ternos de reis, o maculelê, o batuque, os encontros entre violeiros e repentistas e frequentes oficinas de amarrações de turbante e tranças afro-brasileiras (SOUSA, 2020).

Algumas dessas práticas, que se constituem por mais de um século como atividades de lazer, sobretudo da população negra, foram e por vezes ainda são criminalizadas e

repreendidas pelo Estado em diversos momentos da história. Através de aparatos legais, as estruturas e elites dominantes estereotipavam a população negra como imoral e perigosa e, por este motivo, deviam ser vigiados e punidos, o que tornava a realização dessas práticas, atos de resistência ao sistema colonial e racista (RAMOS, 2022).

Gomes (2002) destaca que, na atualidade, apesar dos tempos neoliberais e da condição de exclusão social que afeta maioritariamente a população negra e pobre desse país, práticas culturais, sociais, políticas e artísticas negras que foram e são construídas sob um intenso processo de resgate e ressignificação de elementos culturais negros, essenciais para a formação da cultura brasileira, se constituem como formas contemporâneas de resistência no Brasil. Nesta dimensão é possível citar a capoeira, as congadas, o hip-hop, as comunidades-terreiro, os penteados afros e a estética negra, além da própria luta dos movimentos sociais e das comunidades de bairro.

Desse modo, cabe destacar a potencialidade dos quilombos como símbolos de resistência étnica e política, que como instituição preservam características singulares do seu modelo africano e como prática política apresentam importantes ideais de emancipação, subvertendo a lógica imposta por poderes dominantes. Representam, ainda, um potente instrumento no processo de conscientização e reconhecimento da ancestralidade e identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica, racial e nacional (NASCIMENTO, 2021). Esses elementos influenciam o processo de ressignificação de sentidos e significados ancestrais e identitários, para além de uma visão social fragmentada que relaciona a origem da população negra simplesmente como descendentes de pessoas que foram escravizadas. Como afirma R. Souza (2022): “somos descendentes de reis, rainhas, princesas, guerreiros, que vieram contra a sua vontade da sua terra”.

O caráter heterogêneo que circunscreve a identidade e descendência negra em diferentes contextos sociais é resultado da própria estrutura e composição étnica e racial afro-brasileira. A heterogeneidade que compõe o continente africano desde o início da sua formação e organização social, através de etnias e linhagens diversas, elucida o que R. Souza (2022) apresenta na fala destacada acima, contestando o que comumente é difundido socialmente, de que a descendência negra parte simplesmente de pessoas que foram escravizadas no passado (GELEDÉS, 2014).

O processo de construção racial e identitária de negros e negras em diversos contextos perpassa, pois, por um processo muito mais amplo e complexo que isso. No decorrer do percurso social, cultural e político da população negra no Brasil, e no mundo, é possível citar diversas contribuições de reis, rainhas e princesas que influenciam, ainda hoje, não apenas nas

origens raciais e étnicas deste povo, mas também as constantes estratégias de luta e resistência que circunscrevem suas trajetórias. Além da princesa Aqualtune, africana escravizada no Brasil, filha do rei Mani-Kongo e mãe de Ganga Zumba, o antecessor de Zumbi, tivemos também a rainha Nzinga Mbandi, rainha da Angola que liderou a guerra contra o avanço da colonização portuguesa em seus reinos, além da rainha Nanny, declarada heroína nacional pelo governo da Jamaica, em 1976, e líder dos povos quilombolas jamaicanos no século XVIII, bem como diversos outros nomes importantes para a história de negras e negros afro-brasileiros(as) (GELEDÉS, 2014).

Os efeitos dessas experiências e movimentos de luta travados por homens e mulheres negras, em diferentes contextos (sociais, históricos e políticos) e temporalidades, se mantêm vivos até os dias atuais, no Brasil e no mundo, através da diáspora negra. Este conceito trabalha a ideia de que as experiências históricas, as tradições e os valores civilizatórios dos afro-brasileiros permanecem resguardados ainda hoje na memória social. Através da diáspora é possível entender formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos em que diferentes culturas se integram e transcendem entre si (GILROY, 2012).

T. Rodrigues (2022), ao relatar sobre sua visita em uma das comunidades quilombolas de Caetitê-BA, se emociona e dá pistas sobre essa experiência:

Todo mundo acha que eu tenho parente em Sambaíba... [choro], mas eu sinto como se tivesse uma ancestralidade lá de alguma forma...Quando eu cheguei naquele lugar..., aquele lugar me possuiu de uma forma tão... Eu olho para as pessoas e vejo as pessoas da minha família, sabe?! (T. RODRIGUES, 2022).

Para Hintzen (2009) a identidade diaspórica conecta pessoas com descendência africana, imersas em uma trama global de familiaridade racial. Este fato é extremamente importante para o reconhecimento e a afirmação identitárias, a partir de um contexto emancipado capaz de ressignificar marcas e estigmas de um longo processo escravocrata, cujo legado racista, através de um conjunto de práticas discriminatórias e opressivas, restringe e fragmenta ainda hoje, em diferentes contextos, [re]construções e percepções positivas de identidades negras.

Em Caetitê esses elementos apresentam tensões e marcas profundas. Como afirma L. Araújo (2022):

A gente tem que lembrar que o município de Caetitê tem uma herança escravocrata muito forte! [...] A galera daqui tem um elemento conectado

fortemente a comunidades quilombolas! [...] É um número muito grande de comunidades quilombolas. O processo de violência escravocrata foi grande! A desigualdade racial foi, e ainda é, grande... E aí, a desigualdade social é grande! E quem está dentro dessa desigualdade social? O povo preto! Tem aquela miscigenação, aquele “espetáculo”, mas a gente sabe que foi um projeto político! (L. ARAÚJO, 2022).

Nesta fala, L. Araújo (2022) apresenta duas questões centrais nas discussões sobre relações raciais e identitárias que permeiam a formação e a estrutura social, racial e política do Brasil e, de modo mais específico, de Caetité-BA. A primeira diz respeito ao forte legado escravocrata existente na cidade que influencia e exterioriza, ainda hoje, nas desigualdades sociais e raciais que afetam a cidadania de negros e negras caetiteenses. A segunda refere-se à miscigenação racial como um projeto político e ideológico, visando o embranquecimento da população brasileira, e que foi efetuado no Brasil por volta dos séculos XIX e XX. Segundo Nascimento (2016), este projeto ocorreu, sobretudo, através de uma profunda violência sexual de mulheres negras e indígenas por homens brancos da sociedade dominante, resultando em uma raça de sangue mista denominada como mulata, parda, morena, dentre outros termos que caracterizam a população negra de pele mais clara no país.

A ideologia do embranquecimento no Brasil serviu ainda como justificativa para encorajar uma massiva imigração europeia, sobretudo no período 1890-1930. No decreto de 28 de junho de 1890, que diz sobre a introdução de imigrantes no país, foi estabelecido que seria “inteiramente livre a entrada, nos portos da república, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (BRASIL, 1890 p. 1424). Assim, a política imigratória no país, que considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior devido à existência do sangue africano, visava o seu desaparecimento, contando com a “salvação” do sangue europeu (NASCIMENTO, 2016).

Para Gonzalez (2020) as mudanças ocorridas na sociedade brasileira até os anos 1930 sucederam em rearranjos políticos e ideológicos, como a noção de uma democracia racial que, junto com os efeitos da ideologia do branqueamento, seguem, na atualidade, definindo e fragmentando as identidades de negros e negras no contexto social brasileiro.

A democracia racial, ideia desenvolvida pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, na década de 1930, propaga a negação da desigualdade racial entre a população branca e a negra, no Brasil, como consequência do racismo, garantindo que existe entre esses dois segmentos raciais uma condição igualitária de oportunidades e de tratamento. Ao passo em esta ideia busca negar a discriminação racial contra os negros e negras brasileiros(as),

também perpetua estereótipos e preconceitos estabelecidos sobre esse grupo racial (GOMES, 2002).

Ao reforçar as discriminações e desigualdades raciais e negar o racismo existente no Brasil, o mito da democracia racial propaga uma ideia extremamente contraditória e perigosa, sobretudo em um contexto social em que pessoas negras enfrentam sérias desvantagens econômicas, sociais, educacionais e, até mesmo, de lazer (GONZALEZ, 2020).

Mulheres negras brasileiras enfrentam essas disparidades de forma intensa, como ressalta D. Paula (2022), ao enfatizar esta realidade a partir de um contexto social ainda mais específico, em Caetité-BA:

[...] é sempre muito sofrido! A gente vive numa sociedade muito racista. Então, para a mulher negra tudo é muito mais difícil. E na minha vida sempre senti isso..., essa dificuldade de ter acesso aos direitos básicos. O tratamento que as pessoas dispensam a mim é diferente das minhas amigas, que são brancas. Em todos os aspectos, desde as questões de trabalho ao lazer... a gente sente a diferença (D. PAULA, 2022).

As práticas e relações sociais, culturais, afetivas, identitárias e também de lazer de mulheres negras, as quais perpassam pela intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade, são também atravessadas, historicamente, por estigmas e estereótipos estabelecidos e reforçados desde a política de miscigenação e, conseqüentemente, pela ideologia da democracia racial no Brasil. O ditado popular “branca para casar, mulata para fornicar e preta para trabalhar” difundido pelo precursor desta ideologia (FREYRE, 2000), retrata relações, lugares e papéis sociais instituídos às mulheres negras brasileiras, como corpos que trabalham e são superexplorados e estereotipados sexual e economicamente (GONZALEZ, 2020).

O lugar de exclusão e inferioridade frequentemente designado às mulheres negras na estrutura social brasileira influencia o sentimento de não-pertencimento étnico e racial dessas mulheres, dificultando os seus processos de reconhecimento e construção positiva de suas identidades. Neste estudo, especificamente, 80% das participantes se autodeclararam pretas e 20% pardas, todavia nem sempre essas afirmações foram tão óbvias ao longo de suas vidas devido à necessidade de [re]construção e reconhecimento das suas identidades, a partir das características e padrões sociais coloniais e racistas que atravessam o Brasil, a Bahia, e, por conseguinte, a cidade de Caetité.

Nessa constituição racial e identitária cabe destacar que o pardo, como fruto da política de embranquecimento estabelecida nos séculos XIX e XX, atualmente coexiste em um paradoxo racial, em que se é negro(a) demais para ser branco(a) ou branco(a) demais para

ser negro(a). O termo pardo tem sido fortemente problematizado por autores e autoras estudiosos(as) sobre a questão identitária negra no Brasil, como Carneiro (2011), Munanga (1994), Souza (2021), Gonzalez (2020) e Nascimento (2016). E, como ressalta Carneiro, talvez esse termo valha apenas para incluir aqueles que, “por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo [...] e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem ou, simplesmente, não desejam ser o que são” (2011, p. 67).

Esta autora salienta ainda que essa categoria racial tem exercido efetiva fragmentação da identidade negra, dificultando sua união no campo político em reivindicações coletivas por equidade racial, visto que, ao contrário do que aponta o imaginário social brasileiro, as categorias preto e pardo, conforme as denominações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresentam situações de vida similares e igualmente inferiores, quando comparadas à população branca, motivo pelo qual se estabelece hoje, política e sociologicamente, a categoria negra como o conjunto daqueles que o Censo identifica como pretos e pardos (CARNEIRO, 2011).

Em contrapartida, na última década tem sido observado um maior empoderamento no que tange à autodeclaração racial da população negra brasileira. Segundo o IBGE (2022), na última década observou-se um aumento de 32% na população que se declara preta. Supõe-se que antes esta mesma população se declarava parda. Este fato pode indicar que estejamos vencendo dilemas e padrões que nos prendem em um determinado sentimento de incerteza e confusão quanto à autodefinição racial e identitária e caminhando para superar tais conflitos, tanto do ponto de vista pessoal, quanto social, cultural e político (CARNEIRO, 2011).

Desse modo, é importante destacar que a construção das identidades, não apenas a racial, mas também a de gênero, de nacionalidade, de classe, entre outras, se dá no âmbito sociocultural e histórico, constituindo os sujeitos em diferentes contextos, instituições ou grupos sociais, sob circunstâncias instáveis e plurais, não sendo, portanto, algo inato à condição humana (GOMES, 2002).

As identidades negras se constituem de forma gradativa e envolvem infinitas variáveis, causas e efeitos. É um processo político, social, histórico e cultural, e implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro (GOMES, 2002). Assim, conforme esta autora, o reconhecimento destas identidades de forma positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros e negras, que para serem aceitos(as) é necessário negarem-se a si mesmos(as) é um desafio enfrentado constantemente por estes grupos no Brasil.

L. Araújo (2022) relata sobre a experiência tardia que circunscreve o seu processo de reconhecimento e afirmação como mulher negra, ao adentrar em uma instituição de ensino superior:

Nessa minha trajetória na universidade eu conheci várias pessoas; tive uma experiência muito bacana que foi decisiva e transformadora na minha vida, porque me fez reconhecer enquanto mulher negra, numa sociedade que, ao longo da minha vida, nunca tinha sinalizado isso para mim, assim..., de uma forma positiva.

Todas as vezes que eu entendi que eu era negra era porque, de formas negativas, as pessoas me lembravam isso! E dentro da universidade pública eu pude conhecer de verdade a minha história e entender o que é realmente ser uma mulher preta na sociedade brasileira, com herança escravocrata (L. ARAÚJO, 2022).

Este relato apresenta um fato recente e um tanto incomum na relação entre gênero, raça, classe e educação no contexto brasileiro, sobretudo ao se observar os conflitos e as tensões existentes no acesso da mulher negra ao nível superior de ensino, espaço historicamente ocupado por homens brancos da classe dominante. Todavia, como aponta Marques (2018) a partir da adoção de políticas de ações afirmativas no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, tem sido possível diminuir limites e desigualdades existentes entre a inserção de negros e negras em instituições superiores de ensino, além de possibilitar o debate acerca do racismo e do reconhecimento da identidade negra em espaços historicamente hierarquizados.

Vale destacar que ações afirmativas são políticas públicas ou privadas que têm por objetivo diminuir ou reparar desigualdades e práticas discriminatórias direcionadas a determinados segmentos sociais historicamente excluídos, ampliando a participação deles em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social (MARQUES, 2018). A implementação dessas políticas se deve, sobretudo, a reivindicações de movimentos sociais, em especial do Movimento Negro no Brasil que, ao politizar a raça, “desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (GOMES, 2011, p. 22).

Nesse sentido, a ampliação de discussões étnicas e raciais em espaços que antes estigmatizavam e silenciavam essas questões tem proporcionado a desconstrução de padrões sociais racistas, possibilitado o reconhecimento e a afirmação da identidade negra, inclusive como um ato de resistência política, vista por Munanga como uma “tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu

economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil” (1994, p.187).

Para a mulher negra este processo de afirmação identitária ocorre de forma ainda mais complexa. Como afirma Kilomba (2020), ser uma mulher negra em uma sociedade patriarcal e de supremacia branca é representar um lugar de “*outridade* dupla”, ou seja, é ser a antítese tanto da branquitude, quanto da masculinidade, simbolizando um tipo de ausência dupla. Souza, uma importante autora e psicanalista baiana, afirma que descobrir-se negra está além da constatação do óbvio; “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências e compelida a expectativas alienadas” (2021, p. 46); significa, ainda, experienciar o comprometimento do resgate da sua história, recriando-se em suas potencialidades.

Mulheres negras engajadas na luta feminista em diferentes contextos sociais no Brasil têm lutado pela desconstrução do termo mulher que, por vezes, as excluem desta categoria. Sojourner Truth, uma importante ativista e feminista norte americana negra do século XIX, que viveu de 1797 a 1883, apresentou uma análise incisiva a respeito desse termo, problematizando a questão da mulher negra. A ativista não era considerada uma intelectual e, como não sabia ler nem escrever, a maior parte do que se sabe a seu respeito foi registrado por outras pessoas, assim como o seguinte discurso, citado por Collins (2019, p.51), no livro *Pensamento Feminista Negro*:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e ser carregadas quando há valas na passagem, e ter o melhor lugar onde quer que estejam. A mim, porém, ninguém ajuda a subir em carruagens, a pular poças de lama, nem cede o melhor lugar! E por acaso não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem meu braço! Já arei, plantei, trabalhei em estábulos, e homem nenhum se saía melhor do que eu! E por acaso não sou mulher? Eu era capaz de trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando havia comida –, além de aguentar chicotada! E por acaso eu não sou mulher? Pari treze filhos, e um por um foram vendidos como escravos. Quando chorei minha dor de mãe, ninguém me ouviu, só Jesus! E por acaso não sou mulher?

Neste discurso, as ações de Truth contrapõem os padrões de feminilidade estabelecidos e do que é ser uma mulher, apontando este conceito como uma construção ideológica e cultural e destacando, ainda, as especificidades de raça e classe como elementos intimamente conectados ao gênero, devendo ser analisados, portanto, de maneira indissociável (COLLINS, 2019).

Nesta relação, sem dúvidas, uma contribuição assertiva dos feminismos negros para a realização de pesquisas e estudos em diferentes campos de atuação, acadêmicos e sociais, é o conceito de interseccionalidade. Para Crenshaw (2002), a partir da interseccionalidade é possível compreender a forma como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe, o sexismo, entre outros eixos de subordinação, se associam e produzem diferentes formas de dominação e desigualdades, que estruturam e estabelecem posições relativas de mulheres, classes, raças, etnias e outras (CRENSHAW, 2002).

Neste estudo, especificamente, ao buscar compreender e discutir o lazer de mulheres negras, em Caetité-BA, a interseccionalidade representa um potente instrumento de análise para fatores determinantes para o lazer dessas mulheres a este fenômeno social, pois questões inerentes à raça, classe, gênero e sexualidade, imersas em complexidades e contextos diversos podem determinar possibilidades, barreiras, experiências e desafios, que constituem processos de apropriação e fruição do lazer. Por esta razão, o campo interseccional de análise propicia maior criticidade e integridade necessárias para compreensão desse fenômeno, sobretudo, quando associado a mulheres negras, como ressalta L. Araújo (2022):

A gente percebe nesse campo da interseccionalidade, como é que me atravessa o acesso, como é que atravessa uma mulher branca, uma adolescente da quebrada, uma preta que mora em um bairro um pouco mais seguro... Então vai atravessando a gente de formas diferentes, mas não deixa de violentar de alguma forma. Até porque, até que eu acesse... quando eu acesso, o que que eu passo? Qual é a situação que eu passo naquele lugar? Qual é a situação que eu passo sendo uma mulher preta dentro de um *shopping*, dentro de um cinema, dentro de uma loja? Então o recorte racial sempre vai existir, ele sempre vai existir! (L. ARAÚJO, 2022).

Nesse sentido, também para se pensar sobre o lazer, é importante compreender a interseccionalidade como uma abordagem pela qual os sistemas de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade se apresentam como características mutuamente formadoras de uma organização social que molda experiências de mulheres negras e, por sua vez, são por elas formadas.

Essa abordagem provoca, entre outros fatores, uma mudança paradigmática na medida em que ocorre a priorização das experiências de mulheres subalternizadas, contribuindo para o surgimento de novas interpretações sobre relações sociais de dominação e resistência, ou melhor, demonstrando principalmente ações de sujeitos invisibilizados por produções hegemônicas, revelando outras formas de saber que têm permitido aos grupos subordinados se auto definirem a partir de realidades próprias (COLLINS, 2019).

A vista disso, A. Oliveira (2022) destaca as tensões e os conflitos existentes ao se reconhecer como uma mulher negra e transexual, fato que, além de colocar em evidência um conjunto de opressões que se materializam de forma interseccional, contrapõe ainda o padrão branco e cisnormativo¹⁰, instituído socialmente:

Eu tenho 23 anos. A minha vida foi marcada por muito preconceito... Por eu ser uma pessoa negra, a partir da minha juventude que eu fui reconhecer isso, e também por ser uma mulher transexual! Uma mulher trans [...]. A minha identidade, enquanto uma mulher..., ela foi florescendo no ensino médio [...]; eu fui tendo essa noção, fui buscando também conhecimento, fui dentro de uma certa limitação vendo essas possibilidades e me afirmando. De antemão, enquanto uma pessoa não cisgênera, e aí mais para frente, eu me reconheço enquanto uma mulher trans, que aí foi quando eu adentrei no ensino superior (A. OLIVEIRA, 2022).

No segundo volume do livro intitulado *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1967, p. 9), afirma que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Essa escritora contesta o destino biológico atribuído às mulheres no seu nascimento, afirmando que esta condição é construída dentro de uma cultura, que determina o seu papel na sociedade por meio de relações de poder determinadas, entretanto, mutáveis. À vista disso, Gonzalez (2020) retoma a expressão aplicando-a aos(as) sujeitos(as) negros(as). Segundo esta autora, também “não nascemos negros, nos tornamos negros” (2020 p. 234). Souza acrescenta, “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (2021 p. 115).

Nesse contexto é possível compreender melhor a experiência descrita por A. Oliveira (2022), quando se reconhece, a partir da sua juventude, como uma mulher negra e transexual. Ao afirmar essas identidades, padrões profundamente complexos (raciais e de gênero) são contrapostos, ao mesmo tempo em que interferem diretamente em dimensões da vida, também complexas, sejam pessoais, sociais, afetivas, identitárias, ou, até mesmo, no próprio lazer. Como afirma:

A minha trajetória enquanto uma mulher trans e negra ela foi demarcada por muitos preconceitos e isso, diretamente, afetou a minha vida... E eu digo assim: “Eu sou uma pessoa que resiste!”. Eu me via dentro de um local..., digamos assim, dentro de uma solidão, sabe? [...] Porque eu sempre fui vista como uma pessoa estranha! Uma pessoa que fugia dos padrões ou dos estereótipos que a sociedade esperava... Eu fui me distanciando, sabe? Eu não gostava de brincar com os meninos e as meninas não gostavam de brincar comigo. E aí ficava nesse meio termo....

¹⁰ A cisnormatividade diz respeito a uma norma social em que a identidade de gênero das pessoas deve coincidir com o sexo biológico do seu nascimento.

Então eu vou brincar com quem? Com ninguém. [...] E aí o meu tempo de lazer era estudar..., felizmente ou não, era estudar (A. OLIVEIRA, 2022).

Nem todas as pessoas se identificam com as normas predeterminadas ou com os papéis de gênero cultural e historicamente construídos. Segundo Porto, Barreto e Dazzani “há uma sensação de enclausuramento em virtude de um corpo discordante da sua 'essência interna' e um desejo de adequar seu sexo anatômico ao gênero ao qual se sente pertencente” (2020, p. 302). Assim, as pessoas que não se reconhecem em relação ao seu corpo e ao gênero atribuído biologicamente são definidas como transexuais, classificação que abrange aqueles(as) que não se associam ao sexo que lhe foi determinado e esperam adequar a sua imagem corpórea ao gênero pelo qual se identificam (BENTO, 2008).

Diante de uma visão cis e heteronormativa que dita a existência de uma natureza fundamentalmente feminina ou masculina e contribui para o pensamento binário, que estabelece um suposto ideal de masculinidade e feminilidade, as relações pessoais, socioafetivas, culturais e de lazer de pessoas transexuais, sobretudo negras, porque enfrentam também o racismo, são impactadas desde a infância, como é possível observar no relato de A. Oliveira (2022), quando ressalta: “Eu não gostava de brincar com os meninos e as meninas não gostavam de brincar comigo”.

Segundo Reis (2019), embora pessoas trans não identifiquem, ainda na infância, o que se passa com elas, reconhecem que vivem num corpo que, de alguma maneira, os sentidos; a frequente afirmação da diferença pelos que estão à sua volta; as divergências nas interações sociais, ou seja, a forma como é representada pelos demais; são diferentes.

A sociedade institui normas e valores às expressões e identidades de gênero que não condizem com os padrões cis e heteronormativos, atribuindo constantemente uma condição patológica à transexualidade, a qual foi considerada, até 2019, como um transtorno mental, condição mantida pela Classificação Internacional de Doenças (CID) por 28 anos. Atualmente a transexualidade, embora não integre mais a categoria de transtornos mentais, ainda é classificada como uma “incongruência de gênero”, fato que compõe as pautas de luta da comunidade LGBTQIA+, com o objetivo de pôr fim a discursos patológicos que influenciam negativamente a maneira pela qual pessoas transexuais interagem, são vistas e representadas social, cultural e politicamente (PORTO; BARRETO; DAZZANI, 2020).

Desse modo, ser uma mulher negra e transexual é viver em um constante processo de resistência, desde a infância até a vida adulta, sobretudo em um dos países onde mais pessoas trans e negras são assassinadas. Conforme o Dossiê Assassinatos e Violências Contra

Travestis e Transexuais Brasileiras, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, em 2021 foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Dessas, 81% se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas (ANTRA, 2021).

Diante dessa realidade, o acesso e a apropriação de direitos sociais básicos por pessoas negras e transexuais no Brasil tornam-se totalmente restritos e comprometidos. As experiências e as práticas sociais, como as de lazer entram em confronto com marcas e traumas de violências físicas, morais e psicológicas que as impedem de vivenciar este direito de maneira livre, plural e democrática, como aponta A. Oliveira (2022), quando diz: “Hoje eu me encontro com receio de sair na rua! Porque eu tenho traumas, e são traumas assim..., muito fortes! Situações de transfobia, machismo, misoginia e violência. E isso atrapalha, querendo ou não, o lazer!”.

Cabe destacar que a realidade descrita por A. Oliveira (2022), pode ser aproximada da realidade de tantas outras mulheres negras e transexuais brasileiras que têm o seu acesso ao lazer cerceado em razão de uma estrutura social e política fortemente demarcada pelo racismo, sexismo, LGBTfobia, dentre outros sistemas de opressão. Desse modo, é importante delimitar as potencialidades do lazer como um fenômeno social que, embora seja carregado e influenciado por relações de poder, se estabelece, ainda, como um campo político capaz de apresentar possibilidades de resistências, empoderamento e emancipação, além de tensionar comportamentos e padrões que buscam ocultar as mazelas e as desigualdades sociais (GOMES; FALCÃO, 2019).

O lazer, entendido como uma necessidade humana e dimensão da cultura, abrange singularidades históricas, sociais, políticas, éticas e estéticas, que se concretizam através de múltiplas vivências culturais, situadas em diferentes contextos (GOMES, 2014). Por esta razão, discutir o lazer através de questões de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, e identidade, sob uma perspectiva interseccional, pode impulsionar mudanças sociais e políticas que ampliem e potencializem, ainda mais, o acesso ao lazer por mulheres negras, abrangendo pontos de vista mais amplos, nacionais ou internacionais, como também específicos, como apresentam as singularidades e experiências de mulheres negras caetiteenses, participantes deste estudo.

Ressalta-se que a maneira como estas mulheres tem vivenciado o lazer em Caetité-BA parte das condições socio históricas que circunscrevem as trajetórias das mulheres negras brasileiras, marcadas por um forte legado colonial e escravocrata que interfere até os dias

atuais no processo de reconhecimento e autoafirmação de suas identidades de forma positiva e emancipada.

Ao se reconhecerem como mulheres negras, estas participantes percebem no decorrer de suas experiências sociais, coletivas e individuais, que as tensões, conflitos e possibilidades que permeiam seus lares possuem forte relação com as questões sociorraciais, de gênero, sexualidade, classe social, entre outros elementos que acabam se traduzindo em diversas opressões, ainda que sigam criando e recriando possibilidades de novas estratégias de luta e de resistência para transformação dessa realidade, como é possível observar nas discussões que compõem o capítulo a seguir.

4 O LAZER NO SERTÃO PRODUTIVO DA BAHIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA MULHERES NEGRAS CAETITEENSES

Como um tema bastante complexo, o lazer se traduz sob a influência de fatores substanciais, como sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura, localização geográfica, *status* social, habilidades físicas, entre muitas outras circunstâncias e aspectos definidores e determinantes da realidade de cada um de nós. Portanto, não é possível tentar definir o lazer sem considerar a questão “lazer para quem” (BARBOSA; LIECHTY, PEDERCINI, 2013, p. 16).

Assim, discutir sobre o lazer de mulheres negras, baianas e caetiteenses requer um olhar minucioso para a amplitude e a complexidade que influenciam e orientam essa dinâmica, sobretudo por envolver desde questões relacionadas ao gênero, à raça, à classe e às identidades destas mulheres, até fatores sociais, culturais, políticos e geográficos, que abrangem o Sertão Produtivo da Bahia e a cidade de Caetité de forma ainda mais específica.

Tratando-se essencialmente de um segmento social cuja trajetória é marcada por um histórico de lutas e resistências contra as estruturas e padrões de opressão e dominação que ainda circunscrevem o processo de emancipação e autonomia de mulheres negras em diáspora, conforme ressalta Collins (2019), é preciso se atentar às diversas camadas que constituem o lazer a partir das diferentes características que esta dimensão pode assumir quando associada a este grupo social.

Segundo Gomes e Falcão:

Nossos lazeres podem tensionar regras de condutas e comportamentos sociais que procuram escamotear as mazelas sociais produzidas pela segregação e não distribuição igualitária, podem apontar direções para criação de políticas públicas que ampliem os acessos a esse direito social, evidenciam processos de ocupações dos espaços públicos que se chocam com interesses mercadológicos, expõem situações em que as minorias sociais precisam transgredir para não serem silenciadas, etc. [...] Por meio de análises pautadas nas contradições sociais, é possível evidenciar questões que vão desde o lazer enquanto fruição e propiciador do sujeito em sua expressão subjetiva de atuação no mundo, ao lazer enquanto processo de alienação que abarca o sujeito pela sua atratividade mercadológica e pelo entreter-se acrítico (2019, p. 12).

Assim, a materialização do lazer em uma sociedade com marcas profundas de uma estrutura racista, sexista, capitalista e patriarcal é também influenciada pelas tensões e contradições que permeiam esta realidade. Ao refletir sobre os fatores que influenciam em seu

lazer, a partir das suas próprias experiências como mulher negra e caetiteense, R. Souza (2022) aponta: “sempre coloco esses três pilares: por ser mulher, por ser negra, e por ser de origem humilde, sem muito poder aquisitivo”.

Esta fala torna-se ainda mais evidente a importância da interseccionalidade como ferramenta teórica e analítica para compreender como as opressões de gênero, raça e classe afetam profundamente o lazer de mulheres negras. Afinal, como ressaltam Dores *et al.* (2021, p. 9), “o lazer não é uma bolha que flutua distante da realidade”, tendo o racismo e o sexismo, dentre outras formas de opressão, também presentes em sua existência.

Ao compreender como essas opressões impactam, de maneira indissociável, o lazer dessas mulheres é possível evidenciar tanto as barreiras e tensões sociais que permeiam suas vivências, quanto as potencialidades, resistências e estratégias criadas por elas, de formas individuais ou coletivas, para fruírem o lazer em diferentes contextos.

Como relata L. Araujo (2022):

Minha mãe se tornou uma mãe solo quando eu tinha dez anos de idade, a partir de então eu fui criada por um lar matriarcal, digamos assim... Fui criada pela minha mãe, pelas minhas tias e pela minha avó. E eu percebo que eu tive uma certa vantagem em relação as minhas vivências de lazer na infância e adolescência, não vou dizer privilégio porque o acesso ao lazer é um direito social que deve ser garantido pelo poder público[...], porém eu imagino que a minha mãe, as minhas tias e a minha avó não tiveram esta vantagem na época. Na verdade, elas tiveram que quebrar muitas barreiras ao longo da vida delas para que, quando eu fosse adolescente, eu pudesse ter esse acesso. Eu percebo que quem garantiu o meu lazer não foi o poder público, ou o Estado. Esse direito foi garantido a mim através da bravura das mulheres negras da minha família, que sempre tiveram a prioridade de gerar esses espaços e acessos ao longo da minha vida e ao longo da vida dos meus familiares (L. ARAUJO, 2022).

A importância da luta de mulheres negras para o acesso e apropriação a diferentes dimensões, espaços e bens socioculturais, que perpassam por um histórico de negação e exclusão, e naturalizados por uma sociedade desigual no que tange as estruturas sociorraciais e de gênero, torna ainda mais evidente o paradoxo existente na constitucionalização dos direitos sociais no Brasil, como é o caso do lazer, assegurado no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Ao revelar em sua fala a maneira como as vivências de lazer atravessaram a sua juventude, L. Araujo (2022) traz à tona não só a relevância das estratégias e resistências que mulheres negras têm desempenhado em busca de melhores condições de vida para si e para aqueles(as) que fazem parte de seus vínculos sociais, como também a necessidade de repensar

até que ponto direitos sociais, como o lazer, tem sido alcançados por estas mulheres que, há séculos, se encontram situadas na base da pirâmide socioeconômica brasileira abaixo dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros (GONZALEZ, 2020).

Nesse contexto é possível perceber que a existência do lazer na vida de mulheres negras caetiteenses entra em confronto com condições extremamente limitadas e restritas. Questão importante a ser pensada e problematizada, social e academicamente, já que diz respeito a uma parcela significativa da população que se vê cada vez mais distante do lazer enquanto uma dimensão que pode contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e identitário, além possibilitar experiências e práticas socioculturais, criativas e emancipatórias, já que abrange emoções, subjetividades e relações interpessoais, entre diferentes sujeitos(as) e contextos sociais (MARCELLINO, 2006; ANDRADE; MARCELLINO, 2011).

Entre as participantes deste estudo, a dificuldade para vivenciar e se apropriar, criticamente desses elementos ocorre principalmente devido às limitações financeiras. T. Rodrigues (2022) relembra as dificuldades enfrentadas em suas experiências de lazer no início da sua trajetória profissional, apontando, inclusive, os obstáculos para conciliar essas vivências com as responsabilidades e demandas básicas da esfera doméstica e familiar, que acabam se tornando primárias em relação ao lazer, embora este também seja um direito social que deveria coexistir paralelamente às demais dimensões sociais.

A gente associa o lazer a gasto, é necessário para ter lazer, ou de espaços públicos que te proporcione isso de forma gratuita, ou de condições financeiras para usufruir de... Eu não tinha condições financeiras para usufruir. O salário que eu ganhava era pra ajudar na renda, no aluguel, na comida, no remédio, no que fosse básico e extremamente necessário. Então o meu lazer e o da minha família se restringia às festas familiares, aos aniversários..., às datas como São João, Dia das Mães... Era algo familiar! (T. RODRIGUES, 2022).

Corroborando com a ideia apresentada pela participante acima, D. Paula (2022) acrescenta também a negligência do Estado e do poder público em garantir o lazer à população, trazendo para o debate, de forma ainda mais específica, as desigualdades sociorraciais existentes para vivenciar este direito social em Caetité:

Eu acho que para a população negra, lazer é uma questão muito complicada. Porque numa sociedade como a nossa, em que o poder público não tem esse cuidado com o lazer da população, isso geralmente fica restrito a quem pode pagar. Então aqui no município mesmo a gente tem muita dificuldade com relação a isso, porque a maioria das atividades culturais não chegam até nós. É uma cidade em que o lazer se resume a sentar num lugar para beber,

comer, conversar... A gente não tem uma estrutura de lazer formalizada que nos permita ter acesso ao cinema, ao teatro ou a outras vertentes que nos possibilite ter um lazer diferenciado [...] às vezes quando eu vou numa cidade maior, eu procuro fazer outras coisas que aqui eu não tenho acesso. Mas aí a gente esbarra nessa questão financeira, porque não é pra gente..., a gente poder tirar uma parte do nosso salário para poder se dedicar a essas atividades. A gente se sente até culpada... “estou gastando dinheiro à toa... Um dinheiro que eu podia estar pagando um boleto, eu estou indo para o cinema”. Então a gente se priva de muita coisa. E é uma questão para a população negra como um todo... Lazer a gente acaba vendo como um luxo e muitas vezes nos é negado esse direito (D. PAULA, 2022).

De acordo com as observações feitas por esta participante é possível observar, ainda, que o alcance aos diferentes interesses culturais que constituem o lazer, é consideravelmente afetado pela insuficiência do poder público em garantir que as demandas da população, sobretudo negra, sejam atendidas. A partir da conceituação proposta por Dumazedier (1980) em que classifica as atividades realizadas no âmbito do lazer entre os interesses físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais, observando ainda os turísticos e virtuais, apresentados respectivamente por Camargo (1986) e Schwartz (2003), nota-se, no contexto desta pesquisa, que as vivências das mulheres que compõem esta pesquisa, se restringem ao interesse social, embora este também se materialize de forma limitada, como ressalta T. Rodrigues (2022):

O meu sonho é que em Caetité tivesse um espaço de dança de salão! Eu gosto muito de dançar [...] e eu não vejo lazer em Caetité! Eu gosto de cinema, Caetité não tem cinema...; eu gosto de ler, aqui não tem uma biblioteca diversificada, não tem um espaço como um Café, por exemplo, com vários livros que eu pudesse ler... E o lazer que tem em Caetité, eu não gosto, essas festas de barzinhos etc. (T. RODRIGUES, 2022).

Apesar dos encontros em bares, restaurantes ou em outros espaços, que também promovem uma interação social importante, bem como uma fruição lúdica do tempo disponível das obrigações cotidianas, serem também necessárias para o desenvolvimento social e pessoal dos(as) sujeitos(as), conforme ressalta Marcellino (2006), as participantes deste estudo demonstram um sentimento de insatisfação e insuficiência no que se refere a realização dessas atividades, sobretudo pelo fato dessas experiências nem sempre ocorrerem a partir de escolhas primárias, mas sim devido à inexistência de outras práticas e espaços que proporcionem a expansão dessas vivências ou de recursos financeiros suficientes que as possibilitem buscar outras formas de vivenciá-lo, como acrescenta A. Oliveira (2022):

Eu acho que esse lado financeiro ele demarca fortemente [...]. Eu sou uma mulher negra, Trans, moro numa zona periférica, a minha família é uma família humilde, não é uma família de muitos recursos e realmente o lado financeiro é um fator determinante sim para o meu lazer [...]. Eu queria ter um dinheiro sobrando para viajar, para fazer outras atividades (A. OLIVEIRA, 2022).

Em meio as intersecções entre gênero, raça, classe social e localização geográfica, A. Oliveira (2022) demonstra o seu anseio pelo interesse turístico diante das barreiras que atravessam as suas vivências em Caetité-BA. O anseio por este interesse cultural do lazer tem sido uma questão marcante para a população negra de modo geral, conforme demonstra a estudo intitulado: “Rompendo os Silêncios sobre o Perfil da População Negra no Brasil”, realizado por Dores *et al.* (2021), como parte da pesquisa “Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas”, coordenada por Stoppa e Isayama (2017). Nesse estudo, quando questionados(as) sobre “O que gostariam de fazer no tempo livre” e o “O que gostariam de fazer nas férias”, as respostas da população autodeclarada preta foram majoritariamente referentes ao interesse turístico, sendo 46,3% e 80,2% respectivamente. Quando questionados(as) sobre o porquê de não realizarem esta prática no tempo livre e nas férias, as respostas mostraram a barreira “dinheiro/recursos financeiros”, como o principal determinante (DORES, et al. 2021).

O fenômeno turístico, bem como as diferentes experiências que permeiam esse interesse cultural do lazer, podem ser extremamente discriminatórias na medida em que determinadas práticas que contribuem para violar a dignidade humana, atravessadas por marcadores e estereótipos raciais, étnicos, políticos, econômicos, de gênero e classe social, também coexistem nesse meio, determinando, assim quem pode ou não ser considerado(a) consumidor(a) do turismo (FERREIRA; CASAGRANDE, 2020).

Dores *et al.* (2021) problematizam a questão relacionada ao (não) lugar da população negra no turismo, já que o envolvimento com este interesse cultural tem sido um dos principais desejos, em períodos de férias, pela maioria da população brasileira como um todo. Se a maior parte dos negros e negras brasileiros(as) constituem as ocupações mais precárias e informais no mercado de trabalho, recebendo os menores salários e tendo uma parcela significativa de mulheres negras nessas posições, conforme aponta o IPEA (2019), infere-se que essas mesmas mulheres também estejam entre as pessoas que trabalham para possibilitar o lazer daqueles(as) que estão nesses espaços como consumidores(as), seja limpando, cozinhando ou servindo, acompanhando assim a lógica posta desde o período da escravidão no Brasil.

Cabe destacar que situações como estas, além de serem um fato um tanto comum entre homens e mulheres negras, também ocorrem para além do interesse turístico. L. Araújo (2022) relata, a partir das suas vivências no contexto do Sertão Produtivo da Bahia, como estas questões atravessaram a sua trajetória:

Eu sempre tive que me virar. Inclusive não tem como eu falar de mim e não entrar na “caixinha” do lazer, porque pra eu me virar na vida, era gerando espaços de lazer para outras pessoas! Então o tempo todo na minha vida, como eu trabalhava com dança... o momento em que eu estava dançando era o momento que alguém estava assistindo, então para quem estava ali assistindo era lazer, mas para mim não, para mim ali era trabalho! (L. ARAÚJO, 2022).

Nesse sentido, *Dores et al.* (2021) salientam que as experiências de lazer vivenciadas por mulheres negras brasileiras são também marcadas pela estrutura social racista, sexista e capitalista que permeia esta sociedade, sendo necessário, portanto, demarcar e problematizar as formas como o lazer tem sido vivenciado, ou não, por essas mulheres no Brasil, na Bahia e em Caetité, mais especificamente.

No que se refere às barreiras para o lazer, vivenciadas especificamente por esse segmento, um estudo realizado por *Mayor et al.* (2020) evidenciam as interferências relacionadas à “dinheiro/recursos financeiros”, associadas às categorias “raça/cor” de mulheres das regiões sudeste e nordeste do Brasil. Segundo os autores, as mulheres negras de ambas as regiões, mais acentuadamente da região nordeste, são as mais afetadas pelos obstáculos relacionados à falta de recursos financeiros para vivenciar o lazer da forma que gostariam. O estudo realizado mostrou que na região nordeste 19,7% de mulheres que se autodeclararam pretas apontaram esta barreira como o principal determinante, contrastando com 7,9% de mulheres brancas que sinalizaram este mesmo obstáculo (*MAYOR, et al., 2020*).

Segundo *Mayor et al.* (2020) o fator “dinheiro/recursos financeiros” foi apontado por 17,9% de mulheres pretas na região sudeste, enquanto 11,9% das mulheres brancas demarcaram essa barreira. Entre as mulheres autodeclaradas pardas de ambas as regiões também foi observado valores mais acentuados do que entre as mulheres brancas. Os autores salientam que o fato dessas barreiras afetarem de forma mais intensa as mulheres negras de classe baixa, e da região nordeste do Brasil, é reflexo de disparidades sociais historicamente produzidas que, quando somadas às desigualdades de gênero e de raça, contribuem para fragilizar ainda mais as vivências de lazer deste segmento social (*MAYOR et al., 2020*).

Entre as mulheres participantes deste estudo, especificamente, as vivências de lazer impactam e são também impactadas por diferentes elementos sociais e identitários. As

multiplicidades aqui existentes entre mulheres negras, nordestinas, baianas, caetiteenses, mães, casadas, solteiras, estudantes, universitárias, trabalhadoras, ativistas, LGBTQIA+, moradoras das zonas urbanas e periféricas da cidade, entre tantos outros elementos que atravessam seus corpos, se conectam com a própria diversidade que também abarca o lazer enquanto dimensão da cultura, conforme conceitua Gomes (2014). Assim, as barreiras e possibilidades existentes para vivenciá-lo variam ou se intensificam conforme contextos e subjetividades que permeiam as experiências e trajetórias destas mulheres.

Areladas às restrições financeiras surgem ainda questões relacionadas à falta de tempo devido às extensas jornadas de trabalho, tornando ainda mais escassas as possibilidades de lazer dessas mulheres, sobretudo quando essas restrições trazem consequências à saúde delas, como é o caso de T. Rodrigues (2022):

Por um bom tempo da minha vida eu trabalhava 60 horas e então eu não tinha lazer. E aí podem dizer: “Ah, mas você ganhava dinheiro” ..., mas eu tinha que distribuir e ajudar de alguma forma em outras coisas em casa e então não me sobrava. Quando chegou 2012, eu tive uma doença chamada “Fenômeno de *Raynaud*”.¹¹ E aí o médico me falou: “ou você diminui as coisas que você faz ou você vai morrer! Você não tem opção”. Então eu peguei umas poucas economias que eu tinha e fui viajar, mas na verdade o meu lazer se restringiu a uma necessidade de saúde (T. RODRIGUES, 2022).

A intersecção entre lazer e saúde tem sido pauta em discussões e pesquisas realizadas em ambos os campos de estudo, sobretudo, nas últimas décadas, como ressaltam Batista; Ribeiro e Nunes Junior (2011), Araújo *et al.* (2015), entre outros(as) pesquisadores(as). Segundo esses autores, o caráter multidisciplinar existente entre as dimensões do lazer e da saúde, evidencia que o uso apropriado do tempo, as sociabilidades, as redes de contato, a ludicidade e os sentidos de liberdade propiciados pelo lazer em nosso cotidiano estão intimamente conectados com a promoção da saúde física, mental e emocional dos(as) sujeitos(as).

Na esfera institucional, além do lazer estar demarcado como um direito social na Constituição Federal de 1988, é também apresentado como uma das dimensões determinantes para a saúde da população, demarcado no artigo 3 da Lei nº 8080/1990 (BRASIL, 1990), ao

¹¹ Na doença de *Raynaud*, os vasos que irrigam as extremidades (ponta de dedos, nariz e orelhas) são contraídos ao receber estímulos, como baixas temperaturas, fazendo com que o sangue não chegue ao destino. Entre os sintomas estão: descoloração ou cianose (cor azulado ou arroxeado devido à falta de oxigênio), em episódios que duram algumas horas e depois podem voltar ao normal. O fenômeno de *Raynaud* também acontece com pessoas que estão passando por um alto nível de estresse emocional (KAYSER; CORRÊA; ANDRADE, 2008).

lado de outros direitos sociais básicos, evidenciando a importância da materialização do lazer e da saúde, inclusive no campo das políticas públicas, de maneira interseccional e intersetorial.

Ao considerar essas questões é preciso se atentar ainda a outros fatores que podem acentuar as adversidades existentes para o acesso e a apropriação do lazer por mulheres negras de classe baixa. A maternidade é um dos elementos também apresentados pelas entrevistadas deste estudo, trazendo mais uma questão que pode impactar as esferas emocionais, mentais e físicas destas mulheres, considerando a sobrecarga gerada na conciliação do trabalho produtivo (remunerado), com o trabalho reprodutivo (doméstico, no contexto familiar).

Eu não tenho lazer! Não tenho [choro]. A minha rotina é trabalhar e tentar separar um momento para passar com as minhas filhas. Eu trabalho 8 horas por dia! Além disso, levanto de manhã, 5:30 da manhã já estou preparando o café das minhas filhas, esse é um momento ali da família... da gente conversar. 6:30 elas saem e vão para a escola e eu vou para o meu trabalho, retorno em casa já a noite e preparo uma janta, uma sopa..., ou um café para elas. Eu tenho quatro filhas e me dói muito não ter condições de proporcionar momentos de lazer para elas (E. ALVES, 2022).

Sou mãe, esposa, dona de casa, a mulher que trabalha fora, a estudante, e microempresária, estou tentando alçar este voo..., então é muita coisa. Minha jornada é de mais ou menos dezoito horas por dia... Saio do trabalho e em menos de uma hora tenho que organizar a casa para depois ir para a faculdade. E são dois filhos, então eu não tenho horário para dormir, só para acordar, mas na minha visão ainda consigo ter um pouco de tempo para o lazer, só que com os filhos... Claro que não mais como quando eu era solteira e que eu não tinha filho, nessa época era tudo diferente. Dava para realizar muitas ações... eu dançava, fazia karatê, boxe... e agora malmente uma caminhada (R. SOUZA, 2022).

Os níveis de insegurança ou insuficiência financeira que se acentuam ainda mais quando as despesas deixam de ser pessoais e passam a agregar responsabilidades familiares reduzem consideravelmente o dinheiro que poderia ser utilizado para custear tanto o seu lazer pessoal, quanto dos(as) filhos(as), o que causa parte das dores e dificuldades existentes nas trajetórias das mulheres participantes deste estudo. Atrelado a esses fatores, observa-se a tendência das atividades e compromissos domésticos e familiares serem desempenhados unicamente por essas mulheres, ainda que sejam casadas e que também trabalhem fora de casa, o que limita ainda mais o tempo disponível para estas mulheres vivenciarem o lazer de

forma digna e satisfatória, como destacaram E. Alves e R. Souza (2022) nos relatos apresentados acima.

Conforme Goellner *et al.* (2010) estas restrições vivenciadas sobretudo por mulheres, demonstram como o lazer também se constitui como uma prática generificada e generificadora, já que [re]produz “comportamentos, ações, discursos e práticas diferenciadas para homens e mulheres, que reafirmam representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade” (p. 18). A esse respeito L. Araujo (2022) acrescenta: “eu acredito que o casamento faz com que as mulheres ocupem muito esse lugar doméstico no nosso país. Eu acredito que a mulher casada tem menos acesso ao lazer também por isso”.

É nesse sentido que o lazer das mulheres é vivenciado, maiormente, na esfera familiar, podendo ser, ou não, uma experiência prazerosa e agradável para ela. Na maioria da vezes, o lazer de mulheres que se tornam mães é visto como algo para ser experienciado somente após o crescimento dos(as) filhos(as), ou seja, depois da construção da família reprodutiva há uma tendência de que as mulheres vivenciem uma queda considerável na fruição do tempo disponível, e um aumento em restrições para o desfrute do lazer pessoal à despeito da situação laboral, uma vez que pode ser observada tanto no trabalho produtivo, quanto no trabalho reprodutivo (VICENTE, 2018).

No âmbito institucional, os padrões dominantes relacionados ao gênero no âmbito do lazer também são reforçados no item “Cultura, esporte, comunicação e mídia”, do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM:

Com relação ao direito ao lazer, associado ao tempo livre das obrigações sociais, as mulheres também vivenciam limitações significativas, em grande parte resultantes da influência da divisão sexual do trabalho. Para as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho usualmente referido como reprodutivo, o lazer é visto como relacionado a atividades em família, ao lado das crianças e quase sempre restrito ao espaço doméstico, pouco ou nada se diferenciando da rotina. Aos homens, por outro lado, o lazer é relacionado a atividades destinadas à diversão e em locais públicos (BRASIL, 2013, p. 75).

A divisão sexual do trabalho citada explica em grande parte essa condição desigual designada às mulheres. Este conceito, impulsionado pelo movimento feminista, surgiu por volta da década de 1970, e suas bases teóricas se acentuaram inicialmente na França e se expandiram por diversos países, inclusive pelo Brasil, através dos campos sociológicos, antropológicos/etnológicos e históricos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A divisão sexual do trabalho diz respeito à atribuição prioritária da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva essencialmente às mulheres, designando, conseqüentemente, as funções com maior qualificação (social, política, profissional) prioritariamente ao segmento masculino. Trata-se, portanto, de uma condição construída histórica e socialmente que, além de dividir o trabalho social advindo das relações sociais entre os sexos, também se estabelece como um fator essencial para a sobrevivência entre estas relações (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Percebendo também o racismo existente nesse contexto, o campo de estudos das relações étnico-raciais do Brasil e de outros países das Américas trouxe para essa discussão o conceito de divisão racial do trabalho, uma importante ferramenta teórica e analítica do racismo na esfera social do trabalho produtivo “que possibilita explicar a diferenciação das oportunidades, das condições materiais, sociais e políticas que estruturam o cotidiano das(os) trabalhadoras(es) negras(os) no Brasil” (ALVES, 2022, p. 219). Este conceito é essencial inclusive para compreender e problematizar barreiras sociais, econômicas e políticas, historicamente impostas às mulheres negras até mesmo no âmbito do trabalho, e que restringem consideravelmente suas vivências de lazer, já que sofrem as influências de um triplo processo de discriminação, enquanto gênero, raça e classe (GONZALEZ, 2020).

É importante destacar que as desigualdades sociorraciais vivenciadas pelas mulheres de modo geral e pelas mulheres negras em particular, mediante a divisão sexual e racial do trabalho, tornaram-se ainda mais explícitas no Brasil durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19). Através da realização deste estudo, ocorrido também durante o período pandêmico, foi possível observar que tanto as restrições socioeconômicas quanto àquelas relacionadas ao tempo, como consequência das duplas jornadas de trabalho vivenciadas pelas participantes desta pesquisa, que se acentuaram ainda mais, influenciando os seus lazers através de impactos ocorridos nas esferas sociais, emocionais e psíquicas, dentre outras.

Observando as tensões vivenciadas neste período, o item a seguir busca dar destaque às especificidades experienciadas por essas mulheres, considerando as intersecções entre as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença, que são vivenciados e enfrentados por mulheres negras caetiteenses, a partir de diferentes condições e estratégias, inclusive no que diz respeito ao lazer.

4.1 Pandemia (Covid- 19): impactos e perspectivas para a vivência do lazer por mulheres negras em Caetitê-BA

Em meio à crise sanitária, social, econômica e política acentuada em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2, e iniciada no Brasil em 2020, as desigualdades de raça, gênero e classe tornaram-se ainda mais intensas e evidentes, sobretudo a partir das posturas e políticas reacionárias observadas na esfera federal, durante o último governo¹² a presidir o Brasil. Em um momento extremamente crítico e preocupante para o país, o fato da prioridade ter sido dada à dimensão econômica, em detrimento das recomendações dos órgãos institucionais e mundiais, como a Organização Mundial da Saúde – OMS, em relação ao distanciamento e isolamento social necessários para frear o alcance do vírus, houve um crescimento espantoso no número de pessoas infectadas pela doença, totalizando, até o ano de 2022, aproximadamente 700 mil mortes de brasileiros(as) sendo, em sua maioria, negros e negras (SANTOS et al. 2020; SANTOS; SILVA, 2022).

Conforme apontam Quintans *et al.* (2021), o padrão mundial de produção capitalista, sustentado também pela estrutura racista e sexista que constitui o Brasil, expôs as mulheres negras a situações ainda mais desiguais durante este período, sendo este o segmento mais afetado pela informalidade no mercado de trabalho, pelo desemprego, pelo aumento da pobreza, entre outras condições de vulnerabilidade que impactaram consideravelmente a saúde, a qualidade de vida, bem como a própria existência destas mulheres.

Esses fatores se tornam mais evidentes quando relembramos uma das primeiras mortes por COVID-19 no Brasil. Cleonice Gonçalves, mulher negra, empregada doméstica na Zona Sul do Rio de Janeiro, contraiu o vírus através da patroa que havia acabado de chegar de uma viagem à Europa. Além de não ter feito o isolamento social para que se evitasse a transmissão da doença, a patroa manteve os(as) empregados(as) em casa, servindo-a. Cleonice tinha 63 anos e possuía comorbidades, o que fez com que a doença se agravasse ainda mais rápido, resultando em seu óbito (SOUZA, 2020).

Em junho de 2020 outra fatalidade também causou comoção e revolta na sociedade brasileira quando João Miguel, uma criança de cinco anos, caiu do nono andar de um prédio em um condomínio de luxo em Recife. Sua mãe, Mirtes Souza, empregada doméstica que

¹² Em 01/01/2019 o Brasil passou a ser presidido por Jair Messias Bolsonaro, cujo governo teve fim em 31/12/2022.

estava passeando com o cachorro da sua patroa, prestava serviços mesmo em tempos de pandemia e, provavelmente, por estava razão precisou levar o seu filho para o trabalho.

Segundo a presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) em entrevista ao jornal Brasil de Fato, além da patroa de Mirtes Souza ter descumprido as normas propostas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo decreto estadual que previa medidas de combate à covid-19, impedindo que empregados(as) domésticos(as) fossem mantidos(as) no trabalho durante a pandemia, tudo isso também refletiu os legados e valores das raízes escravocratas do Brasil, se tornando ainda mais nítido quando a patroa branca manteve a empregada doméstica negra servindo-a, ditando suas próprias regras a despeito das leis e normas institucionais (SOBREIRA, 2020).

Como consequência, o lazer dessas e de tantas outras mulheres negras do Brasil se tornou mais um direito social negligenciado e colocado em segundo plano, principalmente durante a pandemia do Covid-19, afinal vivenciar momentos que trazem prazer, alegria e descanso em meio a condições precárias e subalternas a que estão submetidas cotidianamente, enquanto lutam pela própria sobrevivência e a de seus(as) filhos(as), se tornou uma possibilidade ainda mais distante, pois conforme ressalta Bonalume (2020), os sistemas racista, capitalista e patriarcal provocam um complexo quadro de desigualdades ainda mais acentuado em tempos pandêmicos, que afetou e restringiu as vivências de lazer de boa parte das mulheres brasileiras.

Nesse contexto, a divisão racial e sexual do trabalho citada no item acima também se apresenta de forma mais intensa durante a pandemia para as mulheres que compõem este estudo, sobretudo quando se observa a articulação do trabalho social produtivo e reprodutivo em um período cujas demandas necessitaram ser repensadas e reorganizadas com maior atenção e cuidado. Dificuldades são relatadas abaixo por R. Souza (2022), que destaca tanto limitações financeiras, quanto sobrecarga decorrente dos cuidados e compromissos domésticos e familiares e das jornadas exaustivas de trabalho que tornaram o seu lazer praticamente inexistente.

Durante a pandemia a redução da renda foi uma questão bastante complicada, porque antes, no meu caso, minha renda era o dobro do que durante a pandemia, e hoje ainda não consegui me reestabelecer. Outra questão foi em relação aos afazeres domésticos que nem dobraram, acho que triplicaram, porque não é fácil..., vamos ser sinceras: uma escola é um refúgio..., uma creche é um refúgio, principalmente para quem trabalha e é multitarefa. Então acabou que durante a pandemia, o fato de ser casada e ter filhos fez com que meu lazer sumisse..., acho que eu não tive 1%, a não ser aquele velho lazer de sempre, de ficar dentro de casa, ligar uma TV...

colocar uma série, algo do tipo, mas fora isso, um lazer externo, foi praticamente nulo (R. SOUZA, 2020).

Além de trabalhar como contratada pela prefeitura do município, R. Souza (2022) também atua de maneira autônoma para complementar a sua renda, uma situação um tanto comum principalmente para a população negra e periférica brasileira, que passou por uma considerável redução financeira durante a pandemia em decorrência da aceleração da inflação, da redução das jornadas de trabalho e do próprio desemprego (IPEA, 2022). Somadas à sobrecarga com os afazeres domésticos e com um maior tempo de cuidado e atenção com os filhos, devido ao fechamento das creches e escolas, tornaram as vivências de lazer das mulheres ainda mais restritas do que já eram antes do Covid-19, já que os impactos causados pelo vírus trouxeram novas restrições, barreiras e uma necessidade de repensar e ressignificar as formas de experienciar o lazer (CLEMENTE; STOPPA, 2020).

As limitações nas experiências de lazer citadas por R. Souza (2022), como “aquele velho lazer de sempre, de ficar dentro de casa, ligar uma TV...”, tornou-se uma prática comum para a grande maioria dos(as) brasileiros(as) durante a pandemia. Os lares, que são considerados equipamentos não específicos de lazer, ou seja, aqueles que não foram construídos especialmente para esta finalidade, mas que casualmente podem cumprir esta função (MARCELLINO, 2006), passaram a ser vistos e ocupados como os principais espaços disponíveis para quaisquer experiências e possibilidades de lazer, considerando a necessidade vital, durante a pandemia, de se recolher aos locais de moradia para evitar a proliferação do contágio pelo vírus (PINA, et al., 2021).

A respeito disso D. Paula (2022) ressalta as restrições em suas vivências de lazer especificamente durante este período em Caetité-BA:

A minha vida nesses últimos dois anos ficou travada com relação a praticamente tudo, principalmente o lazer! Eu fiquei muito dentro de casa. Então todas as minhas atividades eu fazia aqui, atividades de lazer mesmo eu restringi todas. Não saía, não fui em festas, não ia em restaurantes, sempre pedia comida em casa. E também não tinha nenhuma outra atividade de lazer nesse período que não fosse em casa mesmo..., que era ouvir uma música, assistir TV, ver um filme, fazer uma comida aqui em casa mesmo (D. PAULA, 2022).

Batista, Anjos Junior e Neves (2022) caracterizam este período, como uma “residencialização” e uma “virtualização” das experiências de lazer, frente ao Covid-19. Ou seja, as relações interpessoais e os hábitos de lazer dos(as) sujeitos(as) durante este momento

passaram por mudanças significativas, sendo exercidas dentro de casa e com o auxílio de equipamentos/aparelhos tecnológicos, como celulares, *tablets* e computadores, televisões, destacando, todavia, que nem todos(as) possuem acesso à *internet* ou aos diversos meios tecnológicos e de comunicação em massa.

Ademais, como ressalta Marcellino (2006), apenas uma parcela privilegiada da sociedade possui condições dignas para vivenciar o lazer dentro das suas próprias moradias. Grande parte dos(as) brasileiros e brasileiras vivem em espaços favelizados, construções não planejadas, pequenos apartamentos, conjuntos de habitação popular, entre outros locais com condições extremamente precárias. Além disso, é importante destacar também os(as) moradores(as) de rua, que se viram em situações ainda mais vulneráveis em meio a esse cenário.

As próprias práticas relacionadas a assistir TV ou acompanhar outros meio de comunicação de massa, citadas por R. Souza e D. Paula (2022) acima, embora tenham um maior alcance e sejam extremamente importantes para a difusão das atividades de lazer, podem, contudo, contribuir para a alienação dos(as) indivíduos(as) que acessam e consomem este tipo de atividade, além de possuírem efeitos nocivos principalmente para o público infantil, ao se exporem a várias horas seguidas em frente a aparelhos como estes (MARCELLINO, 2006).

Em meio a tantas mudanças, restrições e barreiras impostas às experiências de lazer durante a pandemia do Covid-19, outra questão apontada pelas entrevistadas deste estudo foi em relação a fragilidade na saúde mental. Este impacto negativo nas esferas emocionais e psíquicas, proveniente de medidas de controle do vírus, como isolamento e distanciamento social, foi sentido por grande parte da população brasileira, o que gerou uma certa intolerância às incertezas existentes durante este período, provocando sensações de tristeza, medo, tédio, frustração, angústia, estresse, ansiedade e depressão (MENEZES, 2021).

Entre a população negra, esses fatores se apresentaram de forma mais intensa. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), além deste ser o segmento com maior exposição ao contágio com o Covid-19 e com uma maior quantidade de vítimas fatais pela doença, a saúde mental também foi negativamente afetada neste período, o que ocorreu inclusive devido ao acesso desigual e precário à moradia, trabalho, saneamento básico, saúde entre outros elementos que levam ao adoecimento psíquico, sendo este, mais um dos efeitos do racismo (UNFPA, 2020).

A. Oliveira (2022), apresenta sua experiência neste cenário pandêmico, a partir das suas vivências como mulher negra e transexual no contexto caetiteense:

A pandemia veio como algo limitador dentro desse sentido, cultural e do lazer... Eu me via cada vez mais na solidão... porque eu já tenho essa facilidade...; eu já me encontro em um local e em uma situação em que eu me aproximo da solidão, então quando veio a pandemia foi uma coisa assim... muito complicada! Porque mexeu com o nosso psicológico, a nossa saúde mental foi para o lixo, digamos assim (A. OLIVEIRA, 2022).

A saúde mental de pessoas LGBTQIA+ no Brasil já se encontra fragilizada e colocada em risco, conforme apontam Alvares *et al.* (2022). Fatores como rejeição e falta de apoio familiar, além da discriminação social, sexual e de gênero, quando vivenciadas em conjunto com as opressões de raça e classe social, fazem com que os segmentos LGBTQIA+ estejam mais suscetíveis a adoecer psiquicamente, estando mais expostos à depressão e a maiores níveis de ansiedade e estresse (ALVARES *et al.*, 2022). Em meio aos impactos da pandemia, e diante das barreiras e restrições impostas ao lazer e às diferentes formas de sociabilidades, tudo se intensificou, sendo experienciadas também no contexto familiar, de modo geral, conforme acrescenta T. Rodrigues (2022):

Para a minha filha foi muito ruim! Uma adolescente... nunca passou no psicólogo e teve que passar. Ela estava extremamente estressada, frustrada, não podia ver os colegas, amigos... ficou muito mal! Para a minha mãe também foi bem difícil porque ela gosta de andar, de ficar na rua, conversar com os vizinhos, então ela ficou muito deprimida! (T. RODRIGUES, 2022).

De acordo com Batista, Anjos Junior e Neves (2022), entre os diversos grupos afetados pela pandemia do Covid-19 no Brasil, o público idoso está entre os mais impactados negativamente pela doença, sobretudo por se encontrarem em uma condição de maior vulnerabilidade e risco de se contagiar com o vírus. Segundo esses autores, os(as) idosos(as) se depararam com uma enorme dificuldade para se adequarem e se reinventarem face a este “novo normal”, principalmente ao considerar o uso de aparelhos tecnológicos para a realização de atividades de lazer, que embora tenha aumentado durante este período, não alcança a todos(as), já que se encontra distante de suas gerações. Outra questão diz respeito ao fato de terem que aprender a lidar com o distanciamento social, se vendo cada vez mais distantes daqueles(as) que integram seus vínculos sociais, fato que também causou danos na sua saúde mental.

Os adolescentes e estudantes em diferentes níveis de escolaridade também são citados por Batista, Anjos Junior e Neves (2022) como mais um grupo social que precisou se adaptar

ao que chamam de “virtualização” das atividades de ensino, lazer e das relações interpessoais durante a pandemia. Para este público, além dos impactos nas esferas emocionais e psíquicas devido ao distanciamento entre familiares e amigos(as), como apontou a entrevistada acima, a pandemia trouxe ainda uma enorme defasagem no processo de ensino e aprendizagem, em uma fase crucial para o desenvolvimento pessoal, intelectual e mental, acrescentando, assim, mais uma dificuldade para vivenciar e se apropriar do lazer.

Em contrapartida, apesar das preocupações com estas consequências sentidas negativamente pela sua família, conforme relatou T. Rodrigues (2022), ela se viu na contramão de todos esses efeitos, podendo vivenciar a possibilidade de estar em maior contato com o ambiente doméstico e com a sua família, fato que raramente ocorria antes da pandemia.

Pra o que todo mundo foi um sacrifício ficar dentro de casa, para mim foi um prazer! Porque eu trabalho 60 horas... eu só vou em casa para dormir, eu levanto pela manhã e volto a noite para dormir. Então ficar em casa com a minha mãe dizendo “você está com fome? Quer um suco, quer uma farofa?”..., me dando o prato na mão, e eu trabalhando, dando aula *online*, e ela deixava a comidinha ao lado... sentir a comida cheirando lá na panela, e eu sabendo que ela está bem, eu podendo dar alguma assistência para ela na pandemia... para mim, que trabalho muito fora, foi um prazer, uma satisfação! (T. RODRIGUES, 2022).

Desacelerar da rotina frenética a qual estava habituada foi visto como um ponto positivo por T. Rodrigues (2022), fato que se deu pela mútua relação de ajuda, cuidado e afeto entre ela e sua mãe, facilitando tanto a organização das responsabilidades domésticas, quanto dos próprios compromissos profissionais que passaram a ocorrer de maneira remota, a partir do chamado *home office*, ampliado durante a pandemia e caracterizado como uma espécie de “escritório em casa” (CLEMENTE; STOPPA, 2020). É importante destacar que este formato, experienciado de maneira benéfica pela entrevistada, também apresenta diversas desvantagens para outros grupos sociais, não apenas devido à falta de socialização e de uma certa invasão ao espaço doméstico pelas atribuições profissionais, mas ainda pela própria falta, para algumas pessoas, de locais e equipamentos adequados para que os trabalhos sejam realizados em casa (PINA et al., 2021).

Em meio às ambiguidades e às múltiplas formas de ver, sentir e vivenciar as diferentes fases da vida, Fois-Braga e Brusadin (2020) refletem sobre este período de pandemia como um recolhimento também necessário para repensar a nossa relação com o mundo e conosco percebendo e reavaliando, criticamente, o modelo de sociedade vigente, em busca de um mundo melhor.

Em relação ao lazer, Clemente e Stoppa (2020) ressaltam que muita coisa também precisa ser repensada e realizada, sobretudo para que a maioria da população vivencie o lazer de forma ampla e satisfatória, não sendo somente entre as classes sociais privilegiadas economicamente. Para isso, os autores salientam a necessidade de que haja uma ação conjunta entre as esferas governamentais com as iniciativas privadas e com a sociedade civil, inclusive para que os impactos globalmente causados pela pandemia sejam enfim superados, visto que, apesar do avanço imprescindível da ciência desde o ano 2020, com a produção de vacinas contra o Covid-19 e, conseqüentemente, com a diminuição do número de contágios e de mortes pela doença, o Brasil e o mundo ainda sofrem com os efeitos físicos, mentais, emocionais, ambientais, socioeconômicos e políticos causados pela pandemia, e que possivelmente permanecerão conosco por um longo período de tempo (TRENCH; VIANA, 2022).

Assim, é necessário que as políticas e medidas de combate à pandemia sejam pensadas também a partir das pautas raciais, econômicas e de gênero, pois, ainda que o vírus não escolha à quem contagiar, os impactos causados por ele e as vítimas mais fatais no Brasil tem cor, gênero e classe social, dentre as quais se encontram, em sua maioria, entre as periferias das cidades (PATERNIANI; CARVALHO, 2020). Sendo assim, as questões relacionadas ao espaço geográfico e aos territórios a que pertencem os(as) sujeitos(as) são cruciais para compreendermos e problematizarmos as dimensões e transformações sociais que permeiam a nossa existência, já que esses elementos também fazem parte de um processo historicamente construído, marcado por relações de poder, identidade e cultura (DINIZ *et al.* 2021) e que também atravessam a dimensão do lazer.

Nesse sentido, o tópico a seguir aborda as questões referentes às dinâmicas socioespaciais e territoriais, que ao estarem marcadas pelo racismo, sexismo e outras formas de exclusão que circunscrevem a trajetória das mulheres que integram este estudo, a despeito das estratégias de resistência e enfrentamento desempenhadas por elas, estabelecem tensões e desigualdades, sobretudo no que diz respeito às formas de vivenciar e se apropriar do lazer nas regiões periféricas de Caetité-BA.

4.2 O Lazer nas periferias de Caetité-BA

Para além das marcas socioculturais, políticas e identitárias que permeiam o Sertão Produtivo da Bahia e atravessam as trajetórias das participantes que constituem este estudo, cabe discutir ainda as relações entre os espaços habitados por essas mulheres, sendo estes, em

sua maioria, as regiões periféricas de Caetité, com as tensões, possibilidades e estratégias de resistência para vivenciarem o lazer nesta cidade.

Para tanto é importante destacar que os sentidos e significados do termo periferia existem para além do conceito geográfico referente à posição dessas regiões em relação às áreas centrais, sendo entendido também como um lugar social capaz de estabelecer as condições de vida dos(as) sujeitos(as) e delimitar experiências marcadas pela segregação, em que coexistem elementos materiais e simbólicos operacionalizados pelo Estado e pelo capitalismo a fim de sustentar uma estrutura socialmente desigual. As práticas de lazer são diretamente afetadas neste contexto, assim como o acesso aos demais direitos sociais, as condições de cidadania, as redes de sociabilidades e ainda as construções identitárias forjadas cotidianamente (JESUS, 2021, p. 66).

Conforme acrescentam Diniz *et al.* (2021), as periferias são lugares de coexistência e multiplicidade em que diferentes contextos e trajetórias de vida das classes trabalhadoras se entrelaçam. Segundo esses autores, é possível considerá-las como um mosaico em que no contexto sociopolítico brasileiro é marcado pelo legado do passado colonial, que circunscreve os cotidianos através de estruturas e práticas de opressão e segregação.

Vivenciar o lazer nesse contexto torna-se, portanto, mais uma experiência marcada por barreiras e resistências, sobretudo ao observar a ausência de espaços e equipamentos suficientes e qualificados o bastante para atender a demanda da população que está inserida nessa realidade, ao contrário do centro da cidade, conforme ressaltam R. Souza e A. Oliveira (2022):

É muito diferente a realidade de quem mora no centro da cidade para a realidade de quem mora num bairro periférico, como é o meu caso. O meu bairro tem uma quadra poliesportiva e fora isso é no máximo uma caminhada até a praça. Sou moradora do bairro Prisco Viana, que é um dos bairros mais distantes do centro e de qualquer tipo de contato ou espaço específico de lazer. É precário! (R. SOUZA, 2022).

Para eu fazer alguma atividade de lazer que eu gostava, eu andava 3, 4 quilômetros para a Praça da Juventude para fazer caminhada, então tinha essa questão do deslocamento. E esse deslocamento, essa distância... é de fato um empecilho para mim, o percurso é receoso, é perigoso e é algo que me limita. Então eu prefiro não praticar esse lazer, eu tenho esse bloqueio, de fato! (A. OLIVEIRA, 2022).

Como apontam Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p. 32) “nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são verdadeiros

desertos de equipamentos e instalações culturais”. A distância entre as periferias e os centros urbanos, onde está localizada a maioria dos espaços e equipamentos específicos de lazer, impossibilita o acesso e a apropriação à cultura e a outros direitos sociais atravessados por barreiras espaciais e geográficas (ANDRADE; MARCELLINO, 2011).

Às vivências especificadas pelas mulheres participantes desta pesquisa somam-se questões de raça, classe e gênero que, a partir da localização geográfica, potencializam novas formas de exclusão, que refletem diretamente em seus lazeres. A. Oliveira (2022) expõe ainda fatores relacionados à falta de segurança nesses espaços e compartilha seus medos e bloqueios em meio as violências e discriminações sofridas, que atravessam suas experiências como mulher negra e transexual, conforme já apresentada no capítulo anterior.

Os receios e as dificuldades existentes para apropriação dos espaços públicos em Caetité-BA colocam à prova mais um direito social, tão negligenciado quanto o lazer: o direito à cidade. De acordo Lefebvre (2011), através da própria contribuição do Estado para a segregação das cidades, esta dimensão se constitui como um espaço resultante das relações sociais construídas sob o espaço, também marcado pelas diferenças. Embora este direito esteja assegurado constitucionalmente, nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, através da Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 1988; 2001), a garantia e a materialização efetiva do direito à cidade no Brasil é um paradoxo em meio as desigualdades que estruturam o país. Nesse sentido, Lefebvre (2011) também apresenta este direito como um “grito” e uma “demanda”, trazendo a necessidade de reivindicações populares contra a mercantilização dos bens comuns, como a própria cidade, bem como pelo direito de usufruir dos espaços públicos em sua totalidade. Segundo Harvey (2014, p. 15). Este “grito”, surge “basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo, de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Ao se referir ao contexto norte americano Harvey (2008, p.87) ressalta que “o direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto”. No Brasil estas disparidades também são vivenciadas, sobretudo, ao observar o lugar das mulheres negras nos espaços sociais e urbanos e a maneira pela qual elas se apropriam, ou não, destes espaços. Fatores cruciais para compreender e problematizar paradoxos existentes na fruição do próprio lazer, por estas mulheres.

Ainda que tentem ocupar ou frequentar os diferentes espaços que constituem a cidade de Caetité-BA, as participantes deste estudo relatam sobre o fato de se sentirem impedidas

pelas diversas maneiras em que a raça, a classe e o gênero reprimem e excluem os seus corpos desses locais:

Primeiramente você por ser mulher já tem uma grande dificuldade para sair, por questões de assédio, de segurança... e aí vem a questão de você ser negra. Tem aquele olhar da sociedade... de discriminação [...]. Você chega num bairro onde..., por exemplo, no centro da cidade, onde a maioria da população é branca... e você já é olhada de outra forma... como alguém insignificante (R. SOUZA, 2022).

Eu me sinto constrangida de chegar em qualquer estabelecimento com as minhas quatro filhas... [choro] por eu ser negra e por eu ser de um bairro periférico! Eles acham que a gente não tem condições de estar nesses ambientes, e a gente não se sente confortável! Muitas vezes te olham dos pés à cabeça... olham para suas filhas, sendo que a gente vai pagar com o mesmo dinheiro! (E. ALVES, 2022).

“É sobre o fato de você chegar no lugar e não se sentir acolhida... O fato de perceber que está em um ambiente que não é para você! Eu já me senti assim muitas vezes em muitos lugares! São coisas que me chateiam bastante”, acrescenta J. Souza (2022). Em uma sociedade marcada por estigmas coloniais e escravistas, as mulheres negras se veem sob o desafio de enfrentar paradigmas de superioridade estabelecidos no contexto da cidade, que marginalizam os seus corpos a partir de uma racialização e de uma generificação dos espaços sociais (RIBEIRO; AVILA, 2019). Essas autoras questionam: “A quem pertence à cidade? Quem pode existir na cidade? Quais práticas são permitidas na cidade?” (p. 70).

Em se tratando especificamente do contexto caetiteense é possível observar que essas mulheres se encontram em um verdadeiro impasse, visto que, além da escassez de equipamentos específicos e espaços qualificados e suficientes em seus bairros, restringindo assim as suas vivências de lazer, elas também se sentem impedidas de ocupar e fruir as possibilidades e espaços existentes no centro da cidade.

Sendo assim, as mulheres que ocupam as periferias em Caetité-BA são direcionadas à um lugar de exclusão e, conseqüentemente, à um [não] lugar no lazer, fato que se agrava ainda mais ao observar as próprias condições de moradia existentes nesses espaços, conforme ressalta L. Araújo (2022):

Uma casa no centro geralmente tem um tamanho maior e mora um determinado número de pessoas. Já uma casa na “ladeira”, que é esse complexo de bairros mais periféricos e bairros negros... a gente vê que o espaço da casa é menor e o número de pessoas dentro da casa é maior. Interfere no nosso movimento até dentro do espaço da casa, isso é nítido!

Até em relação aos índices de violência e de criminalidade tem diferença (L. ARAÚJO, 2022).

Em Caetité a região popularmente conhecida como “ladeira” diz respeito a um conjunto de bairros periféricos, onde residem a maior parte das mulheres que constituem este estudo. Dentre esses bairros estão: Ovídeo Teixeira, Pedro Cruz, Santo Antônio, Esmeralda, Buenos Aires, Nossa Senhora da Paz e Prisco Viana. Entre as diferenças existentes nesses bairros e àqueles situados no centro da cidade, estão condições de moradia, segurança, infraestrutura e ainda desigualdades socioeconômicas, fatores que marcam restrições existentes para vivenciar o lazer até mesmo em suas próprias residências, situação consideravelmente agravada durante a pandemia do Covid-19, pois, conforme destacado anteriormente, as vivências de lazer durante esse período tornaram-se essencialmente domésticas.

Em um estudo realizado por Jesus e Santos (2021) intitulado “Expansão de Caetité e formação das novas periferias urbanas: os bairros Nossa Senhora da Paz e São Vicente”, foi possível observar algumas das tensões e multiplicidades espaciais e geográficas marcadas por conflitos sociais, políticos e econômicos que sustentam as periferias urbanas, com destaque para dois bairros da cidade: o São Vicente, localizado no centro, e o Nossa Senhora da Paz, situado ao lado completamente oposto da cidade, na periferia. Este último, situado na chamada “ladeira”, passou a existir entre o final da década de 1980 e início dos anos 2000, quando 350 casas foram doadas à população de baixa renda, a partir de um projeto fomentado pela prefeitura do município em conjunto com a gestão federal da época, governada pelo Ex. Presidente da república, José Sarney¹³ (JESUS; SANTOS, 2021).

Conforme apontam os autores acima, após a construção destas casas cujo tamanho eram de aproximadamente 22m², aglomerou-se boa parte da população de baixa renda que residia em Caetité na época, sobretudo, diante da comercialização em preços altos, dos terrenos que constituíam o centro da cidade. Segundo afirmam Jesus; Santos (2021), apesar do sonho da casa própria ter sido propagado entre esta população, o foco, todavia, era afastá-los(as) das bordas que formavam as áreas com maior poder aquisitivo no centro da cidade.

Com o passar do tempo, embora a região que hoje constitui a “ladeira” tenha se expandido, as condições de vida das famílias que residem, sobretudo, no bairro Nossa Senhora da Paz, local estudado por Jesus e Santos (2021), evidenciam as vulnerabilidades

¹³ José Sarney foi presidente do Brasil de 1985 a 1990.

sociais e econômicas existentes no espaço urbano caetiteense e revelam as desigualdades que estruturam as periferias dessa cidade, afetando, inclusive, o lazer de sua população.

Além das discrepâncias socioeconômicas citadas, outra fator que limita o lazer no contexto periférico diz respeito a um maior índice de violência e criminalidade, conforme destacado acima por L. Araújo (2022), decorrentes de menores níveis de escolaridade e consequentemente de taxas mais altas de desemprego que afetam essa população (GOES, *et al.* 2021), criando sentimentos de medo e insegurança entre àqueles(as) que residem nesses locais, provocando mais barreiras para vivenciarem o lazer.

O fato de a população negra constituir a maioria daqueles(as) que ocupam as periferias brasileiras estabelece estigmas negativos que agravam ainda mais essa realidade. Conforme apontam Goes *et al.* (2021), isso ocorre desde a oficialização do fim do regime escravista no Brasil, quando a população negra se viu reinserida na sociedade sem que houvesse uma reparação real dos danos causados em mais de três séculos de escravidão, sendo destituídos(as) do direito igualitário à terra e, consequentemente, do direito à cidade.

Na atualidade, além de ocuparem os espaços mais distantes dos grandes centros urbanos e estarem condicionados à maiores níveis de desigualdade, os(as) negros e negras que integram as periferias possuem ainda em sua cor/raça e classe social as marcas que definem as características daqueles(as) que são vistos(as) como suspeitos(as) e criminosos(as) a partir dos estereótipos racistas que desencadeiam uma distribuição desigual do controle estatal, inclusive no que se refere às forças, repressões e abusos policiais (GOES *et al.*, 2021), o que é evidenciado por J. Souza e L. Araújo (2022) ao discutirem mais especificamente sobre a realidade caetiteense, a respeito da interferência das ações policiais nas experiências de lazer dos(as) jovens que residem nas periferias da cidade:

Tem horas que os jovens fazem o lazer deles, lá na quadra. Fora isso a gente não tem nada de lazer. A quadra não tem cobertura, não tem nada! E tem até a questão do preconceito por parte da polícia... já teve várias vezes que as meninas falaram “a polícia mandou desligar a luz da quadra” porque os meninos estavam jogando. Eles já mandaram várias vezes... várias vezes! Para eles quem está na quadra jogando é só marginal... coisa que não acontece, que não é verdade. (J. SOUZA, 2022).

O que é ocupar uma praça por um adolescente, em um bairro periférico? Não é a mesma coisa que ocupar uma praça no centro. Aquele lugar, aquela praça, é seguro para aquele povo? E quantas vezes os jovens relatam pra gente que estão na praça sentados depois da aula e sempre levam “baculejo” da polícia? Toda hora eles são tratados como suspeitos! Então é o tempo inteiro a polícia reprimindo aquele corpo naquele espaço. Aquele corpo tem que ficar dentro de casa, com a porta fechada. Ele na rua é suspeito e corre

risco de vida. Então pensar no corpo negro nesse espaço de lazer, é trazer isso para o debate! O quanto a polícia reprime o nosso corpo... não poder estar numa praça se movimentando porque nosso corpo é reprimido, é violentado! E os alunos e moradores do bairro retratam e dizem isso nos nossos espaços educativos, de arte e educação (L. ARAÚJO, 2022).

J. Souza (2022) traz, a partir das suas vivências como moradora do bairro Nossa Senhora da Paz, fatores que se referem ao direito ao lazer, à apropriação do espaço público e, conseqüentemente, às condições de cidadãs e cidadãos dos(as) jovens que residem nesse bairro, o que também é apontado por L. Araújo (2022), que é professora e artista popular independente, e que organiza diversas ações, aulas e oficinas com a juventude periférica caetiteense, abordando temáticas antirracistas através da arte, dança e outras práticas educativas.

A influência do racismo estrutural e institucional sustentado pelo próprio Estado através das repressões policiais que definem quais são os corpos que podem, ou não, vivenciar o lazer nos espaços públicos das cidades, apesar deste ser um direito social, tem sido uma questão comumente observada na sociedade brasileira de modo geral, como práticas que reafirmam e sustentam diferentes formas de segregação estabelecidas a partir de critérios sociorraciais revestidos pelas heranças escravocratas, que ferem a própria existência daqueles(as) que são vítimas desse processo de marginalização sociocultural, sendo, em regra, a população pobre e negra (GOES *et al.*, 2021).

A pesquisa realizada por Anunciação, Trad e Ferreira (2020) em três capitais da região nordeste do Brasil – Recife, Fortaleza e Salvador – apontou que a cor da pele negra/parda tem sido um critério determinante para as abordagens empreendidas pelos policiais militares desses locais. Esses autores apontam que existe uma espécie de filtragem racial fundamentada em uma percepção tendenciosa das características dos(as) suspeitos(as) por parte dos agentes policiais, produzindo uma maneira de atuar definida e legalizada em função de um objetivo maior: a garantia da segurança pública para alguns(as), em sua maioria de raça/cor branca e com maior poder aquisitivo, e a segregação da classe baixa e negra brasileira (ANUNCIÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020).

Uma enorme contradição é estabelecida nesse sentido, visto que as instituições de segurança pública, que deveriam proteger e assegurar a apropriação dos direitos sociais da população brasileira de forma igualitária e democrática, têm excluído, violentado e segregado os corpos negros dos espaços públicos das cidades, contribuindo para a expansão e

manutenção da estrutura racista que define, inclusive, a forma pela qual o lazer é, ou não, vivenciado por eles.

Até a gente se organizando para ofertar e acessar práticas de lazer de graça, o sistema... a instituição racista da segurança pública brasileira não permite. Tira a gente da rua! A gente está falando da nossa possibilidade de ir para a rua usar o espaço para lazer, e aí ao mesmo tempo a gente está dizendo que a segurança pública brasileira nos faz inseguros nestes espaços e a gente tem que retornar para casa! (L. ARAÚJO, 2022).

A ausência do lazer para a população negra e periférica caetiteense, inclusive como consequência de uma marginalização imposta pelo poder público através dos agentes, que deveriam garantir a apropriação de forma justa e segura do espaço urbano, precisa ser urgentemente averiguada e corrigida, já que, além de ferir o direito de ir e vir deste segmento social, interfere no próprio desenvolvimento da cidade, em termos culturais, socioeconômicos e políticos.

A despeito das diversas ações de violência e opressão que atingem as periferias caetiteenses e as mulheres que constituem este estudo, mais especificamente, é possível observar, simultaneamente, constantes estratégias de resistência em função da garantia do lazer, individual ou coletivo, sendo construídas e concretizadas nessas regiões mediante diferentes ações e linguagens, como a dança, a arte e a música politicamente materializadas, conforme evidencia L. Araújo (2022):

Pego os conhecimentos que eu tenho, coloco a caixa de som na rua e vou compartilhando com a galera, e a galera compartilhando com a gente. Fazendo arte na rua, compartilhando o movimento na rua, junto! E movimento corporal político! Dizendo quem somos e para onde vamos! Não é só pelo gesto. Então hoje o lazer no meu dia, na minha rotina... é isso! Rede de amigos, construindo arte na quebrada, indo por onde tiver que ir (L. ARAÚJO, 2022).

Segundo afirma Kilomba (2020, p. 69): “onde há opressão, há resistência” e é sobretudo a partir da compreensão da própria condição de marginalidade que se produz a possibilidade de [re]existir e de se transformar como um(a) novo(a) sujeito(a). Dessa forma, as diferentes práticas de luta e resistência pela apropriação dos espaços sociais, desempenhadas por mulheres negras, além de funcionarem como inspiração para outros segmentos sociais marginalizados, constroem também novas subjetividades e confrontam modelos impostos politicamente e que afetam, negativamente, os seus lazeres.

Essas formas de lutar e resistir incessantemente por e através de práticas e experiências culturais, artísticas, educativas e de lazer, apontadas por L. Araújo (2022), constituem, há séculos, trajetórias da população negra em diáspora, e contribuem significativamente para a construção de um mundo melhor.

Em 2023, após um longo período de desmonte e sucateamento das políticas públicas de saúde, educação, lazer, cultura, igualdade racial, entre outras dimensões importantes para a existência humana, tem sido possível observar algumas posturas contrárias a esse processo reacionário, inclusive resultantes da luta e resistência popular brasileira, como ressaltado no discurso proferido pelo atual presidente¹⁴ da república, Luiz Inácio da Silva, na primeira reunião ministerial com a nova equipe de governo. Em trecho direcionado à atual Ministra da Cultura, Margareth Menezes, mulher negra, baiana, cantora, compositora e atriz de grande importância para a formação cultural brasileira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia:

Se prepare que nós vamos fazer uma revolução cultural neste país [...] Esse povo precisa de cultura, porque parte da violência que existe nesse país, ela não existe por falta de polícia [...] ela existe pela ausência do Estado no cumprimento de suas obrigações. Está faltando escola, está faltando saúde, está faltando lazer, está faltando esporte, está faltando quase tudo. Um jovem sem área de lazer, um jovem que mora num barraco de 3 ou 4m² que quando abre a porta, não tem 1m² para ele brincar. Que jovem nós estamos criando? Que brasileiro ou brasileira saudável a gente está criando? Então o Estado, ao invés de culpar o povo pobre da periferia, a gente tem que culpar a ausência do Estado. E nós vamos fazer um esforço, companheiros, para estar presente onde o povo precisa de nós (BRASIL, 2023).

Esse discurso trouxe, sobretudo, esperança de que novas e melhores condições para se vivenciar e se apropriar do lazer, da cultura, da educação e de todos os outros direitos que constituem a cidadania brasileira serão efetivadas de maneira justa e igualitária. Conforme aponta Carneiro (2011), um Brasil que deseja ser justo e digno para todos(as), e que tenciona a transformação da estrutura social, política e econômica vigente, precisa romper em seu planejamento estratégico com as negligências e silêncios que historicamente vêm camuflando as desigualdades raciais e de gênero e, conseqüentemente, adiando o seu enfrentamento.

A própria nomeação da primeira mulher negra e baiana a comandar a pasta ministerial da cultura no Brasil representa um avanço social, político e cultural, fruto de uma longa caminhada de lutas e enfrentamentos contra o racismo e sexismo, estruturais e institucionais,

¹⁴Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em primeiro de janeiro de 2023. Ele foi eleito para substituir Jair Messias Bolsonaro, que teve gestão de 2019 a 2022.

que possivelmente poderá trazer bons frutos à emancipação e à ascensão da população negra brasileira, que sobrevive e resiste em condições degradantes, instáveis e distantes daquilo que constitui a cidadania e a dignidade humana.

Neste estudo, especificamente, para além das adversidades observadas nas questões sociais, econômicas, políticas e geográficas, intensificadas durante a pandemia da Covid-19, sobretudo pelas desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade que atuam interseccionalmente na vida das mulheres que compõem este estudo, observou-se ainda que as restrições e barreiras para vivenciarem seus lazes perpassam também por fragilidades nas condições de trabalho, renda e escolaridade. Essas restrições podem inclusive ajudar a explicar a ausência de lazer na vida dessas mulheres, ainda que seja um direito social.

5 PERFIL DE ESCOLARIDADE, TRABALHO E RENDA: IMPASSES E POSSIBILIDADES PARA O LAZER NA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Neste capítulo o lazer é discutido a partir de características sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais de mulheres negras caetiteenses, cuja idade varia entre 16 e 46 anos. A diversidade existente na faixa etária dessas participantes, nos possibilita uma análise interessante de como as relações raciais e de gênero são [re]construídas ao longo dos anos, estabelecendo diferentes condições para o lazer, desde a infância até a fase adulta.

As condições de trabalho, renda e escolaridade, entre outros elementos que atravessam a trajetória dessas mulheres, assim como as relações identitárias discutidas no capítulo anterior também são influenciadas por estigmas e estereótipos racistas e sexistas que circunscrevem e restringem as práticas de lazer desse grupo. Entre as narrativas e os dados obtidos neste estudo é possível observar, inclusive, como a dimensão educacional reforça, por vezes, opressões interseccionais de gênero, raça e classe, que moldam experiências individuais, coletivas, escolares e profissionais de mulheres negras, como relatado por T. Rodrigues (2022):

[...] minhas professoras falavam: - “Vocês, eu não preciso ensinar trigonometria... álgebra... para que? Vocês meninos vão ser frentistas, vão ser gari! As meninas... empregada doméstica ou babá! Para que aprender trigonometria? Álgebra?”.

Neste relato T. Rodrigues (2022) descreve sua experiência no ambiente escolar em Caetité-BA em meados de 1990, quando o processo educativo, imerso em ideologias e padrões racistas e sexistas estabelecia o tipo e o nível de conhecimento transmitidos aos alunos(as) negros e negras. Ao negar determinados conteúdos, e controlar o ensino e a aprendizagem com base na raça/etnia e cor da pele, reproduzia-se e legitimava-se, neste contexto, diferentes formas de opressão, que definiam as suas identidades e trajetórias profissionais, sociais e acadêmicas.

Conforme Gomes (2017), no Brasil as instituições escolares, sobretudo as públicas, fruto da luta popular pelo direito a educação, e parte do processo de emancipação social, compreendem também conflitos e tensões que oprimem, silenciam e segregam homens e mulheres negros(as) que, apesar de resistirem e criarem constantes estratégias antirracistas e antissexistas, são significativamente afetados por estigmas e contradições sociorraciais e de gênero, sobretudo quando abordadas interseccionalmente.

A educação escolar inserida neste contexto torna-se, por vezes, ineficaz e insuficiente, especialmente, ao considerar os segmentos historicamente marginalizados e destituídos de oportunidades em outras esferas sociais, que também integram a dimensão da vida humana, tal qual o trabalho, como expõe T. Rodrigues (2022):

[...] a escola é um grande passo, mas não é o suficiente... porque falta oportunidades e aí você esbarra no racismo! Porque depois que eu formo eu não consigo entrar no mercado de trabalho por causa da cor! Então, se eu coloco o currículo numa escola particular, não vai me chamar porque eu sou negra! E não porque o meu currículo não é bom [...], não vai me chamar porque eu sou mulher..., não vai me chamar porque eu sou mãe solo..., não vai me chamar por n fatores! Ninguém quer saber da minha capacidade! (T. RODRIGUES, 2022).

Esses conflitos abrangem a realidade de muitas mulheres negras brasileiras que ainda estão ausentes dos mais variados espaços institucionais de conhecimento e poder. Nesse sentido, a constitucionalização das políticas de ações afirmativas como uma estratégia ética, moral e social para o reconhecimento e reparação de desigualdades historicamente impostas aos negros e, maiormente, às mulheres negras, representa um importante avanço no desenvolvimento de uma maior mobilidade e ascensão social, econômica e educacional da população negra brasileira (CARNEIRO, 2011).

T. Rodrigues (2022), ao descrever sobre a sua dificuldade para acessar a universidade devido à ausência de um ensino justo e de qualidade e das barreiras postas pelo racismo desde a educação básica reconhece também a importância da implementação das cotas raciais como um passo importante para o seu acesso à universidade, embora os obstáculos para a permanência também seja uma das demandas socioeducacionais e políticas a serem questionadas.

[...] Não conseguia passar, por causa do estudo que eu tive! Eu tive que trabalhar..., eu tive uma péssima formação! Não foi ruim... foi péssimo! [...] Eu olhava para aquelas coisas lá no vestibular..., eu nunca tinha visto na vida! [...] E aí, graças a Deus, aparece cota! Aparecem oportunidades de falar assim: - “Não, você vai entrar e aí lá você se vira!”, porque a cota é assim, ela não te favorece lá dentro, ela só te abre um caminho, te dá uma oportunidade (T. RODRIGUES, 2022).

A Lei nº 12.711/12 – Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior, e a Lei nº 12.990/14 – Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais (Brasil, 2012; 2014) regulamentam nacionalmente medidas de ações afirmativas através da reserva de vagas para candidatos(as) oriundos de escolas públicas e autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) e

indígenas, buscando corrigir o histórico de desvantagens sociorraciais, políticas e econômicas que circunscrevem a estrutura social do Brasil. Essas ações refletem uma longa e importante trajetória de lutas por equidade racial travadas, sobretudo, a partir dos anos 2000, por militantes e intelectuais negros e negras engajados em movimentos e organizações sociais antirracistas (GOMES, 2017).

A implementação destas políticas tem, desde então, viabilizado novas estratégias de empoderamento e emancipação para mulheres negras a partir de diferentes contextos, como relata T. Rodrigues (2022): “[...] sou a primeira filha a entrar numa universidade... sou a primeira filha a ganhar mais na minha família... quem tem o melhor salário hoje, na minha família sou eu!”. Esta fala, apesar de individual, representa a realidade de muitas mulheres negras brasileiras, sobretudo a partir da década de 1970, quando outro perfil de estudantes passou a acessar às universidades públicas e privadas, alcançando melhores condições sociais e econômicas em relação as décadas anteriores (NASCIMENTO, 2021).

Todavia, em que pese as ações afirmativas, bem como as cotas raciais, sejam, comprovadamente um caminho de notória relevância para a correção de desigualdades sociorraciais que ainda perduram na sociedade brasileira, as repercussões contrárias à implementação dessas políticas expuseram mais uma vez o racismo brasileiro e a aversão de grupos sociais hegemônicos à possibilidade de que negros e negras passassem a ocupar espaços e posições de poder, conhecimento e decisão, que antes lhes eram negados. Opiniões contrárias e preconceituosas de intelectuais, analistas e acadêmicos(as) brasileiros(as) alcançaram grande visibilidade por volta dos anos 2000, ao argumentarem que a presença de estudantes negros(as) considerados(as) intelectualmente inferiores e incapazes, iria rebaixar a qualidade das instituições superiores de ensino (GOMES, 2017).

Não obstante, como aponta Gomes (2017), os movimentos sociais e negros brasileiros, assim como o Movimento Negro Unificado, têm lutado incessantemente não só para a qualificação e ampliação das políticas de ações afirmativas, como também para a contestação de argumentos racistas e contrários às cotas raciais. Pesquisas realizadas por diversos intelectuais de universidades brasileiras e internacionais, como da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade de Brasília – UNB, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e University of Southern California, têm refutado tais alegações tanto através de dados específicos, ao estudarem a realidade dessas universidades separadamente, como também a partir de dados mais amplos e comparativos, como fizeram Wainer e Melguizo (2017), ao compararem o rendimento e a performance de mais de 1 milhão de alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no triênio 2012-2014.

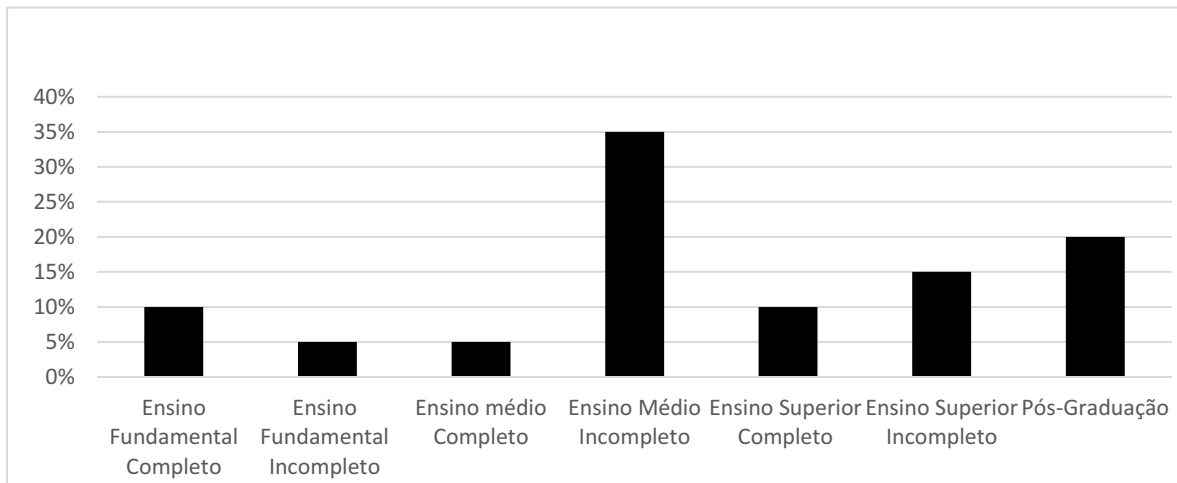
Estes pesquisadores concluíram que o desempenho e a qualificação dos universitários cotistas equivalem ou até mesmo superam os rendimentos de estudantes que não ingressaram através das cotas. Como ressalta Gomes (2017), além contribuir para que os argumentos contrários sejam desmentidos, essa pesquisa também desvelou o racismo existente nos discursos e práticas sociais imersos nas universidades brasileiras. Este fato pode, ainda, reduzir barreiras socioeconômicas e viabilizar o acesso à direitos sociais básicos, como saúde, trabalho, educação, moradia, alimentação, segurança e lazer.

Ao ampliar as condições de acesso de negros e negras à educação nos níveis superiores de ensino, e refutar teórica e politicamente ideais racistas que reforçam a marginalização deste segmento social, suas possibilidades e experiências de lazer também são expandidas, considerando que no Brasil maiores níveis de escolaridade e melhores condições educacionais podem diminuir as barreiras existentes entre as vivências de lazer, além de potencializar as mais diversas formas de apropriação e uso do tempo livre em diferentes contextos sociais, culturais e políticos (PEDRÃO E UVINHA, 2017).

Contudo, como ressalta Gomes (2005), não basta apenas abrir as portas dos cursos de ensino superior para a população negra, é necessário que se garanta condições justas e adequadas para continuidade dos estudos e de formação acadêmica, científica e profissional. Nesse sentido, em que pese a notória relevância das cotas raciais para o acesso de estudantes negros e negras às instituições de ensino superior como um importante passo para ascensão social e econômica desse grupo e, conseqüentemente, para potencialização das suas experiências e práticas de lazer, ainda há um longo caminho a ser trilhado.

No Gráfico 1 é possível observar que apesar dos avanços em decorrência das políticas educacionais instituídas nos últimos anos, a maioria das participantes deste estudo ainda integra as etapas iniciais de ensino. O alcance à graduação e à pós-graduação, embora apontem para um crescimento em relação à realidade educacional de mulheres negras brasileiras nas últimas décadas, ainda ocorre de maneira restrita, fato que pode ser atribuído aos obstáculos encontrados por esse grupo para o acesso e permanência tanto nas etapas iniciais da Educação Básica, quanto no Ensino Superior.

Gráfico 1: Nível de Escolaridade das Participantes deste Estudo



Fonte: Dados desta pesquisa, 2022.

A necessidade de manter um trabalho durante o período de estudos se estabelece como uma das barreiras impostas a essas participantes para acessar e permanecer nos mais diferentes níveis de ensino. Conforme os resultados achados, 45% das participantes começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade e 35% entre 14 e 16 anos. Ou seja, dentre os conflitos e tensões que circunscrevem a trajetória social e educacional dessas mulheres, o trabalho precoce e informal trouxe efeitos agravantes para perpetuação e aumento de desigualdades, somando mais um fator limitante para o acesso e apropriação do lazer.

Em um contexto mais amplo, esta realidade é ainda mais preocupante. Conforme aponta o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, como resultado da pandemia pela Covid-19, cerca de 8,9 milhões de crianças e adolescentes enfrentaram o risco de ingressar no trabalho infantil no mundo entre 2020 e 2022. No Brasil, antes da pandemia, mais de 1,7 milhões de crianças e adolescentes já se encontravam nessa situação, sendo que 62,7% eram negras. Quando se trata do trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% meninas (UNICEF, 2021).

A partir desta realidade é possível observar que, para além das questões educacionais discutidas anteriormente, fatores relacionados ao trabalho, quando interseccionados com as dimensões socioculturais, políticas, raciais e de gênero, somam mais uma complexidade para o acesso e apropriação do lazer por mulheres negras em diferentes contextos, como relata T. Rodrigues (2022) ao descrever mais um momento emblemático de sua trajetória:

[...] quando eu faço treze anos de idade vou trabalhar como auxiliar de idoso... Na verdade eu era uma dama de companhia, se eu for me remeter ao tempo da escravidão! Porque eu fui cuidar de uma idosa de noventa e poucos

anos [...], ficava sentada do lado dela [...]. Então eu assistia televisão, a gente dava risada, a gente assistia desenho animado, eu a levava para tomar banho de sol... de manhã eu ficava com ela e a tarde eu ia para a escola. Só que eles pediram para eu dormir lá... foi uma tortura para mim, porque eu não queria me separar da minha mãe, mas eu ganhava metade de um salário mínimo, nossa! Isso era um dinheiro... Meu Deus, do céu! E aí eu pegava meu dinheiro e dava todo pra mainha... E aí mainha falou: - “Não! Você trabalhou, metade é seu, metade a gente vai comprar as coisas pra casa”. A primeira coisa que eu fiz? Fui numa loja... numa única loja de brinquedos que tinha, vi uma boneca negra na vitrine, peguei o meu salário, metade do meu salário... e comprei essa boneca negra [...]. Minha irmã com dezesseis, eu com quatorze, e as outras menores... e fomos brincar de boneca... porque a gente não tinha boneca! Nossa boneca era feita de verdura... pegava o pimentão, chuchu... e colocava os palitinhos de dente, e fazia o cabelo do milho... Fazia os cabelos das bonecas, porque a gente não ganhava presente...” (T. RODRIGUES, 2022).

A relação entre o trabalho doméstico e mulheres negras no Brasil têm sido pautada por estudos e discussões entre muitas intelectuais brasileiras preocupadas em revelar, dentre outras características, o forte legado escravocrata existente nesta composição. Autoras, como Nascimento (1976), Carneiro (2011), Gonzalez (2020), Teixeira (2021) e Alves (2021), têm problematizado questões essenciais para a compreensão acerca da interseccionalidade entre gênero, raça e classe que marcam o trabalho doméstico no Brasil, além das ações ou dominações e silenciamentos impostos pelo racismo estrutural que, historicamente, responsabiliza mulheres pobres e negras pelo cuidado doméstico e de crianças, idosos e enfermos, como relatou T. Rodrigues (2022) acima, cuja condição se iniciou já na pré-adolescência.

Ao acrescentar o lazer nessa discussão, tensões e complexidades também vêm à tona, sobretudo, ao observar as especificidades existentes para mulheres negras sob diferentes contextos. Quando T. Rodrigues (2022) relata que assistia televisão, desenho animado, dava risadas e levava a idosa para tomar banho de sol, nota-se que, embora este fosse o seu momento mais próximo de qualquer distração e diversão, ainda se constituía como um trabalho que, dentre outras coisas, era o de cuidar, acompanhar e também possibilitar o lazer à idosa para a qual trabalhava.

Segundo Carneiro (2011) o trabalho doméstico no Brasil é, desde o período escravocrata, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária para as mulheres negras. Conforme afirma, a herança colonial e escravista apresenta uma continuidade na sociedade brasileira atual, fazendo com que, mulheres negras, em maior parte, assumam ocupações inferiorizadas e caracterizadas, sobretudo pelo servilismo. Quando

vivenciadas desde a adolescência, essa condição estabelece tensões e limitações ainda mais complexas para a materialização e vivência do lazer.

Para T. Rodrigues (2022), cuja infância e adolescência se dividia entre trabalho e escola, em meio a uma instabilidade financeira e familiar, o tempo de lazer encontrava ainda mais desafios. Ao relatar sobre a primeira aquisição, após receber o seu salário e contribuir com as despesas de casa, é possível perceber como o lazer coexistia com adversidades socioeconômicas e raciais e se estabelecia, também, através de estratégias de resistência. Ao comprar uma boneca negra em meio às privações existentes naquele contexto, observa-se que, para além da ludicidade existente, outros sentidos e significações estavam envolvidos, desde as esferas culturais, sociais, políticas até as identitárias.

Estes elementos atravessam mutuamente as relações entre trabalho, lazer e mulheres negras, e as estratégias de luta e resistências criadas para subverter as desigualdades existentes nesta estrutura são de extrema importância para que os padrões sociais de dominação e exploração sociorracial não se perpetuem, afinal, o trabalho imerso na conjuntura atual brasileira ainda abrange sérias contradições, especialmente quando analisado através da raça, gênero e classe social. No estado da Bahia, por exemplo, a PNADC (2019) constatou que cerca de 81,6% da força de trabalho no estado é negra, assim como 79,9% dentre a população fora da força de trabalho. De acordo com essa pesquisa, embora seja maioria dentre a população ocupada, negros e negras possuem taxas de desemprego mais elevadas (17,2%), excedendo a taxa da população branca (14,8%), bem como a do total da população baiana (16,8%). A desigualdade é ainda mais grave quando relacionada às mulheres negras (20,3%), cujo índice de desemprego ultrapassou a taxa calculada para os homens brancos (12,2%), para os homens negros (14,8%) e para as mulheres brancas (17,6%).

Isso quer dizer que, no mercado de trabalho, a probabilidade de desemprego é maior entre as mulheres negras. Além do mais, foi observado ainda um agravamento desse indicador em 2019 (20,3%), se comparado à taxa identificada em 2012 (14,4%). Não obstante, essas adversidades não se resumem ao estado da Bahia. De acordo com a PNADC (2019), em todos os estados da federação, sem exceções, a taxa de desocupação da população negra superou a taxa observada para a população branca.

Tais estatísticas refletem uma estrutura hierárquica a qual atribui, principalmente, às trabalhadoras negras, em diferentes contextos, ocupações marginalizadas pela condição de vulnerabilidade, que decorre da intersecção entre gênero, raça e classe. Como destaca Vieira (2017), o determinante de gênero incide, sobretudo, nas resistências para o acesso e permanência no trabalho, enquanto o determinante de raça reflete na qualidade da inserção, de

modo a perpetuar indicadores de informalidade e precariedade, gerando, portanto, maiores desafios para ascensão social desse grupo e menores chances para acessar o lazer de forma digna e satisfatória.

Isto posto, é preciso se atentar aos paradoxos presentes na afirmação do lazer como direito social, pois, como afirma Bosi (1978, p. 76), “se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro”. Portanto, assim como “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”, como já apontava Marx (1983), o lazer também não, visto que são dimensões sociais estreitamente conectadas.

Essa estrutura – patriarcal, sexista e racista – se moderniza e novas formas de opressão são reinventadas cotidianamente, imobilizando a população negra nas camadas mais oprimidas, mais exploradas e mais subalternizadas da sociedade brasileira, inclusive após o fim, oficial, dos regimes escravistas (ALMEIDA, 2019). Infelizmente os dados coletados neste estudo referentes à situação atual das participantes no mercado de trabalho não apresentam mudanças significativas neste contexto e continuam a reafirmar as estatísticas nacionais e internacionais sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho.

Como é possível observar no Gráfico 2, ao passo em que 30% integram o grupo de atividades informais, outros 30% estão sem trabalho. A maioria encontra-se, pois, em condição de insegurança e instabilidade social e econômica. As demais ocupam cargos no funcionalismo público (federal, estadual ou municipal) (25%), são professoras da educação básica (10%) ou advogada (5%). A porcentagem que ocupa cargos com maior prestígio social, que exigem maior qualificação, ainda é notadamente restrita, reforçando que o mercado de trabalho pode, portanto, ser considerado uma esfera substancial para análise das intensas desigualdades.

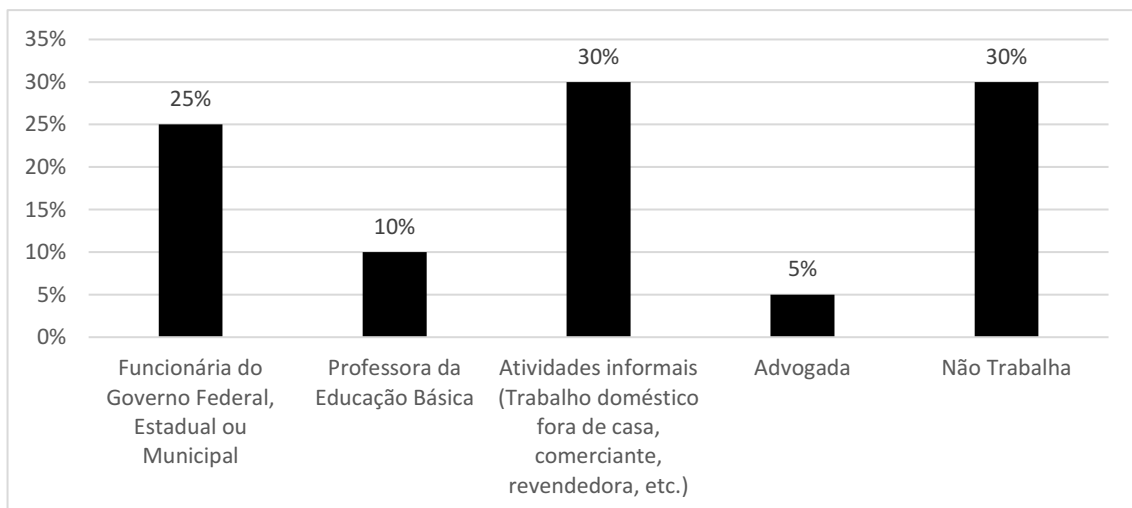
É importante destacar que mesmo ocupando cargos com maior reconhecimento ou prestígio no âmbito social e profissional, mulheres negras ainda enfrentam sérias adversidades e discriminações quanto às funções e atividades que lhes são atribuídas no ambiente de trabalho. Essa realidade desencadeia uma série de restrições para o alcance de uma efetiva ascensão e mobilidade da mulher negra em uma sociedade hierarquizada, cuja estrutura social, econômica e política segue legitimando padrões e estereótipos racistas e sexistas, que afetam consideravelmente o tempo e a qualidade do lazer desse grupo.

A respeito disso D. Paula (2022) relata:

[...] Eu que, por exemplo, sou uma mulher negra advogada, eu percebo claramente o tratamento diferenciado que é dado a mim, a crença com relação ao meu trabalho... a gente tem que estar sempre mostrando duas, cinco, dez vezes mais que é competente! A gente tem que pegar atribuições... uma carga de trabalho muito maior do que as outras pessoas que não são negras, fazem (D. PAULA, 2022).

O estereótipo racista referente à resistência física e à capacidade de exercer cargas de trabalho excessivas corresponde, segundo Souza (2021, p. 61), a uma concepção enraizada no imaginário social brasileiro, de negros e negras como “bestas de carga”, característica atribuída no período escravista e que continua a ser reinventada cotidianamente em diferentes espaços. Conforme Almeida (2019), a reprodução desses estereótipos pode alimentar um ciclo de preconceitos em relação à competência intelectual e profissional de grupos minorizados social, política e racialmente, criando cada vez mais barreiras para o seu acesso ao mercado de trabalho, em especial a áreas como Medicina, Engenharia e Direito, entre outros que ainda são elitizados socialmente.

Gráfico 2: Situação de Emprego Atual das Participantes deste Estudo



Fonte: Dados desta pesquisa, 2022.

Em 2022, 134 anos após a abolição da escravidão do Brasil, último país das Américas a decretar o fim deste sistema, ainda há um forte legado a ser superado. Exemplo disso são os frequentes casos de trabalho análogo à escravidão, que totalizaram 55.712 registros desde 1995, quando o governo brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante ao país e à OIT, até o ano de 2020, início da pandemia pela Covid-19, que no Brasil

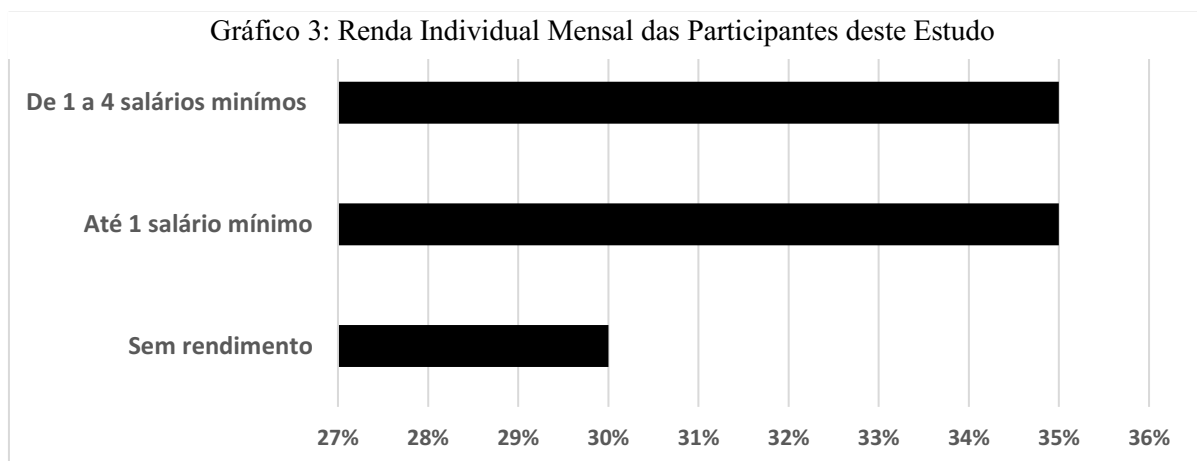
afetou predominantemente a população negra, contabilizando até esta data (2020), 57% de negros entre os mortos pela doença (VIÑAS, DURAN, CARVALHO, 2020).

Nesse sentido, os resultados apresentados sobre a situação de emprego atual das participantes deste estudo demonstram uma realidade praticamente inalterável nos últimos anos, a qual mantém uma maior concentração da força de trabalho feminina e negra em setores que, historicamente, apresentam os menores rendimentos médios, independentemente do nível de instrução a qual pertencem (IBGE, 2022). No caso dos serviços domésticos, por exemplo, de 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres que estavam empregadas neste tipo de atividade no Brasil em 2018, mais de 4 milhões eram negras. Dessas, 3,9 milhões eram mulheres negras, correspondendo a 63% do total de trabalhadores(as) domésticos(as). Ou seja, do ponto de vista do discurso, as mulheres negras “podem estar onde quiserem”, na prática, porém, a realidade as direciona de maneira desproporcional para trabalhos com pouco ou nenhum amparo social (IPEA, 2019).

Davis (2016) observa que as obrigações domésticas das mulheres em geral, oferecem uma evidência incontestável do poder do sexismo. Contudo, devido à intrusão complementar do racismo, um amplo número de mulheres negras cumpriu, e ainda cumpre, as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras famílias. Segundo essa autora as exigências desse tipo de serviço em casas de mulheres brancas forçam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e, até mesmo, suas próprias crianças, ou seja, empregadas domésticas com baixa remuneração são convocadas a serem mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas.

A conjugação do racismo com o sexismo produz, portanto, uma espécie de asfixia social sobre as mulheres negras com desdobramentos negativos em todas as dimensões da vida, cuja rotina praticamente restringe consideravelmente as possibilidades de dedicação a atividades de lazer e momentos de descanso, sendo essas psiquicamente mais frágeis, expostas a maiores riscos de depressão, rebaixamento da autoestima e ainda uma menor expectativa de vida em relação à população branca (CARNEIRO, 2011; IPEA, 2019). Por esta razão, Gonzalez (2020) nos chama atenção para que, ao comemorarmos o 1º de maio, seja lembrada a situação de desigualdade e inferiorização em que o racismo mantém o trabalhador negro e, sobretudo, a trabalhadora negra desde maio de 1888. Segundo essa autora, este processo de marginalização, iniciado justamente após a chamada abolição da escravidão, estabelece uma nítida divisão racial do trabalho, profundamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas.

As consequências deste processo são novamente reafirmadas ao analisar os dados referentes à distribuição de renda, individual e mensal, das participantes deste estudo. As mudanças continuam a ocorrer de forma lenta, refletindo ainda a realidade constatada desde o último Censo Demográfico realizado em 2010. Em Caetité, por exemplo, no que se refere ao rendimento médio da população feminina, destacou-se cerca de 49,5% inclusas na categoria “sem rendimento”, enquanto 67,5% tinham rendimento médio de apenas 1/4 de salário mínimo (IBGE, 2010). Mais de uma década após a realização do último Censo é possível observar estreitas semelhanças com os dados coletados neste estudo, especificamente. Como mostra o Gráfico 3, o nível mais elevado no rendimento mensal, individual, é de 1 a 4 salários mínimos, com somente 35% correspondente a essa categoria. Outros 25% recebem até 1 salário mínimo e o restante (40%) integra a categoria “sem rendimento”.



Fonte: Dados desta pesquisa, 2022

Estes resultados tornam evidente uma das razões pelas quais o lazer dessas mulheres tem sido consideravelmente limitado e, muitas vezes, ausente. Sabe-se que os baixos níveis de escolaridade geram também as desigualdades de renda enfrentadas pela população negra brasileira, a qual atua diretamente como um desafio para a vivência do lazer (PEDRÃO; UVINHA, 2017). Isto é, em meio a essa realidade e diante de uma sociedade fortemente marcada pelo sistema capitalista, a renda é um elemento substancial para o alcance de diferentes bens e serviços que determinam, inclusive, o *status* social de cada cidadão(ã). Portanto a falta de dinheiro, agregada a problemas de espaço, falta de subsídio do Estado, bem como o avanço da indústria cultural de massa são os principais fatores que submetem as

classes mais baixas a um não-lugar no lazer. Essa reflexão é reforçada ainda por Marcellino, quando diz:

Um indivíduo que tenha que se preocupar diariamente com a sua sobrevivência biológica, que vê o poder real do seu salário em curva decrescente, obrigando-o a trabalhar ainda mais para manter o já baixo padrão de vida, dificilmente poderá adotar atitudes produtivas no pouco tempo disponível que acaba lhe restando (1983, p. 49).

No Brasil, desde o início da pandemia pela Covid-19, em 2020, o contexto social e econômico se vê diante de um cenário ainda mais crítico. Segundo a Organização Internacional do Trabalho a média de desempregados(as) em 2022 foi de 14 milhões de pessoas. Este quantitativo sobrepõe o nível pré-pandemia, em 2019, quando o número de desempregados(as) era de 12,4 milhões de brasileiros(as) (OIT, 2022).

Embora a população negra seja maioria no Brasil (56,2%), em 2018 representou apenas 27,7% das pessoas, quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos (IBGE, 2019). Assim o lazer, como outras dimensões presentes no contexto de produção capitalista, entra em confronto com padrões sociais e raciais dominantes e, mesmo possuindo grande potencial artístico, cultural, educacional, intelectual, dentre outros valores e habilidades, pode se constituir também como um fenômeno excludente capaz de manter e reforçar os padrões racistas, patriarcais e sexistas característicos da formação e estrutura social brasileira (SILVA *et al.* 2011).

A ressignificação e reconstrução dessa estrutura, inclusive no que diz respeito ao lazer, tem encontrado obstáculos significativos. Contudo, a partir da inclusão de pautas raciais e de gênero em diferentes segmentos sociais, acadêmicos e científicos, e da expansão de pesquisas no campo do lazer voltadas para a questão sociorracial e de gênero, como este estudo, tem sido possível diminuir lacunas existentes no campo teórico e vislumbrar mudanças importantes em relação aos últimos anos, como a sistematização de políticas públicas e ações afirmativas que, como afirma Gomes (2017), são consequência de um longo processo de luta e resistência da comunidade negra, através de movimentos e organizações sociais e políticas, do Movimento Negro e dos feminismos negros no Brasil.

Ao tratar especificamente da luta pelo direito ao lazer de mulheres negras, o pensamento feminista negro também pode se constituir como uma potente ferramenta para [re]construção de novas formas de sociabilidade e saberes, pois, como afirma Ribeiro (2017), este movimento pretende, justamente, romper com fragmentações, pensar projetos e novos marcos civilizatórios a fim de estruturar um novo modelo de sociedade, além de divulgar a

produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos que, historicamente, vêm pensando e materializando diferentes formas de resistências.

Nesse sentido, assim como as demais dimensões inerentes à condição da existência humana, o campo do lazer também precisa se posicionar, crítica e politicamente, quanto às questões de raça, classe, gênero e sexualidade. Estas discussões podem colaborar para a tomada do lazer como objeto de cidadania e elemento fundamental de qualquer sociedade e cultura, independente da linha de pensamento, compreensão, significados e conceitualizações, pois possui grande relevância no processo educativo dos(as) indivíduos(as) que o usufruem podendo, portanto, auxiliar no processo de emancipação e cidadania, de todas as mulheres.

No capítulo a seguir a discussão se concentra, de forma ainda mais específica, nos impactos das organizações e lutas travadas pelas participantes deste estudo através das organizações sociais e políticas em que estão vinculadas, a fim de ressaltar a força e a potencialidade das ações desempenhadas em busca de uma maior mobilidade, ascensão e emancipação para si mesmas, e para as comunidades as quais fazem parte. Pretende-se apontar as tensões, os limites e as motivações encontradas por essas mulheres no contexto em que estão inseridas, observando, ainda, a coexistência do lazer com atividades desenvolvidas no âmbito dessas organizações, e como as lutas e resistências diárias interferem no acesso e nas possibilidades de lazer, em Caetité-BA, das participantes desta pesquisa.

6 RESISTIR PARA EXISTIR: SABERES E POTÊNCIAS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DE CAETITÉ-BA

O Projeto Flor, o Projeto Esmeralda, o Projeto Amigos do Bem, as Dandaras e o Movimento Negro Unificado, integram as trajetórias de lutas sociais e políticas materializadas pelas participantes deste estudo, que impulsionam, inclusive, uma luta antirracista pelo e através do lazer em Caetité-BA. Mulheres que reafirmam as suas identidades e negritudes, reivindicam seus direitos e criam, diariamente, estratégias de superação e transformação de um sistema que, há muito, age pela invisibilização e subalternidade dos grupos ao qual pertencem.

E por entender a potência e complexidade que abarcam cada uma dessas organizações torna-se importante contextualizar, ainda que brevemente, os sentidos e significados que integram a noção de projetos e movimentos sociais, a partir de diferentes contextos, tempos e espaços socioculturais e políticos.

No que diz respeito aos projetos sociais, por exemplo, é importante destacar que as suas principais características estão situadas nas ideias e proposições coletivas direcionadas para a construção do bem comum. Nasceram, portanto, do desejo de transformar determinada situação ou contexto, ou seja, são pontes entre o desejo e a realidade constituídas através de ações organizadas e intencionais, de grupos ou organizações sociais, que emergem da reflexão e do diagnóstico a respeito de uma problemática, buscando contribuir, em alguma medida, para um outro mundo possível (MACIEL, 2015).

A possibilidade de expressão e participação no âmbito público e coletivo, também se constitui como uma das especificidades dos projetos sociais e, conforme Maciel (2015), este fato ocorre em um período de intensas e marcantes transformações das relações entre o público e o privado, estabelecendo um importante instrumento de gestão utilizada tanto pela sociedade civil organizada, quanto pelo Estado.

Já os movimentos sociais podem ser compreendidos como fenômenos históricos e resultantes das lutas de classes, ou seja, a partir das suas necessidades os atores sociais procuram com suas ações diretas e discursos, sistematizados ou não, alcançar visibilidade e alertar para as adversidades que estão condicionadas aos problemas do cotidiano (PERIN E ARGERICH, 2015). Conforme acrescenta Gohn (2013), esses movimentos se caracterizam ainda como ações sociais coletivas com um cunho sociopolítico e cultural que possibilitam diferentes formas de expressões e organizações populares, construindo propostas a partir de um efetivo diagnóstico social e atuando a partir de fazeres propositivos (GOHN, 2013).

Segundo Gohn (2013), os movimentos sociais foram, e ainda são, os pilares de diversas ações coletivas no Brasil, sobretudo a partir de 1970. Dentre os movimentos sociais existentes no Brasil com enorme influência para a superação do racismo, patriarcalismo e das diversas desigualdades – sociais, políticas, econômicas, educacionais, que assolam grande parte da população brasileira, estão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento Sindical, o Movimento Feminista, o Movimento de Mulheres Negras, o Movimento Indígena, o Movimento LGBTQIA+ e o Movimento Negro (GOMES, 2017).

Todos estes movimentos lutam pela construção de uma sociedade emancipada socialmente e são motivados pelas tensões provocadas pelo racismo, pelo patriarcado e pelo sistema capitalista, além da colonialidade do poder, do ser e do saber (GOMES, 2017). Esta última, referente às estruturas sociais e políticas de controle, poder e hegemonia surgidas no decorrer do período colonial, se expandindo desde a conquista das Américas até os dias atuais, produz opressões diversas em diferentes segmentos étnicos, sociais e raciais, sobretudo às mulheres negras, afetadas tanto pelas questões de gênero, quanto pela raça e classe social (QUIJANO, 2005).

Conforme Quijano, a colonialidade do poder diz respeito “a ideia de 'raça' como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social” (2002, p. 1). Já a colonialidade do saber trata-se de “uma perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos” (QUIJANO, 2005, p. 126). Por fim, a colonialidade do ser, envolvendo questões de gênero e sexualidade, pode ser definida como a realidade do mundo moderno colonial, que inferioriza corpos e pessoas em detrimento de outros(as), ou seja, ocorre quando determinados grupos, geralmente a classe dominante branca, se impõem sobre os demais segmentos sociais (MIGNOLO, 2005).

Segundo Gomes (2017), os movimentos sociais como um todo, produzem, articulam e sistematizam saberes emancipatórios capazes de construir subjetividades que buscam transformar e superar as estruturas e padrões de dominação, que impedem a efetivação de uma verdadeira democracia social, racial e política. Nesse contexto, Santos (2006) destaca a atuação significativa do Movimento Negro, inclusive pela sua capacidade de articulação e diálogo com os demais movimentos sociais.

O Movimento Negro alcançou um espaço de existência afirmativa no Brasil. Ao pautar o racismo em diferentes espaços, públicos e privados, e questionar as políticas públicas, bem como seu comprometimento com a superação das desigualdades raciais, este movimento social ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, abordando-a como

uma potência de emancipação, ao invés de uma regulação conservadora e negativa, explicitando ainda, a sua participação na construção de identidades étnico raciais (GOMES, 2017).

Como discutido nos capítulos anteriores, o reconhecimento e a afirmação identitárias das participantes deste estudo são profundamente marcadas por um forte legado de dominação e opressão social, racial, política e de gênero, e o Movimento Negro, sobretudo a partir da década de 1970, contribui, nesse contexto, não apenas no processo de construção positiva e ressignificação das mais diversas identidades existentes, mas também como em um dos meios de organização social na busca pelo fim das desigualdades que afetam consideravelmente o lazer de mulheres negras, tanto no contexto brasileiro como um todo, como no Sertão Produtivo da Bahia, e, mais especificamente em Caetité, conforme abordado no item a seguir.

6.1 O Movimento Negro no Brasil, na Bahia e em Caetité: desafios, possibilidades e perspectivas

Antes de iniciar as discussões inerentes ao Movimento Negro no contexto brasileiro, baiano e caetiteense, é importante destacar os limites deste estudo e a impossibilidade de se esgotar este debate em apenas um capítulo, sobretudo por se tratar de um movimento social com tamanha influência em inúmeras lutas e conquistas que afetam a existência e a resistência da população negra no Brasil.

Segundo Gomes (2017) importantes elementos, símbolos e atores sociais foram e são necessários para a constituição do Movimento Negro no Brasil, o qual carrega uma enorme complexidade social e política, de extrema importância para a existência da população negra brasileira, sobretudo em movimento de diáspora africana. Esta autora retoma, por exemplo, o papel da Frente Negra Brasileira (FNB) (1931-1937) e do Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) no Brasil, organizações atuantes ainda no período da Ditadura Militar no país, com pautas e lutas imprescindíveis em busca da emancipação e ascensão do povo negro brasileiro.

A Frente Negra Brasileira, surge em São Paulo, em 1931, com um caráter político, recreativo, informativo e beneficente, com o objetivo de se tornar uma organização política a nível nacional. Através de vários departamentos, as suas ações incluíam a promoção de práticas educativas e recreativas para seus membros, além da criação de escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. A FNB atuava também através da denúncia das discriminações raciais existentes na sociedade brasileira do século XX, objetivando a

integração da população negra nas esferas sociais, culturais e políticas, e mesmo após o seu fim, em 1937, deixou o seu legado como sistematizadora de saberes emancipatórios e políticos que envolviam a realidade dos negros e negras brasileiros(as) da época (GOMES, 2017).

Já o Teatro Experimental do Negro, surgido na década seguinte à extinção da FNB, implementou-se com o objetivo de contestar a discriminação racial, formando atores e dramaturgos negros e negras, a fim de resgatar a ancestralidade africana no contexto brasileiro. O TEN, recrutava e alfabetizava operários(as), empregados e empregadas dos setores informais e domésticos, entre outros grupos sociais, para se tornarem participantes ativos da organização, lutando pela visibilidade da população negra no cenário cultural, artístico, literário e midiático do país, contribuindo, assim como a FNB, para o surgimento do Movimento Negro nas décadas posteriores (GOMES, 2017).

Inicialmente surge então o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MNUCDR), em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, sendo rebatizado no ano seguinte como Movimento Negro Unificado (MNU), nome que o representa até os dias atuais, como aponta Gomes (2017). Desde o seu surgimento até a atualidade o MNU é responsável por grandes mudanças na sociedade brasileira construídas a partir de constantes lutas e reivindicações, sem distinção de raça, sexo, educação, crenças políticas ou religiosas e sem fins lucrativos.

Como ressalta Gonzalez (2020) este movimento segue impulsionando a luta antirracista em diferentes contextos da diáspora brasileira, e afirma:

Nossa história continua. É nossa responsabilidade agora levar adiante a luta iniciada por nossos companheiros do passado que estão presentes em todos nós, em outro momento dialético. Graças a eles agora compreendemos que a luta do povo negro no Brasil é um aspecto de uma luta muito mais ampla: a luta dos negros no mundo. Também sabemos que ela está presente e continua (2020, p. 126).

É a partir desta perspectiva que as participantes deste estudo seguem engajadas e motivadas na luta pelo empoderamento, mobilidade e emancipação da população caetiteense, sobretudo de mulheres negras e moradoras dos bairros mais pobres e periféricos da cidade. A respeito das motivações e circunstâncias que constituem este ativismo, A. Oliveira (2022), a partir das suas experiências como uma mulher negra, transexual e atualmente presidenta do Conselho Municipal da Mulher, de Caetité-BA, ressalta:

Hoje eu acho que existo, resisto e sou resistência a partir das demandas e das lutas sociais! [...] Eu sinto a necessidade de ocupar os espaços para demarcar essas questões. E ocupando este espaço dentro da sociedade, eu trago comigo mulheres Trans e travestis e outras pessoas LGBTQIA+, lá do passado que lutaram muito para viver; represento ainda algumas pessoas que se sentem representadas, e eu acho que pontuar isso é preciso! As pessoas precisam se sentir representadas também. E estou por aí lutando pelo futuro... porque querendo ou não, a nossa luta de hoje só vai ter reflexos lá na frente. Então para mim, a dinâmica é essa, de sentir a necessidade mesmo. De estar nesses espaços para lutar pelos direitos de todo mundo, do bem comum, das mulheres negras e das pessoas LGBTQIA+ (A. OLIVEIRA, 2022).

A importância da ancestralidade e do movimento de afrodiáspora no Brasil e no mundo, para o encorajamento de mulheres negras na continuidade da luta pela sobrevivência e pela própria existência a partir de diferentes contextos, identidades, tempos e espaços sociais, é um fator crucial a ser destacado, sobretudo pelo histórico de opressões e injustiças que afetam a população negra, mesmo após o recente fim, em termos legais, da escravidão no país. A partir dessa realidade, o Movimento Negro resiste e confronta, cotidianamente, todas as estruturas que impedem a emancipação da população negra tanto na esfera coletiva, quando individual, como destaca, L. Araújo (2022):

[...] o Movimento Negro é um espaço político de resistência. Nem sempre tão organizado como deveria, mas é uma ideia... O movimento negro, ele é uma ideia, é uma luta específica. Então se eu estou resistindo nessa sociedade, eu já estou em um movimento negro, eu já estou lutando pela minha vida! [...] O movimento negro tem sido uma rede de pessoas que estão nessa vida diária de luta antirracista (L. ARAÚJO, 2022).

Nesta fala L. Araújo (2022) traz, brevemente, a sua perspectiva como mulher negra e baiana, que existe e resiste no Território de Identidade do Sertão Produtivo, sobre os limites e especificidades do Movimento Negro que, conforme salienta Gomes, se constitui como “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros, politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (2017, p. 23). É, portanto, um ator coletivo e político formado por um conjunto variado de grupos e entidades políticas e culturais que se distribuem nas cinco regiões do país.

Não obstante, Gomes (2017) ressalta também as tensões e adversidades existentes nas lutas sociais, tais quais as que são travadas pelo e no Movimento Negro em diferentes contextos do Brasil. Segundo esta autora, o MNU também é composto por ambiguidades e disputas internas, fato que pode ser observado novamente na fala de L. Araújo (2022), tratando especificamente do Sertão baiano:

[...] tem sido muito difícil se organizar aqui no território do interior! Muito difícil se organizar politicamente. Muitas correntes ideológicas, e as vezes também algumas interferências do colonizador ainda, que implementam na gente alguns tipos de rivalidade, desde o período da escravidão, e faz com que o movimento político não engate como deveria (L. ARAÚJO, 2022).

Ao buscar compreender a complexidade que envolve a concretização e materialização das lutas travadas pelo MNU no Brasil é preciso destacar que há, também, um processo de institucionalização (ainda não efetivado no contexto do Sertão Produtivo da Bahia) que permeia a trajetória deste movimento no país, o qual, segundo Leitão (2014), coexiste com diversos conflitos políticos, apesar da crescente participação de negros e negras em espaços formais das estruturas do Estado.

No contexto caetiteense é importante destacar ainda a força e a resistência dos(as) militantes deste movimento na região, ainda que de maneira informal, como ressalta D. Paula (2022):

O Movimento Negro sempre teve esse intuito de tentar dar um suporte para a população negra do município, principalmente quando acontecia alguma questão de violência, de maior repercussão... porque o movimento negro em Caetité nunca foi institucionalizado [...], então é sempre mais aquela coisa informal... De pessoas que acreditam nessa causa, e se unem para tentar organizar alguma coisa; é sempre um grupo de pessoas que acredita nisso, que quer se movimentar... Sempre que acontece uma ação de violência a gente tenta se articular, apoiar aquela pessoa, ajudar. Mas formalizado assim não tem muita coisa, a gente nunca conseguiu avançar nessa questão (D. PAULA, 2022).

A institucionalização do Movimento Negro, que se inicia nas décadas de 1980 e 1990, passa por um período denso após o fim da Ditadura Militar no Brasil, quando ocorre também uma lenta redemocratização que possibilita a chegada de novas demandas sociais pautadas em questões como gênero, raça, moradia, educação popular, saúde, meio ambiente, dentre outros elementos de caráter progressista (LEITÃO, 2014).

Para Rios (2008) este processo de institucionalização pode ser representado em fatores como a profissionalização dos ativistas, a mobilização de recursos políticos e financeiros, a burocratização das organizações e a participação dos atores e militantes do Movimento Negro em diferentes esferas do Estado. Segundo essa autora, a institucionalização está relacionada ainda à forma pela qual o movimento se apropriou das oportunidades políticas apresentadas pelo Estado e pelo ambiente civil, marcando, dessa forma, o próprio processo de democratização do Movimento Negro brasileiro.

Nesse contexto, o Conselho de Participação da Comunidade Negra (CPDCN), criado em São Paulo em 1984, materializou a primeira referência institucional a tratar especificamente das demandas e pautas sociorraciais no Brasil. Foi o primeiro órgão governamental criado, depois do regime militar, para combater a discriminação racial e construir políticas públicas voltadas para a população negra, e o seu surgimento é possibilitado justamente pela existência de pessoas negras no governo, fato que se torna uma inspiração para outras organizações do Movimento Negro no final do século XX (LEITÃO, 2014).

Através desse movimento de institucionalização, os avanços que alcançaram e ainda alcançam a população negra brasileira, a partir de diferentes contextos, são diversos. É possível citar, por exemplo, a criminalização do racismo, assegurada na atualidade pela Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, estabelecido no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, como um importante passo na luta antirracista para a transformação de uma sociedade que por muito tempo permitiu, legalmente, diferentes formas de racismo, sofridas por negros e negras brasileiros(as), embora, mesmo com a constitucionalização desta lei, o racismo siga atormentando este segmento social no país (GOMES, 2017).

A partir dos anos 2000 os progressos alcançam ainda mais o campo político, jurídico, educacional e acadêmico, tendo, por exemplo, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros(as) (ABNP), como um marco de extrema importância para o agrupamento de pesquisadores e pesquisadoras negros(as) e não negros(as) que se dedicam às relações étnico raciais, dentre outros temas relevantes para a população negra, a fim de expandir a produção acadêmica e científica referentes às pautas raciais, buscando, ainda, estruturar academicamente, um espaço de reconhecimento das experiências sociais do Movimento Negro no país (GOMES, 2017).

Em 2003 houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), mesmo ano em que foi sancionada a Lei nº 10.639/03, alterando a Lei 9.394/96 com a inclusão dos artigos 26-A e 79-B (BRASIL, 2003; 1996), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas, nos níveis de ensino Fundamental e Médio. A temática indígena foi incluída em 2008 após nova alteração, com a Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008; GOMES, 2017).

Não obstante, apesar de todo progresso alcançado pela luta e resistência do MNU no Brasil, assim como o reconhecimento nacional referente à importância da institucionalização deste movimento no país, é importante destacar os conflitos e divergências que dificultam,

ainda hoje, a sua ampliação institucional nas mais diversas regiões do país (LEITÃO, 2014). Este fato representa, inclusive a realidade do Sertão Produtivo da Bahia e, mais especificamente, de Caetité, que segue atuando em uma perspectiva informal, sem êxito nas últimas tentativas de institucionalização devido à ausência de força e representação política na região e que possibilite a efetivação deste processo no contexto estadual e nacional.

A respeito dessa dificuldade, T. Rodrigues (2022) destaca:

[...] eu acredito que o Movimento Negro é extremamente importante, e eu acredito que ele tinha que se fortalecer... Sair do micro para o macro. Eu acho que funciona tudo muito lá no nacional, no estadual..., mas quando chega lá na cidade pequena, no interior, na periferia, na zona rural... essa assistência não chega! Então os negros estão morrendo aí por falta de assistência mesmo... eu acho que deveriam descentralizar o poder, o movimento... sair da nacional, da estadual e vim para o interior, vim para o campo. Atingir a periferia, trazer essas lideranças, ou formar lideranças no interior e no campo. Porque a gente também precisa dessa assistência que o nacional não consegue atingir. É bom que ele atinja quem está lá, mas e quem está aqui? [...] Se eles fortalecessem os núcleos do interior ou do campo, eu acredito que a gente iria conseguir fortalecer o nacional também, do micro para o macro e não o contrário, sabe? (T. RODRIGUES, 2022).

No que tange as tensões destacadas acima por T. Rodrigues (2022), Leitão (2014, p. 10) salienta que, apesar da extrema relevância do processo de institucionalidade do movimento negro, a mera presença de negros e negras nas esferas estatais não assegura a efetividade de políticas públicas destinadas a esta comunidade. Ou seja, é necessário, que haja “um nível de conflito que se desloque da externalidade do estado, e passe a atuar por dentro do próprio estado”, contribuindo ainda mais para o avanço da consciência democrática, anticolonialista e antirracista no país (GONZALEZ, 2020).

Em um período bastante sombrio para as minorias sociais brasileiras e para o avanço da luta contra as desigualdades, sobretudo em meio à frequentes ataques aos direitos sociais, à intensificação e naturalização de opressões raciais e de gênero, bem como a crescente privatização do patrimônio público, dentre tantos outros regressos e violências intensificadas nos últimos anos pelo Governo Federal que presidiu o Brasil de 2019 à 2022, como ressalta Bonalume (2020), é importante destacar que as mulheres negras em todo o país e mais especificamente em Caetité-BA seguem criando estratégias de resistência e sensibilizando inclusive os setores não negros, buscando ampliar as discussões sobre o racismo e suas práticas em diferentes esferas da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020).

Mulheres negras caetiteenses que resistem também através do Movimento Negro, ainda que as barreiras institucionais restrinjam o alcance de suas lutas, têm se posicionado contra os padrões que impedem a afirmação de suas identidades e se mobilizaram de forma incisiva e potente contra as ações racistas sofridas, constantemente, por moradores e moradoras negros(as) especialmente das e nas periferias da cidade.

Em 2020 dois atos de violência policial cometidos contra dois jovens negros de Caetité-BA revoltaram e mobilizaram os militantes ativos na luta antirracista que se expressam através do Movimento Negro na cidade, por meio de denúncias públicas e notas de repúdio publicadas em suas redes sociais.

Uma ação extremamente violenta contra um jovem negro de 17 anos que, ao ser abordado de maneira irregular e abusiva pela Polícia Militar (PM) do município, sob falsa acusação de posse de drogas, conforme relatou o jovem em suas redes sociais, causou revolta ainda maior quando o mesmo denunciou publicamente a violência sofrida, e foi novamente agredido pela PM após exposição do ocorrido (FIGUEREDO, 2020).

“No Brasil, são as balas perdidas e a violência policial que separam negros de brancos ao sempre ir de encontro aos corpos negros”. Esta afirmação de Pinto e Muniz (2022), ilustra outro fato ocorrido em Caetité durante o 8º Carnaval da Diversidade e 33º Lavagem da Esquina do Padre¹⁵, quando a PM efetuou disparos de arma de fogo contra um homem negro de 33 anos. Durante um momento festivo e de lazer, ao ter se esbarrado sem intenção no então PM, ele foi surpreendido, de imediato, por ações extremamente violentas que infelizmente são comuns em meio a um racismo estrutural e institucional, que reforça e naturaliza a violência policial contra negros(as) no Brasil (MARQUES, 2020; PINTO; MUNIZ, 2022).

Além das notas de repúdio publicadas em nome do MNU de Caetité-BA, Figueredo (2020) fez ainda a seguinte exposição em suas redes sociais:

Que toda revolta se transforme em luta. Que tenhamos direito à vida, ao lazer, à diversão, como todas as outras pessoas. Que tenhamos a liberdade de poder sentar numa praça sem ser enquadrado pela PM... de voltar da escola à noite após uma longa jornada de trabalho durante o dia, sem ser violentado pela PM. Que possamos voltar com vida para nossos lares e para nossa família (FIGUEREDO, 2020).

¹⁵ Evento multicultural considerado como uma das maiores festas populares da região que ocorre há mais de três décadas. Se constitui como uma espécie de carnaval fora de época abrangendo diversas manifestações culturais da comunidade como: Bumba Meu Boi, grupos de capoeira, bandas de percussão, filarmônicas, grupos de baianas da cidade, e foliões fantasiados. Este evento, além de se constituir como um grande espaço de entretenimento e lazer para o público da cidade e região, possui ainda grande potencial movimentador da economia da cidade (CAETITÉ, 2020).

Este relato reflete uma inquietação coletiva que aflige em larga escala a população negra brasileira. Ao vivenciarem incertezas cotidianas, inclusive no que diz respeito às suas próprias vidas durante momentos de lazer e diversão, como ocorreu em Caetité e continua a ocorrer diariamente no Brasil, negros e negras têm seus direitos violados e seus lazeres cerceados por órgãos institucionais como a Polícia Militar e, até mesmo, pelo próprio Estado.

Pesquisas e estudos recentes apontam a raça/cor como uma das principais questões levadas em consideração ao se determinar as características de suspeitos, dos indivíduos abordados pela PM em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil, definindo assim quem tem, ou não, o direito à vida, como ressalta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022).

Segundo dados do Atlas da Violência 2021, elaborado em conjunto com o FBSP, no Brasil a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior comparada à de pessoas não negras (IPEA, 2021). Outra pesquisa recente publicada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostrou que em 2021 as pessoas negras foram 84% das vítimas fatais em ações realizadas pela Polícia Militar Brasileira (FBSB, 2021).

O filósofo e cientista social Achille Mbembe explica estes fatos a partir do conceito de Necropolítica, que consiste no poder dos Estados em determinar quem pode/deve viver ou morrer (MBEMBE, 2016). Para Ignacio (2022) o conceito apresentado pelo autor é indispensável para compreendermos como os Estados assumem, por vezes, a política da morte em suas estruturas e, ao invés de estabelecerem uma fronteira entre os direitos, a violência e a morte, utilizam o poder para propiciar zonas de morte, onde o racismo seleciona os corpos “matáveis”.

Este conceito é importante inclusive para avançar nos estudos do lazer no Brasil. Ramos (2022) apresenta o termo “Necrolazer” ao pesquisar sobre as práticas de divertimento da população negra na virada do século XIX para o XX, como o samba, o batuque e o candomblé, se referindo aos estigmas e estereótipos negativos que partiam do próprio Estado em relação a essas formas de diversão que resistiam e resistem ainda hoje, participando das construções identitárias da população negra e compondo a estrutura sociocultural brasileira.

Nessa perspectiva, pensar a Necropolítica através da dimensão do lazer na contemporaneidade é também uma contribuição assertiva para o avanço na luta pelo direito ao lazer no Brasil. Afinal, assim como os efeitos da Necropolítica são também observados a partir da marginalização e subalternização da população negra, bem como no aniquilamento dos seus costumes, culturas e tradições, como afirma Brito (2020), a questão referente à quem

tem, ou não, direito ao lazer, e de como o Estado se organiza em relação a essa estrutura desigual, interfere diretamente na democratização do acesso e apropriação do lazer, sobretudo por mulheres negras como segmento triplamente afetado por gênero, raça e classe social.

Assim, o Movimento Negro brasileiro, que também tem se mobilizado através de diversos grupos artísticos, por meio da dança, música, teatro, capoeira, poesias, entre tantas outras formas de linguagem, contribui ainda em uma luta antirracista pelo e através do lazer, em diferentes contextos sociais, a exemplo do Movimento Negro da Bahia que segue resistindo e reafirmando positivamente as identidades e negritudes baianas que constituem o estado mais negro fora do continente africano. Dentre as diversas formas de descolonização cultural, como se refere Gonzalez (2020), estão, por exemplo, os blocos de carnaval Ilê Aiyê, Olodum, Malê Debalê, Muzenga e Araketu, que, além de tencionarem uma democratização do lazer para a população negra da Bahia, se configuram também como dimensões que revolucionam e subvertem padrões sociais, culturais, estéticos e políticos pautados em um paradigma eurocêntrico (ARAÚJO, 2012; GOMES, 2017).

No Sertão Produtivo da Bahia, a população negra segue encontrando diversos caminhos e estratégias de luta e resistência contra as desigualdades sociorraciais e de gênero que afetam este Território de Identidade. Em Caetité especificamente, a arte, a música, a dança e outras diferentes formas de expressar e afirmar as identidades, que coexistem neste contexto, têm sido impulsionadas e protagonizadas sobretudo por mulheres negras, como é o caso das Dandaras, grande potência artística caetiteense que também compõe este estudo.

6.2 As Dandaras: emancipação e resistências de mulheres negras em Caetité-BA

O grupo Dandaras nasceu em 2017 através do projeto de política pública “Art&Eu”, então vinculado à Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SECELT) de Caetité-BA. Desde o fim deste projeto, após nova gestão na prefeitura da cidade, consolidou-se como um grupo que se organiza de maneira autônoma através de formações artístico-culturais na área da dança. As Dandaras se articulam sob o protagonismo de oito mulheres negras moradoras de bairros periféricos/vulneráveis do município e é dirigido por L. Araújo (2022) que também se organiza através do MNU de Caetité-BA.

O nome do grupo faz referência à grande guerreira Dandara de Palmares, simbolizando e transcendendo o histórico de luta, força e resistência de mulheres negras que revolucionam o Brasil em um movimento afrodiaspórico. A trajetória dessa guerreira, muitas vezes apagada, silenciada ou lembrada simplesmente como esposa de Zumbi dos Palmares,

impulsiona ainda hoje as mais diversas estratégias de emancipação, criadas e recriadas pelas e para mulheres negras a partir de diferentes contextos e gerações no Brasil.

Dandara, além de companheira de Zumbi dos Palmares, com quem se casou e teve três filhos, foi também uma das grandes lideranças femininas negras que lutou e resistiu contra a escravidão no Brasil por volta do século XVII. Foi considerada uma importante guerreira negra, além de uma forte e corajosa capoeirista que também aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas, planejando ações de combate ao lado dos(as) companheiros e companheiras da comunidade palmarina, em busca da liberdade do seu povo. As informações a respeito do seu local de nascimento, bem como da sua chegada ao Quilombo dos Palmares ainda são desconhecidas pela literatura brasileira, o que evidencia o silêncio e o apagamento historicamente imposto às mulheres negras no Brasil (HENRIQUE, 2007; SOUZA, 2017).

O legado de Dandara dos Palmares inspira e impulsiona inúmeras mulheres negras de diferentes gerações no Brasil a seguirem na luta contra as diversas opressões que atravessam, interseccionalmente, seus corpos e trajetórias. Como é o caso do grupo Dandaras de Caetité-BA, cuja atuação neste território tem impactado positivamente as identidades e subjetividades tanto do grupo em si, como de todos e todas que se envolvem e/ou assistem as apresentações realizadas pelo grupo.

As Dandaras iniciaram a sua formação com ensaios em uma praça pública chamada “Praça do Forró”, situada no bairro Buenos Aires, em uma região periférica de Caetité onde reside a maioria das integrantes do grupo. Pautam através da dança questões étnicas, sociorraciais, identitárias e de gênero, buscando ainda levar arte e cultura negra para a comunidade caetiteense e, sobretudo, para as periferias da cidade onde, comumente, o acesso aos direitos sociais, como educação, moradia, saúde, segurança, arte, cultura e lazer, são negligenciados pelo próprio poder público.

Outro espaço que marca a trajetória deste grupo é a biblioteca Cezar Zama, também localizada no bairro Buenos Aires, sendo mais um dos espaços de formação educativa e artística ocupado pelas Dandaras. Ao relatar sobre os sentidos e significados desta biblioteca para a construção do grupo, L. Araújo (2022) destaca:

[...] é muito interessante! Porque eu costumava dançar sempre em um estúdio, em um lugar próprio para a dança. E a gente estava dançando dentro de uma biblioteca... que é um lugar que você entra e se senta para ler um livro, para fazer uma tarefa. E a gente entrava e mudava aquele espaço para estudar... só que de uma outra forma. Então o grupo Dandaras se formava dentro de uma biblioteca, no centro de uma periferia (L. ARAÚJO, 2022).

A existência de uma biblioteca pública em um bairro periférico de Caetité é um importante fato a ser destacado, sobretudo, no que diz respeito ao avanço de políticas e projetos educacionais na cidade, visando a expansão de práticas socioeducativas voltadas para as comunidades periféricas e em situação de vulnerabilidade do município. Este espaço é frequentado por moradores(as) e estudantes das escolas públicas de Caetité e é também ocupado com atividades educativas, culturais e de lazer, como jogos e brincadeiras, atividades de incentivo à leitura e atividades teatrais e musicais (CAETITÉ, 2019).

A trajetória do grupo Dandaras é marcada, nesse sentido, também pela importância da biblioteca Cezar Zama em Caetité-BA. Apesar de não se constituir como um espaço específico para formações/ensaios artísticos e de dança, potencializou a história das Dandaras através da expansão de possibilidades educativas que influenciaram positivamente a construção identitária desse grupo.

O engraçado e o louco é que os livros o tempo inteiro entravam no meio da nossa dança. Porque de um intervalo de uma música para a outra, enquanto umas descansavam e outras dançavam, elas passavam tempos, momentos, horas... olhando para os livros na prateleira, e pegavam os livros, abriam, descobriam coisas... achavam livros que falavam sobre o que a gente estava falando... achavam livros com pontos de orixás, vários livros bons de capoeira, elas gostam muito de capoeira!... Então tudo isso é muito marcante na construção desse espaço que a gente vivenciava, inclusive como espaço de lazer (L. ARAÚJO, 2022).

Ao destacar as diferentes formas de linguagens artísticas e educativas existentes no processo de formação das Dandaras, tanto através da dança em si, como das leituras que marcavam os ensaios do grupo na biblioteca Cezar Zama, L. Araújo (2022) demarca a utilização desse espaço também para o lazer, fator importante para se pensar a mutualidade existente entre o lazer e a educação no contexto caetiteense, a partir de uma perspectiva crítica e emancipada.

Segundo Marcellino há entre a relação lazer e educação um duplo processo educativo. Ao passo em que o lazer pode se constituir como “um veículo privilegiado de educação” (2006, p. 50), os lazeres vivenciados por diferentes segmentos e contextos sociais também necessitam de aprendizado e estímulo, que possibilitem “a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, procurando superar o conformismo, pela criticidade e pela criatividade” (2006, p. 50).

Nesse sentido, quando As Dandaras ocupavam uma biblioteca em um bairro periférico, e a vivenciavam também como um espaço para o lazer, coexistindo com leituras

críticas a respeito de questões étnico-raciais e identitárias que permeiam as suas trajetórias como mulheres negras caetiteenses, as diferentes formas de linguagem, arte, educação e lazer que atravessavam as suas vivências nesse espaço, especificamente, também lhes despertavam uma consciência crítica e política para fruírem o lazer tanto de forma coletiva, quanto individual.

A esse respeito L. Araújo (2022) acrescenta:

Eu não consigo entender e perceber o lazer, sem ser um espaço político também. Porque é uma garantia de direito, e eu não tenho como ter lazer se eu não tenho consciência política. Eu não vou reivindicar o meu lazer sendo uma pessoa alienada. Então lazer é também a garantia de uma reflexão crítica na vida da pessoa. Os momentos que aquela pessoa vai vivenciar de lazer vão ser momentos que podem potencializar ainda mais essa relação (L. ARAÚJO, 2022).

Como ressalta Pinto (2008) a relação entre o lazer e a educação influencia diretamente no “processo de formação humana que requer não só o domínio de conhecimentos específicos sobre lazer como também de competência e habilidades adequadas à formação/atuação política, ética e estética” (p. 48), que se consolidam a partir das vivências e experiências realizadas por diferentes sujeitos(as) e seguimentos sociais.

É preciso que haja também uma educação para o lazer que proporcione à população um maior grau de autonomia, no que tange ao uso de seu tempo disponível, de forma que as vivências não se restrinjam a atender às expectativas da indústria cultural, em um espaço privilegiado (ANDRADE; MARCELLINO, 2011). Nesse sentido, é importante destacar ainda que, assim como a biblioteca contribuiu positivamente no processo de consolidação das Dandaras, a coexistência do grupo neste espaço também potencializou e expandiu formas de saber e aprender, que são geradas em locais como este. Como afirma Chaves (2021) e Melo (2006), ao causar inquietações e expandir as formas de ver a realidade, e ao educar para uma visão criteriosa dos símbolos e signos sociais, culturais e políticos, a arte transborda sua existência para além da sua manifestação em si.

Segundo Chaves (2021), o vínculo cultural existente entre a dança, a educação e o lazer, viabiliza uma compreensão analítica das tensões, contradições e complexidades existentes em diferentes contextos sociais. Conforme esta autora, “de manifestações tradicionais a inovações, do conformismo à resistência, encontramos na ambiguidade dos corpos dançantes a possibilidade da interpretação crítica da ordem social (2021, p. 12).

Para Ribeiro (2017, p. 76) “não é possível falar de política, sociedade e arte sem falar de racismo e sexismo”. E é a partir dessa perspectiva que o grupo Dandaras tem atuado desde 2017 no contexto do Sertão Produtivo da Bahia, abordando, através da dança e da arte, questões historicamente silenciadas pela estrutura racista que compreende e sustenta a sociedade brasileira. Conforme L. Araújo (2022), diversas transformações podem ser observadas não apenas no grupo si, mas também na comunidade caetiteense de forma geral e, mais especificamente, nas periferias da cidade. Segundo afirma:

Muda como aquele corpo se comporta, e aquele corpo se comporta com mais vontade de mudança! Então eu percebo essa diferença... a intervenção desses projetos políticos educacionais ligado ao corpo, à arte, à identidade, à consciência de classe na quebrada gerou e tem gerado e promovido consciência política. Promoveu mudança de comportamento dentro dos moradores do bairro (L. ARAÚJO, 2022).

O conceito “regulação-emancipação do corpo negro” apresentado por Gomes (2017) é uma importante ferramenta para compreendermos como o grupo Dandaras, bem como as demais organizações sociais e políticas que integram este estudo, têm criado novas formas de emancipação sociorracial em Caetité-BA, alcançando inclusive o lazer como uma dimensão potencializadora das lutas sociais, políticas e antirracistas.

Para Gomes (2017), o processo de colonização, bem como o tráfico negreiro e a escravidão no Brasil geraram um intenso processo de regulação, sob o qual a corporeidade negra viveu durante séculos. Segundo afirma, essa regulação continuou existindo mesmo após a abolição, assumindo diferentes formatos em conjunto com os processos de regulação capitalistas e, mais recentemente, com aqueles produzidos pela globalização neoliberal.

Não obstante, o processo de regulação do corpo negro, conforme apresenta Gomes (2017), é confrontado pela luta por emancipação sociorracial construída por negros(as) como sujeitos(as). Para esta autora o corpo negro pode ser compreendido como corpo político através da existência material e simbólica de negros e negras em nossa sociedade, e é justamente este entendimento que possibilita a afirmação de que a corporeidade negra produz saberes.

Os saberes construídos pela população negra, enfatizados pela autora acima como saberes emancipatórios, são observados a partir de diferentes maneiras: a partir da distinção do corpo negro, de forma positiva e empoderada, em espaços públicos e privados; a partir da construção política da beleza e da estética negra, bem como dos cabelos e penteados afros e das formas de se vestir, que transcendem uma ancestralidade africana reafirmada e

ressignificada no Brasil e ainda a partir da dança e da arte como formas de expressão e libertação do corpo negro (GOMES, 2017).

Nesse sentido As Dandaras também tem produzido saberes emancipatórios que influenciam as formas pelas quais vivenciam seus lazeres. O potencial emancipatório gerado a partir das vivências específicas das Dandaras em Caetité-BA alcança de forma profunda e mútua tanto o grupo como um coletivo de mulheres negras que expressam suas subjetividades, corporeidades e identidades através da dança e da arte, quanto as individualidades de cada uma das integrantes, bem como da própria diretora do grupo. Conforme ela salienta:

É muito potente, eu sinto que é uma grande potência! Porque gera uma resposta de fortalecimento da educação antirracista. São pessoas se entendendo como pessoas negras e quando a gente diz que aquela pessoa está se entendendo como negra, a gente está se entendendo como um ser de direito. Então essa intervenção, ela gera impactos políticos (L. ARAÚJO, 2022).

Como salienta Gomes (2017), o Movimento Negro no Brasil também participa diretamente no processo de construção e socialização dos saberes emancipatórios produzidos por negros e negras brasileiros(as) ao longo de sua trajetória social, histórica, política e cultural. Esta relação se constitui, ainda, como um importante instrumento para questionar e reivindicar a expansão dos recursos e investimentos destinados às políticas socioeducativas e culturais, bem como de espaços e equipamentos específicos de lazer, sobretudo em regiões vulneráveis e periféricas que são constantemente negligenciadas pelo poder público (MARCELLINO, 2007).

Discutir sobre o lazer, a partir de uma perspectiva interseccional, pautando as questões de raça, classe, gênero e sexualidade, contribui inclusive para a construção e perpetuação de outros grupos, projetos e movimentos importantes para a luta contra os paradigmas e opressões sociorraciais e de gênero que também afetam também a consolidação do lazer. No contexto deste estudo, para além da arte e da dança como estratégias emancipatórias, como as observadas através do grupo Dandaras, outras formas de se organizar e resistir estão sendo construídas e impulsionadas pelas participantes deste estudo, assim como nos demais projetos sociais que serão apresentados a seguir.

6.3 Projetos Flor, Amigos do bem e Esmeralda: estratégias de lutas, vivências e sobrevivências em Caetité-BA

O Projeto Flor, o Projeto Amigos do Bem e o Projeto Esmeralda desempenham ações solidárias em três bairros periféricos de Caetité-BA: Nossa Senhora da Paz, Esmeralda e Pedro Cruz. Estas organizações fazem parte da trajetória de luta e resistência de três das mulheres que constituem este estudo: J. Souza, A. Almeida e E. Alves (2022), e são criados a partir do anseio dessas mulheres em ajudar a transformar a realidade vulnerável e desigual que permeia as comunidades em que estão inseridas, e que também se assemelham as suas próprias condições de vida.

Apesar de serem coordenados por diferentes mulheres e terem suas sedes também em locais distintos, nota-se proximidades entre eles em relação às ações desempenhadas, ao objetivo central de cada um, às trajetórias de vida de cada uma das coordenadoras que, embora sejam atravessadas por singularidades, multiplicidades e histórias diversas, se encontram em lugar comum: na intersecção entre gênero, raça, classe e na produção de opressões e resistências a partir desses marcadores sociais.

O Projeto Flor, criado em 2010 por Dona Chica, como é conhecida em Caetité-BA, e nos arredores do município, fica localizado no bairro Nossa Senhora da Paz, onde a sua fundadora reside há cerca de 38 anos. Depois de perder dois dos seus oito filhos, ela decide, então, criar esse projeto a partir da ideia de um vizinho, que sempre a avistava chorando. Assim, a trajetória de luta, força e resistência que atravessa não só o Projeto Flor, como também a própria história de vida de Dona Chica, segue há 12 anos emocionando e comovendo a todos(as) que passam a conhecê-la de perto. Com o intuito de ajudar outras pessoas do bairro que se encontravam, e ainda se encontram, em situações de vulnerabilidade social e econômica, Dona Chica deu início a ação de servir sopa para homens, mulheres e, em maior parte, crianças carentes do bairro.

Atualmente, o Projeto Flor tem sido coordenado por sua neta, J. Souza (2022), que traz apontamentos importantes para compreendermos desde as dificuldades em que o projeto passou, até a expansão das suas atividades, que além da alimentação realiza outras ações de cunho social, cultural e de lazer em benefício da comunidade caetiteense, mais especificamente do bairro Nossa Senhora da Paz.

J. Souza (2022) relata sobre as condições extremamente restritas enfrentadas pela sua avó, sobretudo no início da construção do projeto. As barreiras existentes perpassavam tanto pelas restrições relacionadas ao espaço, quanto aos alimentos necessários para fazer a sopa,

que ainda hoje são provenientes de doações dos comerciantes locais e da comunidade caetiteense em si.

Conforme destaca a neta, “ela pegava algumas cobertas, estendia-as no chão no quintal de casa e as crianças se assentavam para poder comer” (J. SOUZA, 2022). E ainda relembra: “A gente sempre teve dificuldade em relação as carnes para fazer a sopa. O dia que não tinha, a gente fazia uma farofa de ovo, ou um molho de ovo com pão e dava com suco, só para não faltar” (J. SOUZA, 2022).

Ao transformarem suas dores em força, e terem a sensibilidade ainda mais aguçada para os diversos problemas que afligem a população residente em seu bairro, Dona Chica e a sua neta seguiram com este projeto social, criando estratégias a fim de possibilitar um abrandamento em situações de desigualdade que circundam a comunidade da qual fazem parte. A partir da consolidação desse projeto na cidade, puderam motivar também ações desenvolvidas pelo Projeto Amigos do Bem, criado em 2013 por E. Alves (2022) e pelo Projeto Esmeralda, criado em 2019 por A. Almeida (2022).

As principais motivações de E. Alves e A. Almeida (2022) conforme apontam abaixo, partiram do desejo em retribuir ações de afeto e ajuda que receberam em momentos difíceis de suas vidas, de famílias que também se encontravam em situações vulneráveis, mas que, ainda assim, as ampararam.

Eu passei por um momento bem difícil da minha vida. Marido desempregado, as portas se fecharam... e foram aquelas pessoas que menos tinham que me ajudaram. E aí o tempo foi passando, Deus concedeu a benção de arrumar um serviço para o meu marido, e eu tinha que fazer alguma coisa em troca por essas pessoas que me ajudaram. Então eu comecei ajudar, não para ter algum reconhecimento, e sim porque era muito gratificante para mim estar ajudando aqueles que me estenderam a mão (E. ALVES, 2022).

Eu sou de uma família muito simples. Eu perdi minha mãe quando eu tinha 1 ano e 3 meses e o meu pai quando eu tinha 13 anos de idade. Então na realidade eu já fui muito ajudada pelos outros. Eu lembro que com 8 anos de idade eu já fritava coxinha para o vizinho vender, pra eu ganhar dinheiro. Sempre trabalhei. Em casa de família... comecei a varrer rua como gari com 19 anos... e ali eu já ganhava roupas do pessoal nas ruas e doava para outras famílias necessitadas. Então era um desejo ardente que eu tinha dentro de mim, de ter algo a mais para poder fazer mais por alguém. Sempre falei para Deus que um dia, se fosse da vontade Dele, eu ia ter como devolver ao próximo, toda ajuda que eu já recebi (A. ALMEIDA, 2022).

É possível notar que se forma, entre as famílias carentes que integram essas periferias, uma rede de apoio em que se criam estratégias de amparo e resistência contra as desigualdades sociais e econômicas, potencializadas pelas opressões de gênero e raça, produzidas e sustentadas pelo próprio Estado. Segundo Jesus (2021) ocorre por parte dos órgãos estatais uma negligência ao acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer e segurança, limitando as condições de cidadania, sobretudo, de negros e negras das periferias brasileiras (PNAD, 2021).

Nesse sentido, as mulheres que coordenam esses projetos sociais, em Caetité-BA, tentam suprir lacunas desassistidas pelo Estado e pelo poder público local e, apesar dos obstáculos encontrados por elas em diferentes momentos de suas trajetórias, são vistas, juntamente com os projetos que coordenam, como uma das principais bases de apoio para os(as) moradores(as) dos bairros Nossa Senhora da Paz, Esmeralda e Pedro Cruz, dando um suporte ainda maior à estas comunidades nos últimos dois anos (2020-2022), em decorrência da pandemia do Covid-19.

Conforme relatam E. Alves e J. Souza (2022):

Durante a pandemia eu pensei muitas vezes em desistir..., muitas vezes! Eu me deparava com muitas mães aqui no projeto em uma situação que eu não tinha como ajudar. Me deparei com muitos pais de família perdendo o trabalho. E na pandemia ficou tudo muito mais difícil, porque a gente não conseguia muitas doações. Para conseguir a gente ia para as portas dos supermercados pedir de um a um [...] chegou um momento aqui em que a nossa sopa era servida as 14 horas da tarde e às 11:40 nós já estávamos com a fila virando a esquina! Pela situação dos moradores, porque com pai desempregado, mãe desempregada, com criança dentro de casa, tendo que pagar aluguel, água, luz..., então viram o socorro na gente (E. ALVES, 2022).

Com a pandemia a gente teve que abraçar as famílias como um todo, porque a gente não podia fazer uma marmitta de sopa para uma criança comer e deixar os outros de casa ficarem sem. Então tivemos que dobrar a quantidade de sopa... “Meu Deus, o que a gente vai fazer?!”. Foi difícil, na época foi muito difícil (J. SOUZA, 2022).

Com o aumento no preço dos alimentos durante a pandemia do Covid-19, o acesso à comida se tornou um dos maiores desafios para grande parte da população brasileira. De acordo com dados publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, aproximadamente 19 milhões de brasileiros e brasileiras passaram fome no decorrer deste período, sendo 65% entre negros e negras. Nesse sentido, a atuação dos projetos sociais tem sido basilar, visto que problemas que o Brasil já enfrentava, como

desemprego, fome e pobreza foram agravados, afetando significativamente à população periférica, sobretudo, negra (MIRANDA; LOPES, 2021; PENSSAN, 2022).

Em contrapartida, A. Almeida (2022), coordenadora do Projeto Esmeralda diz ter sentido um maior acolhimento em relação ao projeto durante início da Pandemia do Covid-19: “foi a época em que a gente mais recebeu doações de alimentos, de roupas etc.”, o que pode ter ocorrido pelo fato de existir uma menor quantidade de pessoas no bairro Esmeralda onde ocorre o projeto, com cerca de 300 famílias, dentre as quais 246 são atendidas pelo projeto. Ou seja, as ações que são desempenhadas pelo Projeto Esmeralda possuem um alcance menor do que os demais projetos estudados nesta pesquisa, que atendem, em média 1.200 famílias.

É importante destacar que o bairro Esmeralda é fruto do Programa Minha Casa Minha Vida, recentemente implementado em Caetité, em 2019, com a construção de 300 residências onde passaram a habitar famílias de baixa renda que enfrentavam restrições em relação à moradia. Assim, de modo geral, a população que recebe o amparo tanto do Projeto Esmeralda, quanto dos projetos Flor e Amigos do Bem, estes situados em bairros próximos e também periféricos, enfrenta condições desiguais de acesso aos direitos sociais e, por esta razão, tem neles um suporte essencial às barreiras que circunscrevem as suas próprias existências.

Ainda em relação as dificuldades agravadas pela pandemia e amparadas por estes projetos, foi possível observar que as ações desenvolvidas por eles alcançaram situações ainda mais complexas, considerando as fatalidades dos casos de Covid-19 que também impactaram famílias por eles atendidas e trouxeram preocupações, angústias e responsabilidades ainda maiores, conforme relata E. Alves (2022):

Nós perdemos uma companheira aqui do projeto! Vítima de Covid-19 (choro), nossa amiga Lourdes. Então hoje o projeto busca dar assistência à família dela também, porque ela deixou uma adolescente de 17 anos pra gente tomar conta. A gente que ter essa força, essa vontade de ir e fazer o papel de mãe e pai ao mesmo tempo! Porque você acaba sendo família (E. ALVES, 2022).

Esta fatalidade, que desde 2020 até janeiro de 2023 já alcançou aproximadamente 700 mil famílias brasileiras (BRASIL, 2023), fez com que muitas dessas pessoas, além de lidarem com a dor do luto em um momento extremamente angustiante e desolador para o país e para o mundo, lidassem ainda com os efeitos do agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas que afligiram grande parte da população. No caso das crianças e adolescentes que perderam pais, mães e/ou responsáveis pelo sustento da família, a angústia e a preocupação tomaram

proporções ainda maiores, tendo, desse modo, a assistência atribuída pelos projetos sociais como suporte essencial, conforme relatado acima.

Cabe destacar que a assistência atribuída às comunidades, por mulheres negras que se solidarizam com condições pelas quais também já vivenciaram, tem sido observada e estudada a partir de uma perspectiva global, desde muito antes do advento da pandemia do Covid-19 no Brasil e no mundo. Segundo Collins (2019), os bairros periféricos e negros sempre tiveram a presença de mulheres negras atuando como mães de criação da comunidade. De acordo com esta autora, “o envolvimento das mulheres negras com a comunidade forma uma importante base de poder dentro da sociedade civil negra” (2019, p. 319). Estas atitudes têm feito com que os(as) mais vulneráveis dessas comunidades alcancem condições de autonomia e independência, fundamentais para resistirem individual ou coletivamente.

Nessa perspectiva, os Projetos Flor, Esmeralda e Amigos do Bem têm buscado expandir as ações desenvolvidas nos bairros gerando, inclusive, atividades de lazer para os(as) moradores(as), considerando que as discrepâncias socioeconômicas discutidas acima são fatores significativamente limitantes para a vivência do lazer no contexto em que estão inserido(as).

Contudo, devido à falta de subsídio e fomento, até mesmo do poder público local, as ações desempenhadas têm ocorrido de forma limitada, sendo geralmente em datas comemorativas, como Dia das Crianças, Dia das Mulheres, Dia das Mães, São João e Natal, e em atividades que ocorrem de forma esporádica. A respeito disso J. Souza (2022) comenta:

Recentemente a gente trouxe algumas aulas de dança aqui para as crianças e adolescentes do projeto, mas até as mães querem! Até as mães vieram pra cá! A gente sente muita falta do lazer aqui no bairro, eu acho que poderiam ser mais extensas as opções de lazer..., porque no projeto, de qualquer forma, acontece uma vez outra..., não é todo dia (J. SOUZA, 2022).

A entrevistada acrescenta que apesar das dificuldades encontradas, as motivações para continuarem perpassam não só pelo desejo de transformação da realidade em que nos bairros em que os projetos e suas ações estão inseridos, mas também pelo próprio sentimento de gratidão e reconhecimento dos(as) moradores(as):

Eu lembro como se fosse hoje, eu dei um presente para uma criança e quando ela tirou do saquinho e viu que era uma boneca, ela falou “nossa, tia, que lindo! Eu nunca tinha ganhado um presente desse!” Então isso motiva a gente a trabalhar cada vez mais (J. SOUZA, 2022).

Estas atitudes, além de se constituírem como uma das principais características dos projetos sociais de modo geral (MACIEL, 2015), são importantes para compreender as especificidades e complexidades existentes na dimensão do lazer, não apenas das participantes deste estudo, mas também das comunidades as quais fazem parte. No contexto deste estudo, o lazer tem se apresentando, na maioria das vezes, ou partir de condições extremamente limitadas, ou através da própria ausência.

As restrições ao lazer vivenciadas pelas populações atendidas pelos projetos aqui estudados são experienciadas pelas próprias mulheres que coordenam esses projetos, tornando-se mais uma motivação para que elas sigam desenvolvendo ações que possibilitem melhores condições de acesso ao lazer às comunidades em que situam-se os projetos aqui estudados. A partir das suas vivências como uma mulher negra, mãe, pertencente a classe trabalhadora e moradora do mesmo bairro em que o projeto que coordena é sediado, J. Souza (2022) relata: “o meu lazer está sendo praticamente apenas aqui no projeto!”.

Assim, a relação entre a força das lutas sociais empreendidas por essas mulheres através desses projetos sociais em Caetité acaba se associando com a própria luta pela democratização e potencialização do lazer nos bairros periféricos desta cidade. Ao atuarem em função da redução da pobreza e da fome, que circunscrevem a vida dos(as) moradores(as) e promoverem mais experiências de lazer para essa comunidade, considerando que este direito social tem sido cerceado inclusive em razão das vulnerabilidades existentes, nota-se a força dessas mulheres que buscam transformar uma realidade em que há muito tempo é negligenciada pelo próprio Estado (MADEIRA; GOMES, 2018).

Observa-se ainda que os efeitos das atividades desenvolvidas pelos Projetos Flor, Esmeralda e Amigos do Bem se consolidam em uma via de mão dupla. Ao passo em constroem novas formas de subverter as diversas desigualdades que afligem as comunidades as quais fazem parte, são também influenciadas pelas próprias ações que desempenham. Nota-se que as trocas e os vínculos criados e potencializados entre as coordenadoras e as pessoas que se beneficiam de suas ações se concretizam como experiências que também fazem parte dos seus lazers. Como afirma E. Alves (2022), “as ações passam a ser lazer para a gente também. Porque a gente acaba conhecendo outras famílias, sabendo das realidades, envolve um pouco de amor, de conhecimento, afeto e alegria”. O que também é sentido por D. Paula (2022), participante deste estudo que se engaja nas ações desenvolvidas tanto através do MNU, quanto do Projeto Flor, como voluntária. Conforme relata:

É lazer também. A gente vai, sai de casa, encontra outras pessoas, conversa, dá risada, ouve também a história do outro. Então sempre que eu vou para o Projeto Flor, a gente senta lá descascando as verduras para a sopa, mas está sempre conversando, contando caso, dando risada. Então é um momento também de lazer para mim! Porque eu consigo sair aqui das minhas vivências, das minhas preocupações... e chego lá, é um outro espaço, conheço novas pessoas. Então eu não encaro como uma questão meramente formal. Eu sei da responsabilidade que é, do compromisso que precisa ter, mas encaro também como um lazer (D. PAULA, 2022).

Como afirma Andrade e Marcellino (2011), a relação existente na produção cultural, na construção identitária e na socialização com o mundo através de diferentes formas de encarar as situações vivenciadas ao longo da vida está intimamente ligada à dimensão do lazer. Podendo, portanto, criar novas possibilidades de se relacionar com o outro e contribuir no próprio processo de formação humana. Ao passo em que essas mulheres vão percebendo a potência das estratégias de transformação e resistência empreendidas por elas, seguem na luta para expandirem, cada vez, mais o alcance dos projetos sociais dos quais participam e coordenam. Nesse sentido, a educação, em seus mais diversos formatos, têm sido um dos principais elementos a serem mobilizados.

A gente quer trabalhar com oficinas, palestras etc., e ocupar o tempo de alguma forma das crianças do bairro, tentar mudar o futuro delas de alguma forma! Porque eu acho que esse bairro é realmente muito carente... a carência em relação a alimentação, lazer, essas coisas. Só que a questão social... de trabalhar a mente, a educação, também é um ponto importante a ser pensado (J. SOUZA, 2022).

A respeito destas questões A. Almeida (2022) acrescenta: “o que eu mais busco é alguém para ensinar os jovens daqui alguma arte ou alguma outra ação que envolva mais o tempo deles”. Estes anseios refletem novamente a ausência do poder público no que se refere à falta de políticas públicas efetivas que alcancem as periferias da cidade tanto nas esferas culturais e de lazer quanto sociais e educativas. Nesse sentido, enquanto estas políticas não são de fato efetivadas, estas mulheres seguem criando condições para que de algum modo, as necessidades apontadas possam ser supridas.

Uma perspectiva de educação que possibilite o empoderamento e a ascensão das comunidades em que pertencem grande parte das mulheres negras, são uma das principais preocupações e pautas nas lutas sociais impulsionadas por elas. As diferentes estratégias de resistência e o constante ativismo destas mulheres, ao buscarem por condições de sobrevivência e autonomia para si e para os grupos que fazem parte, tem sido apontadas por

estudos e pesquisas inclusive em contextos internacionais, e como destaca Collins (2019, p.355) “o estilo de ativismo das mulheres negras também revela a crença de que ensinar as pessoas a serem autônomas promove mais empoderamento que ensiná-las a seguir seus líderes”.

Nesse sentido, mulheres negras em um movimento de afrodiáspora têm representado precisamente o lema “Erguendo-nos enquanto subimos”, dito pela filósofa americana, escritora e feminista negra Angela Davis, em um discurso proferido na Conferência Anual da National Women’s Studies Association (Associação Nacional de Estudos sobre Mulheres) em 1987. Visando uma efetiva democratização e emancipação sociorracial tanto em perspectivas mais específicas, – municipais, estaduais – como mais amplas – nacionais e internacionais –, as estratégias estabelecidas por estas mulheres tem se tornado cada vez mais potentes e necessárias, afinal, como disse a mesma escritora ao visitar o Brasil em 2017, e realizar uma conferência na Universidade Federal da Bahia: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2017).

É o que tem acontecido também no Sertão Produtivo da Bahia, e mais especificamente em Caetité. Mulheres negras se movimentando em uma luta antirracista, pela qual também perpassam o lazer, e buscando por melhores condições de vida para si, e para as comunidades que fazem parte.

Até aqui, o impacto de suas ações nas mais diferentes experiências e possibilidades para o lazer em Caetité-BA tem sido se constituído através de 3 principais perspectivas, sendo: 1) Quando o MNU de Caetité se organiza para reivindicar os direitos da população negra caetiteense, especialmente dos jovens negros(as) que estão sendo impedidos(as) de se apropriarem livremente dos espaços e momentos de lazer na cidade, inclusive pela própria PM, como citado no item 5.1 deste estudo; 2) Quando o Grupo Dandaras utiliza de diferentes formas de linguagem como a arte e a dança, para pautar questões sociorraciais e identitárias, e quando suas apresentações artísticas são assistidas pela população em espaços públicos da cidade também como forma de lazer, ao passo em que estão sujeitos(as) a se conscientizarem das questões sociais, étnicas e raciais que circundam a sociedade caetiteense; e 3) Quando as mulheres que representam o Projeto Flor, o Projeto Amigos do Bem e o Projeto Esmeralda, se engajam na busca pela melhoria das condições de vulnerabilidade que afligem os(as) moradores(as) dos bairros periféricos de Caetité-BA, e promovem ações que buscam potencializar o lazer destas comunidades, que é consideravelmente impactado pela ausência de outros direitos sociais também fundamentais para existência humana, como alimentação, moradia, educação, saúde, entre outros.

Estas ações são extremamente importantes para pensar o lazer das e para mulheres negras nas mais diferentes esferas da sociedade, sejam privadas, públicas, acadêmicas ou sociais, atuando significativamente na luta antirracista e antissexista, cujo potencial pode expandir, ressignificar e redirecionar as configurações e estruturas teóricas ou práticas não apenas do campo do lazer, mas também no contexto individual e coletivo das lutas pela garantia de direitos às mulheres negras em diferentes contextos, tempos e espaços sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender e discutir o lazer de mulheres negras inseridas e engajadas em organizações sociais e políticas em Caetité-BA, a partir de uma perspectiva interseccional de análise. Para isso, considerou-se a influência e o impacto dos marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros, que atuam simultaneamente na vida destas mulheres, [re]produzindo diferentes formas de opressão e desigualdades que restringem suas vivências de lazer, fazendo com que, na maioria das vezes, esta dimensão perpassa pelas suas vidas através da própria ausência.

Com este estudo foi possível perceber que o forte legado escravocrata que sustenta as estruturas e relações sociorraciais na sociedade brasileira, mantém os padrões coloniais e racistas que atravessam as identidades e os corpos de mulheres negras, e conseqüentemente os seus lazes, sendo paradoxalmente amparados pelo mito da democracia racial, ao passo em que seguem demarcando lugares e posições inferiorizadas e hierarquizadas social e politicamente.

Através das narrativas apresentadas pelas mulheres que constroem esta pesquisa, notou-se que tanto as dores, adversidades, tensões e conflitos, quanto as inúmeras estratégias de luta, resistência e enfrentamento que fazem parte de suas trajetórias, constituem as complexidades e potencialidades que contornam suas existências. Tudo isso circunscreve seus próprios processos de reconhecimento e autoafirmação identitárias, os quais, por muito tempo foram postergados e reprimidos por estigmas e padrões racistas, sexistas, cis e heteronormativos.

Não obstante, o próprio reconhecimento de suas identidades, contribui para que estas mulheres possam identificar em suas vivências, as razões, sentidos e significados das disparidades vivenciadas por elas, e pelas comunidades as quais fazem parte. Ou seja, ao passo em que se reconhecem como mulheres negras, questionando, inclusive, os padrões e os ideais de gênero instituídos socialmente, alcançam um discernimento importante para identificarem que as barreiras e contradições que restringem o acesso aos direitos sociais na sociedade brasileira e caetiteense mais especificamente, tem cor, raça, gênero, e classe social, elementos pelos quais, ao serem lidos e vividos em suas peles, corpos e trajetórias assumem um caráter ainda mais complexo.

Estas questões se refletem em diversas dimensões de suas vidas, desde as esferas sociais, culturais, educacionais e econômicas, até as condições de trabalho em que estão inseridas. Se assemelham, inclusive, ao que mostram as demais pesquisas e estatísticas

nacionais sobre mulheres negras brasileiras, as quais apontam as situações de vulnerabilidade em que estão inseridas, a despeito dos avanços e mudanças ocorridas na sociedade brasileira desde as últimas décadas.

No que se refere-se as condições de trabalho, por exemplo, observa-se que mais da metade das mulheres que integram este estudo ocupam as posições de informalidade e desemprego, o que gera uma enorme instabilidade e insuficiência financeira, para que estas participantes ascendam e prosperem social, e economicamente. Este fato possui fortes marcas do racismo estrutural e institucional, atuando desde os primeiros contatos destas mulheres, com a educação no contexto escolar ao terem aprendizados limitados e negligenciados desde a educação básica, tendo suas trajetórias marcadas por dificuldades no âmbito profissional e acadêmico, gerando, ainda restrições e barreiras sociais e econômicas que garantissem um acesso digno ao seus lazes desde a infância.

Considerando este ponto de partida para suas trajetórias sociais, profissionais e acadêmicas, foi possível observar inúmeros obstáculos que precisaram ser enfrentados por elas, para que novas possibilidades e experiências pudessem ser vivenciadas. O trabalho infantil, as instabilidades relacionadas à renda, alimentação, moradia e educação, bem como as duplas jornadas de trabalho, marcadas pela divisão racial e sexual do trabalho, foram alguns dos entraves observados, dentre quais se mostraram entre as principais barreiras para vivenciarem seus lazes ao longo da vida.

O enfrentamento destas condições perpassam por algumas fases cruciais de suas vidas. Uma delas pode ser observada através da apropriação das políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, quando tiveram a oportunidade de estarem entre as primeiras de suas famílias a entrarem na universidade e com isso almejem um futuro melhor. Em fases mais recentes é possível observar a força destas mulheres ao estarem em constante resistência, criando condições para que as comunidades e pessoas que fazem parte dos seus vínculos sociais, possam vivenciar possibilidades de ascensão e emancipação, ao lado delas.

Ao passo em que estas mulheres constroem estratégias para sustentarem suas próprias existências, confrontando a negligência do poder público na garantia de seus direitos, atuam ao lado da luta por melhores condições de lazer para si e para a comunidade caetiteense, sendo este um fator importante para se refletir sobre como o lazer tem sido vivenciado, ou não, em Caetité, considerando as contradições e conflitos sociais, econômicos e políticos que perpassam pelo acesso e apropriação deste direito social.

Assim, destaco a importância das lutas desempenhadas por mulheres negras ao longo dos tempos, que resistem e existem a despeito do racismo, sexismo, e de tantas outras formas

de opressão que contornam nossas vidas. É preciso que mais pesquisas sejam realizadas neste âmbito, tencionando a própria transformação desta realidade, pois, ainda que o enfrentamento feminino negro seja de extrema importância para a sociedade como um todo, nós precisamos viver sem que o tempo todo seja necessário pensar em quais serão as próximas estratégias e ações de luta e resistência contra as opressões que nos cercam.

Destaco ainda a necessidade de mais pesquisas no âmbito do lazer que apresentem e ressaltem as multiplicidades e especificidades existentes entre mulheres negras em diversos contextos, tempos e espaços sociais. Ao passo que colocamos em evidência as tensões, contradições e potencialidades que permeiam estas mulheres, sobretudo, neste campo estudos, ampliamos as possibilidades para reivindicar e expor os silenciamentos e opressões que circundam até mesmo o âmbito acadêmico.

Em um espaço historicamente negado a pessoas negras, sobretudo, mulheres, escritas como estas emergem como um ato político. Apontar novos caminhos para se discutir a complexidade que integra as identidades negras, tais como através do lazer, pode também ser um novo caminho para ressignificar e transformar o espaço acadêmico, e embora este papel não esteja somente nas mãos de pessoas negras, cabe à nós expor e produzir novos conhecimentos contestando os padrões epistemológicos racistas e eurocêntricos que atuam para a invalidação do que é construído por nós.

Assim, ressalto a força e a potencialidade da realização deste estudo que reverbera em minha não só na esfera social, acadêmica e profissional, mas, sobretudo, pessoal. Adentrar subjetividades e espaços tão pessoais das vidas e trajetórias das mulheres que compõem este estudo, aguçou ainda mais a minha sensibilidade para questões tão singulares e representativas. Poder dialogar sobre dores, conflitos, memórias e narrativas que se assemelham e fazem parte das minhas próprias vivências como mulher negra, apesar de tocar em feridas que também atravessam a minha vida, mantiveram acesas o anseio de seguir neste caminho também como uma forma de resistência.

Ademais, aponto os limites existentes neste estudos e destaco que estas discussões não se findam aqui. Tenciono a construção de novos conhecimentos e produções em perspectivas emancipatórias e progressistas e ressalto que este estudo segue aberto à diálogos e reflexões que deem continuidade às questões apresentadas e problematizadas aqui, considerando a impossibilidade de se esgotar debates como estes em uma única pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miléia Santos. “Mulheres pardas” no alto sertão da Bahia: entre o silêncio da cor e o estigma da mestiçagem (Caetité, 1890-1945). **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, n. 1, Bahia, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz De. **Racismo estrutural. Pólen**. São Paulo, 2019.
- ALMEIDA, A. Caetité-BA, 10 mai. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.
- ALVARES, Joana et al. Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura. **PSI UNISC**. Rio Grande do Sul, 2022.
- ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado**. 1 ed. **Editora Letramento**. Paraíba, 2021.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katál**. Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: dez. 2022.
- ALVES, E. Caetité-BA. 11 jun. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.
- ANDRADE, Carolina Paes; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens: algumas relações. **Licere**, v.14, n.2. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/773/574>>. Acesso em: dez. 2022.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais**. **Imprensa: Brasília**, Mapas, 2009.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**/ BENEVIDES, Bruna (Org). Brasília, 2022.
- ANUNCIACÃO, Diana; TRAD, Leny Alves; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc**. São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020.
- ARAÚJO, Allyson Carvalho de. et al. Interseções entre saúde e lazer: notas sobre a formação em saúde na universidade federal do Rio Grande do Norte. **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.2, 2015.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A influência das organizações negras baianas na promoção de uma educação multicultural na Bahia. In: VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2012. Sergipe, **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10184/32/31.pdf>>. Acesso em: nov. 2022.

ARAÚJO, L. Caetité-BA, 04 mai. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

BARBOSA, Carla; LIECHTY, Toni. PEDERCINI, Raquel. Restrições ao lazer feminino: particularidades das experiências de lazer de mulheres homossexuais. **Licere**. v.16, n. 2. Belo Horizonte, 2013.

BATISTA, Fabiano; JUNIOR, Edwaldo; NEVES, Mariana. Lazer em Tempos de Pandemia da COVID-19. **Licere**. v.25, n.2. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/40777/31323>>. Acesso em: jan. 2023.

BATISTA, Janir Coutinho. RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; JÚNIOR, Paulo Cezar Nunes. Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.2, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 2: A experiência vivida. 2 ed. **Difusão Europeia do Livro**. São Paulo, 1967.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BONALUME, Cláudia Regina. **O lazer das mulheres na mesa de negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras**. 271 f. Tese (Doutorado em Estudos do lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2020.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As mulheres na pesquisa o lazer do brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 3-24, jan./abr. 2018.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras Operárias**. **Vozes**. Petrópolis, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Senado Federal: Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, p. 1424 Vol. 1 fasc.VI, 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257/01, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.990/14, de 09 de junho de 2014. Dispõe sobre a Reserva aos negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*, de 09 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080/90, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: dez. 2022.

BRASIL. Luiz Inácio Lula da Silva. (2023-2027): Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso da primeira reunião ministerial do governo**. Brasília, 06 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/na-primeira-reuniao-com-ministros-lula-reefirma-prioridades-no-social-e-pede-muito-trabalho-de-todos>>. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. [Brasília]: Ministério da Saúde, 27 jan. 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em jan. 2023.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil / **Editora do Ministério da Saúde**, p. 29-44. 218, Brasília, 2008.

CAETITÉ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<https://caetite.ba.gov.br/arquivocaetite/projeto-biblioteca-em-movimento-leva-arte-e-cultura-para-a-biblioteca-municipal-cezar-zama/>>. Acesso em: dez. 2022.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: **Brasiliense**, 1986.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira. Mulheres torcedoras do Cruzeiro Esporte Clube presentes no Mineirão. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. **Selo Negro**, São Paulo, 2011.

CHAVES, Elisângela. Negritude, identidade e dança. **Licere**. Belo Horizonte, v.24, n.4, dez/2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/37724/29451>>. Acesso em: dez. 2022.

CLEMENTE, Ana Cristina Fernandes; STOPPA, Edmur Antonio. Lazer doméstico em tempos de pandemia da covid-19. **Licere**. v.23, n.3, set. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25524/19933>>. Acesso em: jan. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ª ed. **Boitempo**. São Paulo, 2019.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. **Vem que hoje é dia de festa: Corpo, território e ancestralidade nas festas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga – Bom Despacho, MG**. 135 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

CRUZ, Tereza Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. **Revista SURES**, Paraná, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: CANDIANI, Heci. 1. Ed. **Boitempo**. São Paulo, 2016.

DAVIS, Angela. TVE Bahia. Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. YouTube, 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgD0&t=6s>>. Acesso em: set. 2022.

DINIZ, Rodrigo et al. Território e políticas públicas no cotidiano do capitalismo periférico. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas. 16 nov. 2021. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1034_1034612d454a65fa9.pdf>. Acesso em: jan. 2023.

DORES, Lucilene Alencar das. et al. Rompendo os Silêncios sobre o Perfil da População Negra no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v.24, n.4, dez/2021.

DUMAZEDIR, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

FERREIRA, Michel Alves; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Movimentos, tecnologias e pessoas negras: é possível um outro turismo? **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 8, n. 1, p. 149-167, 2020.

FIGUEREDO, Letícia. [sem título]. Caetité-BA. 30 jan. 2020. Instagram: @afrontosa.let. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B79wwSEAJ4D/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: dez. 2022.

FOIS-BRAGA, Humberto; BRUSADIN, Leandro Benedini. Entre as solidões da casa e do mundo: recolhimentos e acolhimentos domésticos de si e dos outros em época de Covid-19. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 8, n. 14, p. 44 -54, Brasília, 2020. Disponível em:

<[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/14412/1/ARTIGO_Solid%*c3%b5esC*asaMundo.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/14412/1/ARTIGO_Solid%c3%b5esCasaMundo.pdf)>. Acesso em: jan. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Letalidade Policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf>>. Acesso em: nov. 2022.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Saúde mental de pessoas negras é afetada pela Covid-19 e merece atenção. Escritório da Representação da UNFPA no Brasil, Brasília, 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Trabalho Infantil no Mundo**, 2021. Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, Brasília, 2021.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. **Grandes reis e rainhas da África**. Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/grandes-reis-e-rainhas-da-africa/>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. São Paulo: **Editora 34**; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOELLNER, Silvana et al. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n 5, dez., 2010.

GOES, Fernanda Lira. **Atlas das periferias no Brasil**: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Rio de Janeiro, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 7. ed. **Vozes**, Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Ana Maria; FARIA, Eliene. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.3, set/2011.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, Christianne Luce; FALCÃO, Denise. **Lazer e territorialidades**: Tessituras sociais, culturais e políticas. **Utopika Editorial**, Belo Horizonte, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **A Universidade Pública como direito dos(as) jovens negros(as):** a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03.** Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria.** Belo Horizonte, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação:** ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. **Editora Vozes.** Rio de Janeiro, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Org. Rios, Flavia; Lima, Márcia. **Editora Zahar,** 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: **Editora da UFMG;** Brasília, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: **Martins Fontes,** 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais,** São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HENRIQUE, Kleber. Dandara: A Face Feminina de Palmares. Blog Cuca Livre. Pernambuco, 29 ago. 2007. Disponível em: <<https://jornalcucalivre.blogspot.com/2007/08/dandara-face-feminina-de-palmares-eu.html>>. Acesso em: dez. 2022.

HINTZEN, Percy. Diáspora, globalização e políticas de identidade. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na geografia do Brasil. 2ª ed. **Gutenberg.** Belo Horizonte, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** v, 37, n. 132, p. 595-609. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial:** Cidades e Estados. Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Brasília, 2019. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: mai. 2021.

IGNACIO, Julia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe. **Politize**, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>>. Acesso em: nov. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: IPEA, 2019.

JESUS, Leonardo Fernando. A capoeira no período da ditadura militar (1964 – 1985) no contexto de Belo Horizonte – MG: diálogos acerca dos processos de resistência e enquadramento na prática da capoeiragem. 72 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2015.

JESUS, Likem Edson Silva de. Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/viewFile/244989/38612>>. Acesso em: jan. 2023.

JESUS, Sandra Lician. **Novos conteúdos e morfologias nas periferias das cidades pequenas**: Urbanização e desigualdades na cidade de Caetité-BA. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, 2019.

JESUS, Sandra Lician. SANTOS, Janio. Expansão de Caetité e formação das novas periferias urbanas: os Bairros Nossa Senhora da Paz e São Vicente. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v. 22, n. 83 out./2021.

KAYSER, Cristiane; CORRÊA, Marcelo José Uchôa; ANDRADE, Luís Eduardo Coelho. Fenômeno de Raynaud. **Rev Bras Reumatol**. São Paulo, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. **Cobogó**. Rio de Janeiro, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. FRIAS, Rubens. São Paulo, **Centauro**, 2001.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. Entre o institucional e o contestatório: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970- 1990). In: 38º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 27 out. 2014. **Anais Eletrônicos**. Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt14-1/8953-entre-o-institucional-e-o-contestatorio-as-lutas-do-movimento-negro-no-brasil-1970-1990/file>>. Acesso em: nov. 2022.

MACIEL, Walery Luci. **Projetos Sociais**. Livro Didático, **UnisulVirtual**. Palhoça, 2015.

MADEIRA, Zelma. GOMES, Daiane. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MARCELLINO, Nelson Carvalho et al. Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas. **OPUS**, Curitiba, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, São Paulo: **Autores Associados**, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. Campinas: **Papirus**, 1983.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, Mato Grosso do Sul, 2018.

MARQUES, Tiago. Após confusão, policial dispara e atinge duas pessoas durante pré-carnaval em Caetité. **Agência Sertão**, 2020. Disponível em: <<https://agenciasertao.com/2020/01/26/apos-confusao-policial-dispara-contra-multidao-e-atinge-duas-pessoas-durante-pre-carnaval-em-caetite/>>. Acesso em: dez. 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume 1: O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: **Abril Cultural**, 1983.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. *et al.* Barreiras de acesso ao lazer das mulheres segundo raça/cor e classe social nas regiões sudeste e nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.7, n.2, p.1-22, mai./ago. 2020.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; ISAYAMA, Hélder Ferreira. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade. In: STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.) **Lazer no Brasil: Representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, 2016.

MELO, Victor Andrade De. **Animação cultural: conceitos e experiências**. Campinas: **Papirus**, 2006.

MELO, Victor Andrade; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. 2. ed. **Manole**. São Paulo, 2012.

MENEZES, Suzy Kamylla. Lazer e saúde mental em tempos de Covid-19. **Licere**, v.24, n.1, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/31341/24956>>. Acesso em: jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, Ana Beatriz; LOPES, Deborah. A importância de projetos sociais na pandemia. Portal ESPM Jornalismo. Rio de Janeiro, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://jornalismorio.espm.br/destaque/a-importancia-de-projetos-sociais-na-pandemia/>>. Acesso em: dez. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia:** algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO. Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. **Perspectivas.** São Paulo, 2016.

NASCIMENTO. Beatriz. **Uma história feita por mãos negras:** Relações raciais, quilombos e movimentos. 1ª ed. **Zahar,** Rio de Janeiro, 2021.

NIGRI, Bruno Silva. O samba no terreiro: música, corpo e linguagem como prática cultural – apontamentos para o campo do lazer. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2014.

NUNES, Raquel Rocha. **Lazer, resistência e cultura no contexto urbano:** dos tambores e ritmos africanos ao festejo do tambor mineiro. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>>. Acesso em: ago. 2022.

OLIVEIRA. A. Caetité-BA, 02 mai. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

OLIVEIRA. R. Caetité-BA, 25 abr. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

PACHECO, Manoel. **A escravização indígena e o bandeirante no brasil colonial:** conflitos, apresamentos e mitos. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2015.

PATERNIANI, Stella; CARVALHO, Lauro. Periferias e pandemia: desigualdades, resistências e solidariedade. **Brasil de Fato.** Rio de Janeiro, 02, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/periferias-e-pandemia-desigualdades-resistencias-e-solidariedade>>. Acesso em: jan. 2023.

PAULA. D. Caetité-BA, 02 mai. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

PEDRÃO, Chintia Casimiro; UVINHA, Ricardo Ricci. O lazer do brasileiro: discussão dos dados coletados em escolaridade, renda, classes sociais e cor/raça. In: STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.) **Lazer no Brasil:** Representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, SP: **Autores Associados,** 2017.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/#>>. Acesso em: dez. 2022.

PERIN, Luana Nascimento; ARGERICH, Eloísa Nair. Movimentos sociais urbanos e a consolidação da democracia. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, 2015.

PINA, et al. A residência como espaço para o lazer durante a pandemia COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, V.8, n.2, p.55-75, mai./ago., 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/25031/28073>>. Acesso em: jan. 2023.

PINTO, Leila Mirtes. Lazer e educação: desafios da atualidade. In: Marcellino, N. C. (Org.). **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas: **Alínea**, 2008. p. 45-61.

PINTO, Walber; MUNIZ, Marize. Violência policial contra negros e racismo institucional pioram com crise no Brasil. **CUT Brasil**. São Paulo, 21, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/violencia-policial-contra-negros-e-racismo-institucional-pioram-com-crise-no-bra-46c5>>. Acesso em: dez. 2022.

PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Dados/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PNADC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

PORTO, Larissa; BARRETO, Mariana Leonesy da; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Do gênero aos papéis sociais: a construção da identidade da pessoa transexual. **Interfaces Científicas**, v. 8. n. 2, Aracajú, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: *Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales*, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

QUINTANS, Mariana Trotta et al. Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro: sob a perspectiva de raça, classe e gênero. **InSurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 7, n. 2, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/38578/30517>>. Acesso em: dez. 2023.

RAMOS, Danilo da Silva. **RESISTIR PARA SE DIVERTIR, SE DIVERTIR PARA EXISTIR**: os “selvagens divertimentos” das pessoas negras em Salvador (BA) na virada do século (1890-1910). 173 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2022.

REIS. Aparecido Francisco dos. **O processo de construção da identidade de gênero e transexualidade: narrativas, trânsitos e diferenças.** *Interfaces da Educação*. v.10, n.28, Paranaíba, 2019.

RIBEIRO, Cristine Jaques; AVILA, Carla Silva. O direito a cidade e a mulher negra. **Missões**, v. 5. n. 2. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/3195/21446>>. Acesso em: jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?. Grupo Editorial Letramento:** Belo Horizonte: 2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008.

RIOS, Flavia Mateus. Institucionalização do Movimento Negro no Brasil contemporâneo. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008).

RODRIGUES. T. Caetité-BA, 29 abr. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

SANTOS, Edmilson Santos Dos. Experimentando as Juventudes num Bairro Segregado. **Licere**, v.13, n.1. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/816/19727>>. Acesso em: jan. 2023.

SANTOS, Fernanda Barros dos; SILVA, Sergio Luiz Baptista da. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. **Rev. Direito e Práx.** Vol. 13, n.3, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Marcia Pereira Alves dos. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos avançados**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?format=pdf>>. Acesso em: dez. 2022.

SCHWARTZ, Gisele M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v.2, nº 6, p.23-31, 2003.

SECULTBA, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Divisão Territorial da Bahia.** Bahia, 2022.

SILVA, Débora Alice Machado da. et al. **Importância da recreação e do lazer.** 1 ed. **Gráfica e Editora Ideal.** Brasília, 2011.

SOBREIRA, Vinícius. Morte do menino Miguel, em PE, tem raízes escravocratas, diz líder de domésticas. **Brasil de Fato.** Recife, 05 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/morte-do-menino-miguel-em-pe-tem-raizes-escravocratas-diz-lider-de-domesticas>>. Acesso em: jan. 2023.

SOUSA, Genesco Alves de. **Com o pé na África: corpo, arte e lazer em um terreiro de candomblé**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2021.

SOUSA, Rosemária Joazeiro Pinto. **Educação escolar e as implicações na construção da identidade étnico-racial dos estudantes quilombolas da região de Maniaçu Caetitê/BA**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, 2020.

SOUZA, Duda Porto de. **Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil**. 1 ed. **Seguinte**. São Paulo, 2017.

SOUZA, Flavia. O dia em que a vida parou. Expressões da colonialidade em tempos de pandemia. **Phisys: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, J. Caetitê-BA, 07 mai. 2022. Entrevista concedida à Keila Souza Pereira Oliveira.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1ª ed. **Zahar**. Rio de Janeiro, 2021.

TAVARES, Marie Luce. Na parada do lazer: diagnóstico do campo de atuação profissional nas ONGs LGBT de Belo Horizonte/MG. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2011.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. 1 ed. **Editora Jandaíra**. São Paulo, 2021.

TRENCH, Flávia; VIANA, Kelvinson. Os avanços da ciência no combate à Covid-19 e a importância da vacinação. **UNILA**, Paraná, 18, fev. 2022. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/noticias/os-avancos-da-ciencia-no-combate-a-covid-19-e-a-importancia-da-vacinacao>>. Acesso em: jan. 2023.

VIANA, Iara Félix. **Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer**. 217 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2013.

VIANA, Iara Félix. Trajetórias socioespaciais, narrativas cinematográficas e lazer de cineastas negras: intersecções entre racismo e sexismo. 200 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2021.

VICENTE, Teresa Aracena. As mulheres e seus tempos: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde. 2018. 247 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, 2018.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas públicas**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Mundos de Mulheres. Florianópolis, 2017. **Anais Eletrônicos**. Disponível em:

https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499353872_ARQUIVO_Mulheresnegrasnomercadodetrabalhobrasileiro.pdf. Acesso em: ago. 2022.

VIÑAS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. **CNN Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: set. 2021.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: Avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/zJMDNRctDcpydfndzTsfq3C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	Idade:
Qual Movimento ou Projeto participa?	Bairro:

1. Você se considera:

- a) Parda
- b) Preta

2. Em sua opinião, o fato de ser negra interfere em situações como:

a) Conseguir emprego, ser independente (ganhar seu próprio dinheiro):

Sim () Não ()

b) Ampliar o conhecimento intelectual (dar continuidade aos estudos):

Sim () Não ()

c) Vivenciar momentos de lazer:

Sim () Não ()

d) Ter uma rotina de atividades físicas e/ou esportivas:

Sim () Não ()

3. Qual seu estado civil?

- a) Casada
- b) Solteira
- c) Mora com companheiro/ Cônjuge
- d) Separada/ Divorciada
- e) Viúva
- Outra situação _____

4. Quanto é, aproximadamente, a sua renda individual mensal?

- a) Nenhuma renda
- b) Até 1 salário mínimo
- c) De 1 a 4 salários mínimos
- d) De 5 a 10 salários mínimos
- e) De 10 a 15 salários mínimos
- f) Acima de 15 salários mínimos

5. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- a) Nenhuma renda
- b) Até 1 salário mínimo
- c) De 1 a 4 salários mínimos
- d) De 5 a 10 salários mínimos
- e) De 10 a 15 salários mínimos
- f) Acima de 15 salários mínimos

6. Você tem filhos (as)? Sim () Não () **Caso tenha: Quantos filhos (as)?** _____

7. Onde e como você mora atualmente?

- a) Em casa ou apartamento, com minha família.
- b) Em casa ou apartamento, sozinha.
- c) Em casa ou apartamento alugado, com minha família.
- d) Em casa ou apartamento alugado, sozinha.
- e) Outra situação

8. Quem mora com você?

- a) Moro sozinha
- b) Pai e/ou mãe
- c) Esposo/Companheiro/ Cônjuge
- d) Filhos (as)
- e) Irmãos (as)
- f) Outros parentes, amigos (as) ou colegas
- g) Outra situação _____

9. Até qual período você estudou?

- a) Não estudou

- b) Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental
- c) Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental
- d) Ensino médio completo
- e) Ensino médio incompleto
- f) Ensino superior completo
- g) Ensino superior incompleto
- h) Pós-graduação
- i) Outra situação _____

10. Você trabalha, ou já trabalhou, ganhando algum salário ou rendimento?

- a) Trabalho, estou empregada com carteira de trabalho assinada
- b) Trabalho, mas não tenho carteira de trabalho assinada
- c) Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada
- d) Já trabalhei, mas atualmente não estou trabalhando
- e) Nunca trabalhei.
- f) Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho

11. Com que idade você começou a trabalhar?

- a) Antes dos 14 anos
- b) Entre 14 e 16 anos
- c) Entre 17 e 18 anos
- d) Após 18 anos
- e) Nunca trabalhei

* As questões 12, 13 e 14 deverão ser respondidas apenas por quem estuda e/ou já estudou.

12. Você trabalhou durante o período em que estudava?

Sim () Não ()

13. Quantas horas você trabalhava durante seus estudos?

- a) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais
- b) De 11 a 20 horas semanais
- c) De 21 a 30 horas semanais
- d) De 31 a 40 horas semanais
- e) Mais de 40 horas semanais

14. Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos?

- a) Atrapalhou meus estudos.
- b) Possibilitou meus estudos.
- c) Possibilitou meu crescimento pessoal.
- d) Não atrapalhou meus estudos
- e) Nunca trabalhei enquanto estudava.

15. Em que você trabalha atualmente?

- a) Na agricultura, no campo, na fazenda, com plantio etc.
- b) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- c) Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
- d) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- e) Trabalho fora de casa em atividades informais (Revendedora, feirante, ambulante, reciclagem
- f) Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheira, babá, lavadeira, faxineira, acompanhante de idosos/as etc.).
- g) Trabalho em minha casa em serviços (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato etc.).
- h) Não trabalho.
- i) Outro _____

16. Quantas horas semanais você trabalha?

- a) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- b) De 11 a 20 horas semanais.
- c) De 21 a 30 horas semanais.
- d) De 31 a 40 horas semanais.
- e) Mais de 40 horas semanais.

17. Qual é a sua religião?

- a) Evangélica (Inclui Pentecostal e não Pentecostal)
- b) Umbanda
- c) Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras (Xangô, Batuque, Mina, Omoloco, Catimbó)
- d) Espírita
- e) Católica
- f) Testemunha de Jeová
- g) Outras religiões
- h. Não tem religião nenhuma
- i) Outra opção _____

18. Qual a sua orientação sexual?

Heterossexual Homossexual Bissexual Outro
Qual? _____

19. Possui alguma deficiência?

Sim Não Caso sim: Qual deficiência? _____

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Local de nascimento e origem familiar.
2. Fale um pouco sobre a sua rotina diária. Quais atividades/afazeres costumam ocupar seu tempo?
3. Fale sobre suas vivências de lazer.
4. Possibilidades de lazer que o bairro e/ou a cidade oferece.
5. Dificuldades e barreiras encontradas para vivenciar o lazer (se houver).
6. Fale sobre os impactos e limitações nas possibilidades e vivências de lazer durante a pandemia pela Covid-19.
7. Fale um pouco sobre os principais aspectos (positivos e/ou negativos) relacionados ao Ser mulher negra ao longo da sua trajetória de vida; Desafios, dificuldades e aprendizados.
8. O fato de ser negra te impede ou já te impediu de vivenciar o lazer da forma que gostaria?
9. Acredita que há diferenças entre as vivências de lazer de pessoas negras e não negras? Se sim, em quais sentidos?
10. Implicações no fato de ser mãe (caso seja) para o seu lazer.
11. Acredita que o fato de ser casada ou solteira/viúva interfere em suas vivências de lazer?
12. O fator econômico/financeiro já foi ou é um obstáculo para vivenciar o lazer da forma que gostaria? Se sim, pode exemplificar?
13. Fale sobre a sua relação com o projeto/movimento social do qual você faz parte. Como se deu a sua aproximação? O que te motivou a criá-lo (ou o que motiva a sua participação)?
14. Qual o significado deste projeto/movimento para sua vida? Fale sobre a influência deste para suas relações sociais, pessoais ou até mesmo profissionais.
15. Você acredita que a sua inserção e engajamento neste movimento/projeto influencia as vivências de lazer do seu cotidiano? De que forma? Atividades e ações desempenhadas neste meio fazem parte do seu lazer?